

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

*Intelectualidades negras e
constituição de um **étnos**
negro pesquisador*



DOUTORA
Carolina Maria de Jesus

CAROLINA DE FREITAS CÔRREA SIQUEIRA

CIP - Catalogação na Publicação

DE FREITAS CORRÊA SIQUEIRA, CAROLINA
INTELECTUALIDADES NEGRAS E CONSTITUIÇÃO DE UM ÊTHOSNEGRO
PESQUISADOR / CAROLINA DE FREITAS CORRÊA SIQUEIRA. -- 2022.
147 f.
Orientadora: CRISTIANNE MARIA FAMER ROCHA.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do RioGrande do
Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. 2. ESTUDOS
FOUCAULTIANOS. 3. INTELECTUALIDADE NEGRA. 4. ÊTHOS. I. FAMER
ROCHA, CRISTIANNE MARIA, orient. II. Título.

Imagem da capa: criação do grande amigo e colega de Grupo de Pesquisa, Professor Mestre Vinícius Barbosa Cannavô, a quem agradeço de modo muito especial pelo grande auxílio, dedicação e parceria a mim dedicados. É relevante destacar que a imagem da capa, bem como todas as imagens que ilustram as divisórias dos capítulos foram criadas por ele, de modo exclusivo para esta Tese de Doutorado.

A arte da capa deste trabalho foi desenvolvida a partir da fotografia publicada em 25 de fevereiro de 2020 na *homepage* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de destacar o Doutorado póstumo concedido à autora Carolina Maria de Jesus. A concessão do título de Doutora à escritora e intelectual negra é entendido aqui como representativo e sintomático das estratégias empreendidas pelos movimentos sociais negros no contexto contemporâneo das lutas antirracistas, que se alicerçam fortemente na relevância dos espaços de produção acadêmica e intelectual negra.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Carolina de Freitas Corrêa Siqueira

**INTELECTUALIDADES NEGRAS E CONSTITUIÇÃO DE UM
ÊTHOS NEGRO PESQUISADOR**

Porto Alegre
2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Carolina de Freitas Corrêa Siqueira

**INTELECTUALIDADES NEGRAS E CONSTITUIÇÃO DE UM *ÊTHOS*
NEGRO PESQUISADOR**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Cristianne Maria Famer Rocha

Orientadora (*in memoriam*): Profa. Dra. Adriana da Silva Thoma

Porto Alegre
2022

Carolina de Freitas Corrêa Siqueira

INTELECTUALIDADES NEGRAS E CONSTITUIÇÃO DE UM ÊTHOS NEGRO PESQUISADOR

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação
Orientadora: Profa. Dra. Cristianne Maria Famer Rocha
Orientadora (*in memoriam*): Profa. Dra. Adriana da Silva Thoma

Aprovado pela Banca Examinadora em, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra Beatriz Morais da Silveira
Instituto Federal Sul - Riograndense

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof^a. Dra. Rosa Maria Bueno Fischer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Lodenir Becker Karnopp
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Cristianne Maria Famer Rocha
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de uma Tese de Doutorado é longo, em alguns momentos se torna denso ou preocupante, e, em outros, prazeroso. No caso específico da minha vivência no Doutorado em Educação, tive o privilégio e a alegria de poder contar com pessoas especiais em meu caminho. Essas pessoas pegaram minhas mãos nos momentos não tão bons, e também vibraram comigo nas etapas felizes. Deste modo, é de grande importância que este espaço seja destinado a agradecer a todos (as) que se fizeram presentes em meu caminho no decorrer desta jornada.

Agradeço aos meus pais, por todo o amor e dedicação a mim dedicados ao longo da minha vida. Sou imensamente grata pelo apoio e pela valorização das minhas escolhas, pelos excelentes conselhos, e por sempre chamarem minha atenção para as responsabilidades da vida de forma zelosa. Ao meu pai, que já não se encontra mais ao meu lado em vida, dedico uma menção inspirada no imenso amor e na sintonia que sempre tivemos. Sua presença é viva em lindas lembranças que me fazem sorrir até hoje. À minha mãe, mulher que me inspira, me ampara e me protege, dedico um agradecimento com todo o meu amor e com uma enorme admiração. A ti, minha parceira de vida e confidente, peço um brinde com uma boa dose do tradicional “cafezinho” que sempre rega as nossas ótimas conversas. Talvez as palavras não dêem conta de expressar a intensidade dos sentimentos que me embalam neste momento. A vocês dois, muito obrigada por tanto!

À minha avó materna, dedico um abraço amoroso e bem apertado, repleto de gratidão pela afeição, parceria, cumplicidade, e pelo olhar terno e cuidadoso de sempre. Ao meu avô materno e meus avós paternos, que já não me alegram mais com suas presenças terrenas, registro aqui o carinho e a garantia de que permanecem, sim, presentes em minhas doces recordações. A vocês, agradeço por toda a generosidade com que me acolheram e pelo aconchego com o qual pude contar durante toda a jornada de vocês ao meu lado nesta vida.

Às minhas madrinhas, padrinhos, afilhadas e primas, agradeço, com ternura, pelas muitas gargalhadas, pelo incansável incentivo, pelas longas e boas conversas, e pela incontestável torcida que tanto me traz leveza e alegria.

As relações de amizade constituem um dos pontos sólidos sobre os quais sigo meu percurso. Considero que minha vida foi e permanece sendo presenteada com pessoas especiais, desprovidas de outro vínculo qualquer, que não seja a pura, simples e genuína amizade. Por essa razão, agradeço muito pelo companheirismo dos meus amigos, amigas, colegas e parceiros (as) de vida pessoal, acadêmica e profissional. Tenho profunda gratidão pelo companheirismo e felicidade que vocês me proporcionam.

Ao orixá que me guia, Xapanã (também chamado em algumas Religiões de Matriz Afro-Brasileira e Africana de Omolu ou Obaluaê), agradeço pela constante presença em minha vida. Ocupo este espaço para estender, ainda, meu agradecimento a todo o apoio vindo da família Ilê Oxum Miuá. *Adawô!*

Em memória da Professora Doutora Adriana da Silva Thoma, orientadora com quem iniciei o Doutorado em Educação, dedico essa menção com carinho e gratidão por todos os aprendizados e pela força inspiradora que me auxiliou a construir esta Tese de Doutorado. Obrigada, querida Adriana!

Com admiração, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Cristianne Maria Famer Rocha, por ter acompanhado de modo atencioso esta etapa tão importante da minha trajetória acadêmica. Sou grata pela acolhida, por todos os ensinamentos e pela qualificada orientação a mim dedicada.

Aos membros da Banca de Defesa Final desta Tese, Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva, Prof.^a Dra. Sandra Beatriz Morais da Silveira, Prof.^a Dra. Rosa Maria Bueno Fischer e Prof.^a Dra. Lodenir Becker Karnopp, agradeço muito pelas valiosas contribuições a mim conferidas na ocasião da Banca de Qualificação, bem como, por aceitarem participar do processo avaliativo de Defesa Final do presente trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS pela oportunidade de integrar esse qualificado espaço de produção de conhecimento intelectual-acadêmico, assim como por toda a estrutura de ensino que permitiu que a pesquisa ora apresentada fosse construída com os recursos necessários para o desenvolvimento dos estudos pretendidos. Agradeço também aos (às) demais professores (as) que fizeram parte do meu percurso no Doutorado em Educação.

À CAPES, agradeço pela Bolsa de Doutorado concedida durante todo o período do curso. À referida agência de fomento, bem como às demais instituições

de amparo e apoio à pesquisa brasileira, estendo um desejo de força e resistência para o enfrentamento de tempos difíceis e trevosos para o desenvolvimento científico do país.

RESUMO

A Tese de Doutorado que ora se apresenta tem por objetivo central analisar os processos por meio dos quais se constituem modos de ser pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil contemporâneo. Para a realização das análises propostas, lançou-se mão de ferramentas teóricas e metodológicas dos Estudos Foucaultianos aliadas a um repertório conceitual e analítico dos estudos acerca das Relações Étnico-Raciais, sobretudo no que tange o papel tático do campo educacional dentro das mobilizações e lutas antirracistas. O *corpus* documental da pesquisa é composto por produções científicas divulgadas na homepage da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). As análises realizadas nesta Tese apontam que a autodeclaração étnico-racial; as condutas afirmativas da negritude imbricadas com a prática da produção científica; as posturas de combate ao racismo em âmbito individual, institucional e estrutural, bem como a construção de redes de apoio e centralidade da produção autoral negra presente nas pesquisas, são elementos recorrentes nos processos de constituição de determinados “modos de ser” de pesquisadoras/es negras/os no campo das intelectualidades acadêmicas negras. Esse conjunto de modos de elaboração das subjetividades negras pesquisadoras está sendo nomeando, nesta Tese, como “*êthos* negro pesquisador”. Espera-se que análises como a apresentada nesta Tese possam contribuir com as discussões no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como estabelecer diálogos entre as perspectivas teórico-metodológicas dos Estudos Foucaultianos com modos de pensar a produção de conhecimento acadêmico-intelectual a partir da prerrogativa do antirracismo radical enquanto eixo balizador do fazer científico no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Estudos Foucaultianos; Intelectualidade Negra; *Êthos*.

ABSTRACT

The objective of the Doctoral Thesis presented here is to analyse the processes through which ways of being a black researcher are constituted in spaces of intellectual-academic production in contemporary Brazil. To carry out the proposed analyses, theoretical and methodological tools of Foucauldian Studies were used, combined with a conceptual and analytical repertoire of studies on Ethnic-Racial Relations, especially with regard to the tactical role of the educational field within mobilizations and struggles against anti-racists. The documental *corpus* of the research is composed of scientific productions published on the homepage of the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN). The analysis carried out in this Thesis point out that ethnic-racial self-declaration; the affirmative behaviours of blackness intertwined with the practice of scientific production; the positions of combating racism in the individual, institutional and structural scope, as well as the construction of support networks and the centrality of black authorial production present in the researches, are recurrent elements in the processes of constitution of certain “ways of being” of researchers black women in the field of black academic intellectuals. This set of ways of elaborating black researcher subjectivities is being named, in this Thesis, as “black researcher *êthos*”. Hopefully, analyses such as the one presented in this Thesis can contribute to the discussions in the field of Education of Ethnic-Racial Relations, as well as establish dialogues between the theoretical and methodological perspectives of Foucauldian Studies through ways of thinking about the production of academic-intellectual knowledge based on the prerogative of radical anti-racism as a guiding axis of scientific work in contemporary Brazil.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education; Foucauldian Studies; Black Intellectuality; *Ethos*.

RESUMEN

La tesis de doctorado que se presenta tiene por objetivo central analizar los procesos por medio de los cuales se constituyen maneras de ser investigador/a negro/a en los espacios de producción intelectual-académica en el Brasil contemporáneo. Para la realización de los análisis propuestos, se utilizó herramientas teórico-metodológicas de los Estudios Foucaultianos aliadas a un repertorio conceptual y analítico de los estudios sobre las Relaciones Étnico-Raciales, sobre todo en relación al papel táctico del campo educacional dentro de las movilizaciones y luchas antirracistas. El *corpus* documental de la pesquisa es compuesto por producciones científicas divulgadas en el homepage de la Asociación Brasileña de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Los análisis realizados en esta Tesis apuntan que la autodeclaración étnico-racial; las conductas afirmativas de la negritud imbricadas con la práctica de la producción científica; las posturas de combate al racismo em ámbito individual, institucional y estructural, bien como la construcción de redes de apoyo y centralidad de la producción autoral negra presente en las pesquisas, son elementos recurrentes en los procesos de constitución de determinadas “maneras de ser” pesquisadoras/es negras/os en el campo de las intelectualidades académicas negras. Ese conjunto de maneras de elaboración de las subjetividades negras pesquisadoras está siendo nombrado en esta Tesis, como “êthos negro pesquisador”. Se espera que análisis como el presentado en esta Tesis puedan contribuir a las discusiones en el campo de la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, así como establecer diálogos entre las perspectivas teóricas y metodológicas de los Estudios Foucaultianos con las formas de pensar la producción de conocimiento académico-intelectual a partir de la prerrogativa del antirracismo radical como eje orientador del trabajo científico en el Brasil contemporáneo.

Palabras-clave: Educación de las Relaciones Étnico-Raciales; Estudios Foucaultianos; Intelectualidade Negra; Êthos.

Lista de Figuras

- [14] Kabengele Munanga
- [23] Silvio Almeida
- [39] Lélia Gonzalez
- [65] Djamila Ribeiro
- [75] Figura 1: Página inicial do site da ABPN
- [76] Figura 2: Publicações da ABPN
- [79] Nilma Lino Gomez
- [87] Petronilha Gonçalves

SUMÁRIO

[15] **APRESENTAÇÃO**

[24] **1 DIMENSÕES ÉTICAS DA PESQUISA**

[24] 1.1 Alguns deslocamentos nas intenções de investigação e os “Porquês” da Pesquisa

[27] 1.2 Discussões sobre racismo de Estado, branquitude e lugar de fala

[40] **2 CIRCUNSCREVENDO A TEMÁTICA**

[40] 2.1 Breve análise histórica dos deslocamentos discursivos sobre a negritude no Brasil

[48] 2.2 Condições de emergência das Políticas Educacionais Antirracismo

[55] 2.3 Intelectualidade acadêmica negra: um debate contemporâneo

[66] **3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E ESCOLHA DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS**

[66] 3.1 Estabelecendo diálogos e aproximações teóricas e metodológicas

[72] 3.2 A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

[80] **4 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONTEMPORÂNEAS: UMA LEITURA A PARTIR DAS LENTES DA GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA**

[88] **5 INTELLECTUALIDADE NEGRA: O *STRICTO SENSU* COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DE CONDUTAS**

[95] 5.1 Autodeclaração e posturas afirmativas: a constituição de um êthos negro pesquisador

[110] 5.2 Técnicas de elaboração de si e a relação indissolúvel entre o fazer científico e a afirmação negritude

[133] **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

[138] **REFERÊNCIAS**

OS QUE PENSAM QUE A SITUAÇÃO DO NEGRO É APENAS UMA QUESTÃO ECONÔMICA, E NÃO RACISTA, NÃO FAZEM ESFORÇO PARA ENTENDER COMO AS PRÁTICAS RACISTAS IMPEDEM AO NEGRO A PARTICIPAÇÃO NA ASCENÇÃO ECONÔMICA. AO SEPARAR RAÇA E CLASSE NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA, COMETE-SE O ERRO METODOLÓGICO QUE DIFICULTA A SUA ANÁLISE E OS CONDENA AO BECO SEM SAÍDA DE UMA EXPLICAÇÃO PURAMENTE ECONOMICISTA.



Kabengele
Munanga

2015, p. 12

APRESENTAÇÃO

A Tese de Doutorado¹ apresentada a seguir é constituída a partir das teorizações em que são produzidas pesquisas na Linha de Pesquisa *Estudos Culturais em Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto ao Grupo de Pesquisa intitulado *Grupo de Estudos em Promoção da Saúde* (GEPS) e com a orientação, atual, da Professora Doutora Cristianne Maria Famer Rocha², venho vivenciando importantes experiências enquanto doutoranda da referida instituição³.

Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2007, quando acadêmica do Curso de História – Licenciatura, fui bolsista de pesquisa no Grupo de Pesquisa intitulado *Identidade e Diferença na Educação*, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob a orientação do Professor Doutor Mozart Linhares da Silva. As atividades de pesquisa realizadas pelo Grupo lançavam mão das ferramentas teórico-metodológicas dos estudos foucaultianos e do pensamento pós-estruturalista, sobretudo no que diz respeito à etnicidade e diferença na esfera educacional.

Desde então, passei a trilhar um percurso acadêmico dedicando-me às produções acerca das temáticas da etnicidade, das relações étnico-raciais, políticas educacionais e movimentos sociais antirracismo. No ano de 2013, após ingressar como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC, aprofundi e percorri novas vivências de ensino e pesquisa que foram fundamentais para a construção do estudo apresentado em minha Dissertação de Mestrado intitulada *Narrativa Histórica, Cultura Afro-brasileira e Governo Biopolítico*, defendida no ano de 2015.

Saliento também que quando ingressei como doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

¹ Nesta Tese, inspirada em trabalhos que me antecederam e nas encorajadoras sugestões feitas pela Profa. Dra. Rosa Maria Bueno Fischer, por ocasião da Qualificação do Projeto de Tese, são apresentadas imagens e trechos de produções de pesquisadores/as negros/as para abertura de capítulos, bem como, a capa da própria Tese. Conforme já mencionado na contracapa, a arte das imagens criadas exclusivamente para esta Tese é de autoria do Prof. Ms. Vinícius Barbosa Cannavô.

² Ingressei no Programa com a orientação da Profa. Dra. Adriana Thoma que, de modo repentino e triste, nos deixou em outubro de 2018.

³ Bolsista de Pesquisa pelo Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PROEX/CAPES.

minhas atividades acadêmicas eram orientadas pela Professora Doutora Adriana da Silva Thoma, líder do Grupo de Pesquisa *Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Alteridade, Identidades e Subjetividades* (SINAIS), onde eram produzidos conhecimentos a partir de leituras, tensionamentos e problematizações que visavam compreender de que modo a inclusão se constitui enquanto uma estratégia para o governo das diferenças na Educação, assim como de que forma a Educação pode atuar na produção de subjetividades inclusivas.

Considerando o cenário contemporâneo de demandas pelo reconhecimento das chamadas minorias sociais, o recorte temático das políticas educacionais antirracismo, com as quais venho trabalhando, se fez possível e coerente com as análises propostas pelo Grupo. Sendo assim, essa pesquisa se estruturou por meio da articulação da temática das políticas educacionais antirracismo (e seus efeitos), a partir do aporte teórico-metodológico que amparava a produção científica deste Grupo, ao qual estive vinculada até o falecimento da Professora Adriana, que orientava meus estudos com valiosa dedicação.

Com imenso pesar, mas inspirada pela força renovadora com a qual ela conduzia sua vida, venho buscando reestruturar minha escrita e reorganizar minha Tese de Doutorado, partindo dos novos e extremamente produtivos apontamentos promovidos pela Professora Dr^a. Cristianne Maria Famer Rocha, a quem me direciono aqui com grande gratidão pela acolhida zelosa, pelo amparo e pelo seu olhar positivo e atento para a produção de pesquisa de suas/seus orientandas/os.

Como orientanda da professora Cristianne, sou integrante do Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO/UFRGS). Atuo como bolsista pesquisadora no Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS/UFRGS) e participo das atividades do GEPS, entre elas, as reuniões do Grupo de Orientação Ampliado (GAO), que reúne pesquisadoras(es) para o fomento de atividades de pesquisa e ensino em diferentes temas e campos do conhecimento.

Os estudos desenvolvidos nos referidos espaços de produção intelectual-acadêmica partem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Foucaultianos, Estudos Pós-Estruturalistas e Estudos Culturais, considerando que tais referenciais possuem potencialidade para a realização de leituras de complexas dinâmicas sociais, como é o caso das análises a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais no âmbito das produções intelectuais-acadêmicas de pesquisadoras/es negras/os.

Nesse sentido, destaco a importância desses espaços de estudo, ensino e pesquisa pelos quais venho tendo a oportunidade de circular, uma vez que é sempre produtiva a experiência da troca, da fala e, principalmente, da escuta entre colegas, professoras(es) e parceiras/os de trabalho.

Como forma de estruturar a pesquisa dessa Tese de Doutorado, apresento, inicialmente, a **problemática de pesquisa** a partir da qual foram traçadas todas as estratégias de construção deste estudo, que é: considerando as demandas contemporâneas pela consolidação de espaços de intelectualidade negra na produção científica brasileira, como se constituem *modos de ser* pesquisador/a negro/a? Nessa direção, se faz relevante frisar, na sequência, o **objetivo geral** deste trabalho, que é analisar os processos por meio dos quais se constituem *modos de ser* pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil. Em terceiro lugar, é importante salientar, ainda, um breve resumo a respeito de como o texto desta Tese foi pensado e organizado.

O primeiro capítulo desta Tese de Doutorado propõe uma discussão acerca das dimensões éticas da pesquisa desenvolvida. O primeiro item se dedica a apresentar os deslocamentos ocorridos no decorrer do processo de escrita da Tese. Por meio de diferentes reflexões acerca do ponto de vista de uma professora de História e pesquisadora branca que pensa questões caras ao campo das pautas identitárias, busco discorrer acerca dos descaminhos investigativos que ajudaram a constituir, por fim, algo que pudesse ser considerado, de fato, o caminho investigativo que decidi percorrer.

Em um segundo ponto, são apresentados os conceitos de racismo de Estado, branquitude e lugar de fala. Os referidos conceitos pautam fortemente as posturas, atitudes e condutas de uma importante parte das pesquisas que analisam as dinâmicas sociais emergidas das demandas inclusivas e identitárias. Por essa razão, se faz relevante discutir sobre como tais conceitos auxiliam da construção da minha própria postura ética enquanto pesquisadora/professora branca, aliada antirracista, que se encontra inserida, em alguma medida, neste campo de narrativas identitárias em debate.

Nessa trilha, assinalo meu comprometimento ético de entender e reconhecer os espaços de produção intelectual-acadêmica enquanto lugares nos quais as relações de racismo se atualizam e reconfiguram. Salienta-se, nesse ponto, o entendimento foucaultiano acerca do funcionamento do aparato racista como uma

ferramenta que atende o funcionamento do próprio Estado, e, portanto, da manutenção do racismo estrutural. Em seguida, é apresentado o argumento sobre o intento contributivo dessa Tese, que parte do lugar social da branquitude, e que, concomitantemente, compromete-se em uma dimensão ética, com o posicionamento de aliada para o rompimento do que José Jorge de Carvalho (2007) chama de “confinamento racial” ocorrido das Universidades. O comprometimento ético desta pesquisa visa, também, constituir uma relação contributiva para a utilização de produções científicas de pesquisadores/as negros/as como sustentação teórica para a realização de análises sobre a ERER⁴ e seus desdobramentos. A circulação e promoção das pesquisas de autoria de pesquisadores/as negros/as pode ser tomado como parte tática e aliada para o fortalecimento dos debates em torno da questão da intelectualidade negra nos ambientes de *stricto sensu*.

O segundo capítulo circunscreve a temática que se desenvolve no decorrer da pesquisa. Situando-a como uma pesquisa de inspiração pós-estruturalista, este estudo é apresentado como resultado de um exercício de articulação entre os desdobramentos da Educação das Relações Étnico-Raciais para consolidação dos espaços de intelectualidade acadêmica negra no Brasil, com as possibilidades interpretativas fornecidas por alguns dos conceitos-ferramenta elaborados por Michel Foucault. Na sequência, são assinalados alguns pontos importantes no que diz respeito ao panorama de possibilidades de eclosão das políticas educacionais antirracismo. Essas políticas, vale salientar, são entendidas aqui como elementos propulsores da entrada contundente das reivindicações e lutas antirracistas no campo da Educação e, conseqüentemente, na agenda pública de debates acerca de temas voltados aos grupos sociais historicamente excluídos.

No terceiro capítulo, são apresentadas as estratégias teórico-metodológicas. Esta seção se divide em duas partes: na primeira, discorro acerca das Teses e Dissertações por meio das quais mais estabeleci diálogo durante o período de lapidação teórica e metodológica deste estudo. Assim, selecionei oito pesquisas. Algumas dessas contribuíram para a elaboração da problemática de pesquisa que sustenta essa Tese de Doutorado devido ao fato de versarem, especificamente, sobre o tema das Relações Étnico-Raciais. Já outras são destacadas, nesta seção, por terem auxiliado de modo mais contundente a fazer as escolhas metodológicas

⁴ Educação das Relações Étnico-Raciais.

utilizadas na pesquisa. Em um segundo movimento, apresento especialmente a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). A referida instituição possui uma considerável importância no que diz respeito ao fomento e divulgação da pesquisa científica de autoria de intelectuais acadêmicos/as negros/as. Com isso em vista, a Associação tem um espaço de ênfase neste trabalho, uma vez que se trata de uma entidade que congrega pesquisadores/as negros/as no intuito de promover a inserção das temáticas étnico-raciais nos espaços de produção científica. Na mesma medida, a Associação busca divulgar de modo afirmativo dos/as pesquisadores/as negros/as como agentes sociais determinantes para a promoção da igualdade racial nos espaços científicos e educativos. Destaca-se que é justamente o ambiente virtual da ABPN o local de divulgação científica de onde foram elencadas as pesquisas que embasam os estudos realizados neste estudo. Nessa trilha, são apresentados os movimentos de seleção de material, bem como os critérios de escolha para a constituição do corpus documental analisado.

O quarto capítulo desta Tese discorre acerca do conceito-ferramenta da governamentalidade biopolítica enquanto uma chave de leitura para pensar o panorama da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil contemporâneo. A partir de uma exposição do referido conceito-ferramenta foucaultiano, justifico a utilização desta noção enquanto chave de leitura por meio da qual é possível pensar a inserção da agenda da Educação das Relações Étnico-Raciais nos debates públicos dentro dos parâmetros verificados nas duas últimas décadas. Nessa trilha, a presença do tema da EREER nas discussões contemporâneas é pensada de dois modos: primeiramente, como um resultado das lutas elaboradas pelos movimentos sociais negros em diferentes esferas (culturais, sociais, políticas e econômicas). Em um segundo bloco de análise, penso a inscrição das chamadas pautas identitárias no âmbito das políticas públicas, também, como efeito oriundo de um cenário fértil para as ações de gestão e regulações das populações sob o prisma daquilo que se pode chamar de estratégias de governamentalidade biopolítica das populações negras brasileiras. Deste modo, o quarto capítulo dedica-se a apresentar as lentes teóricas por meio da qual o panorama da EREER é analisado nesta pesquisa.

O quinto capítulo, intitulado *Intelectualidade acadêmica negra: o stricto sensu como espaço de resistência e constituição de condutas*, se destina a discutir, inicialmente, acerca da consolidação dos espaços de intelectualidade acadêmica negra como campos de luta e resistência. Argumenta-se que parte notável das

produções científicas que versam acerca da constituição do terreno da produção de conhecimento enquanto um terreno de disputas de narrativas, apontam para a necessidade de elaboração de epistemologias sintonizadas com as demandas por reconhecimento e valorização de autores/as e pesquisadores/as que se posicionem em oposição aos formatos *eurocentrados* do fazer científico. Nesse sentido, o campo dos chamados Estudos Decoloniais⁵ vem se constituindo, de forma contundente, como um dos principais suportes teóricos para a produção intelectual-acadêmica considerada contra-hegemônica.

Embora o recorte dessa Tese seja especificamente centrado nas produções intelectuais acadêmicas de pesquisadores/as negros/as, se faz relevante salientar, neste capítulo, que as contribuições teóricas alinhadas às prerrogativas decoloniais (que abordam o tema da EREER ou não) possuem, de modo geral, um papel importante na tônica que as lutas antirracistas têm dado aos espaços de produção intelectual-acadêmica contemporânea. Nessa trilha, assinalo que, em acordo com o pensamento decolonial, pesquisadores/as negros/as brasileiros/as vêm elaborando grande aporte analítico por meio de pesquisas produzidas no *stricto sensu* que, tratando ou não da temática das Relações Étnico-Raciais como ponto central das suas investigações, demarcam sua negritude enquanto eixo fundamental do fazer científico em suas produções. Assim, colocar-se como pesquisador/a negro/a autodeclarado demarca um importante pertencimento étnico-racial sob o qual é elaborada e constituída uma postura pesquisadora comprometida com a ruptura das bases científicas *eurocentradas*. Ou seja, a autodeclaração afirmativa da própria negritude se apresenta como elemento propulsor e constituinte de um modo de ser, ou seja, de um *êthos* negro pesquisador.

No item intitulado *Autodeclaração e posturas afirmativas: a constituição de um êthos negro pesquisador*, é apresentada uma análise de produções científicas de autoria de pesquisadoras/es negras/os, divulgadas no ambiente virtual da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Nesse ponto, busco entender e elucidar de que forma as condutas e posturas que embasam a escrita científica

⁵ Nesta Tese de Doutorado, os Estudos Decoloniais são entendidos como campo epistemológico importante e produtivo para a constituição daquilo que nomeio aqui como *êthos* negro pesquisador. Por essa razão, considero necessário o estabelecimento de diálogos entre a perspectiva teórica que inspira este trabalho, com as bases epistemológicas que sustentam, consideravelmente, as produções intelectuais-acadêmicas que colocam sob tensionamento os padrões acadêmicos constituídos pela branquitude, como é o caso dos Estudos Decoloniais.

dos/as referidos/as pesquisadores/as indicam para um determinado *modo de ser* pesquisador/a negro/a. Em outras palavras, de que forma vem sendo constituído aquilo que estou chamando nesta Tese de Doutorado de *êthos* negro pesquisador. Nessa direção, lanço mão do conceito de *êthos*, a partir dos estudos de Michel Foucault, como ferramenta de análise para realizar as análises apresentadas neste capítulo.

A Educação se constitui como um campo muito fecundo para a elaboração de novas dinâmicas sociais. Assim, é produtivo analisá-la como espaço privilegiado e constantes debates empreendidos pelos movimentos que inscrevem novos jogos de poder e estabelecem outras formas de produção de subjetividades. A solidificação dos espaços de intelectualidade acadêmica como ambiente de disputas e afirmação identitária pode ser analisada como efeito diretamente atrelado à pertença étnico-racial e identitária autodeclarada presente nas produções científicas que constituem o *corpus* documental analisado nesta Tese. Nesse sentido, busco dialogar com as produções intelectuais e acadêmicas para argumentar que o elemento da autodeclaração afirmativa quanto à *cor/raça* é um dos fatores determinantes para o modo como os/as pesquisadores/as elaboram seus posicionamentos na escrita e nas produções acadêmicas.

O item nomeado como *Técnicas de elaboração de si e a relação indissolúvel entre o fazer científico e a negritude*, argumento que a relação do “ser consigo”, no caso da Educação das Relações Étnico-Raciais, pode estar atravessada por narrativas identitárias afirmativas, emergidas em esfera coletiva. Todavia, não se pode perder de vista, também, que estes *modos de ser* se conectam ainda (e intensamente) aos novos regimes de verdade sobre o pertencimento Étnico-Racial e sobre a negritude elaborados na Contemporaneidade.

As populações negras brasileiras compõem o centro de diferentes narrativas identitárias no decorrer da História do Brasil. Essas narrativas não são elaboradas em uma linha histórica unitária, mas sim, por meio de uma rede complexa de discursividades e regimes de verdade que produziram e produzem formas de ser negro no Brasil.

As narrativas identitárias afirmativas da negritude fomentam uma superfície fértil para redirecionamentos identitários, históricos e políticos que demandam a legitimidade de fala por parte de sujeitos negros que se posicionam como autores e produtores de conhecimento sobre si mesmos. Na mesma direção, colocam em

xeque uma série de ditames *eurocentrados* a respeito das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Nesse caminho, parto do entendimento de Michel Foucault (2006a) acerca dos procedimentos de transformação e elaboração de si mesmo, lançando mão das pesquisas de autoria de pesquisadores/as negros/as difundidas no ambiente virtual da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as para entender de que modo os exercícios de escuta, a leitura/escrita e a fala podem ser vistos em operação nas pesquisas analisadas. Na mesma medida, busco argumentar sobre o modo como esses exercícios são postos em funcionamento no processo de adesão do discurso como verdadeiro. O que isso quer dizer é que é possível refletir que, através da escuta, da leitura/escrita e da fala, produzidas e vivenciadas no âmbito da intelectualidade acadêmica negra, são colocadas em movimento algumas técnicas por meio das quais é desenvolvido um *êthos* negro pesquisador.

Os caminhos percorridos nas diferentes etapas pelas quais esta pesquisa foi submetida permitiram a realização das análises pretendidas no objetivo geral deste trabalho. Sendo assim, como resposta e atendimento ao objetivo intencionado, friso, de antemão, que a **tese defendida**, a partir dos estudos aqui apresentados, é: a autodeclaração e as narrativas de pertencimento étnico-racial; as condutas afirmativas da negritude imbricadas com a prática da produção científica; as posturas de combate ao racismo em âmbito individual, institucional e estrutural e a construção de redes de apoio e centralidade da produção autoral negra presente nas pesquisas são elementos recorrentes nos processos de constituição de determinados “modos de ser” de pesquisadoras/es negras/os no campo das intelectualidades acadêmicas negras. Esse conjunto de modos de elaboração das subjetividades negras pesquisadoras está sendo nomeando, nesta Tese, como “*êthos* negro pesquisador”.

[...] RACISMO PASSA DA DESTRUIÇÃO DAS CULTURAS E DOS CORPOS COM ELA IDENTIFICADOS, PARA A DOMESTICAÇÃO DE CULTURAS E DE CORPOS. [...] A SUPERIORIDADE ECONÔMICA E RACIAL FOI ESTABELECIDADA PELA DESUMANIZAÇÃO, O MOMENTO POSTERIOR DA DINÂMICA DO RACISMO É O DO ENQUADRAMENTO DO GRUPO DISCRIMINADO EM UMA VERSÃO DE HUMANIDADE QUE POSSA SER CONTROLADA. AO INVÉS DE DESTRUIR A CULTURA É MAIS INTELIGENTE DETERMINAR QUAL O SEU VALOR E SEU SIGNIFICADO.



Silvio
Almeida

2018, p. 56

1 DIMENSÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. Se eu tivesse de escrever um livro para comunicar o que já penso, antes de começar a escrevê-lo não teria jamais a coragem de empreendê-lo. Só o escrevo porque não sei, ainda, exatamente, o que pensar sobre essa coisa em que tanto gostaria de pensar (...). Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes. (FOUCAULT, 2010b, p.289-290)

1.1 Alguns deslocamentos nas intenções de investigação e os “Porquês” da Pesquisa

Diante dos exercícios de articulação dos pensamentos, percebo a permanente inquietação que me mobiliza a encontrar caminhos por meio dos quais uma professora de História e pesquisadora branca pode construir uma existência antirracista. Assim, intenciono me posicionar como pesquisadora branca que se dedica a pensar as Educação das Relações Étnico-Raciais, reconhecendo que há uma historicidade constituinte do sujeito branco - naturalizado e universal - e que desnaturalizar estes espaços é também responsabilidade de pesquisadoras/es brancas/os.

Desse modo, compreendo que reconhecer a branquidade e utilizar o espaço de produção científica para pensar sobre lutas que visam consolidar outras bases epistemológicas, sejam estratégias para tentar “furar” o confinamento racial⁶ no mundo acadêmico, ao qual José Jorge de Carvalho (2007) se refere.

Nesta seção, apresento justificativas e mobilizações que me levaram a elaborar a presente Tese de Doutorado. São incontáveis as razões que fazem com que o recorte temático, teórico e metodológico seja um, e não outro. Entretanto, na vida existem momentos, talvez breves instantes que fazem determinadas ideias nos saltarem aos olhos e redimensionam nossas escolhas. Até a metade do ano de 2018, o Projeto de Tese estava sendo elaborado conforme as intenções iniciais do plano de estudos apresentado no processo seletivo, ocorrido no ano anterior. Ou seja, tudo estava, até certo ponto, “seguro”.

Os encaminhamentos seguiam a ideia primeira, que tinha por objetivo analisar de que forma as narrativas identitárias delineadas nas reformas curriculares para o

⁶ Mais adiante, abordarei o conceito de “confinamento racial” ocorrido nos espaços acadêmicos, desenvolvido por José Jorge de Carvalho (2007).

Ensino das Relações Étnico-Raciais poderiam incidir nos processos de constituição dos sujeitos negros escolares. Após participar das atividades do eixo das Relações Étnico-Raciais da Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), de 2018, tive a oportunidade de acompanhar excelentes debates que me fizeram levantar outras perguntas a respeito da produção de pesquisas no campo da EREER no Brasil.

No período que seguiu, comecei a buscar novas leituras que me ajudassem a encontrar a melhor forma de articular aqueles questionamentos que haviam me ocorrido no encontro citado. Com a autocobrança de dar continuidade ao Projeto que estava em andamento e, ao mesmo tempo, inquieta com reflexões ocorridas na Reunião da ANPED, não sabia qual era o ponto de incômodo - produtivo - que estava me mobilizando, mas sabia que havia algo fértil ali.

Na sequência, me matriculei em um Seminário Avançado ministrado pela Professora Doutora Rosa Maria Bueno Fisher intitulado *Michel Foucault – Textos Escolhidos*, oportunidade em que acompanhei aulas muito instigantes a partir de textos igualmente interessantes, inclusive houve determinado momento que considero especialmente importante para a construção dessa Tese e que tomo a liberdade de compartilhar aqui.

Trata-se da citação da ideia desenvolvida no Curso no *Collège de France*, intitulado *Do governo dos vivos (1979-1980)*. Na menção, a Professora Rosa falava a respeito das escolhas que levam à construção dos nossos percursos de pesquisa, sobre o processo de criação dos recortes e as inquietações que levam à constituição das problemáticas e perguntas de pesquisa. Para tanto, fez referência à noção dissertada por Michel Foucault, quando ele diz que as pautas que o instigavam se dirigiam não a uma instituição, classe social ou grupo cultural específicos, mas referiam-se à técnica particular produtora de formas de poder que “nos constroem”. Este, segundo a Professora, é o ponto de onde, a partir do qual se pesquisar. Em outras palavras, a pesquisa começa a ser construída no limite daquilo que nos constrange.

Com essa pista assinalada, passei a fazer tentativas de articulações acerca da temática das relações étnico-raciais e seus atravessamentos nos ambientes acadêmicos, sobretudo considerando as demandas por reconhecimento da intelectualidade negra como estratégia afirmativa das lutas antirracismo. A partir dessas reflexões, rememorei o já mencionado encontro da ANPED de 2018, no qual

ocorreram fortes e potentes discussões sobre o ensino antirracista brasileiro. Contudo, também percebi o meu posicionamento de pesquisadora e professora branca ser veementemente questionado, considerando que o lugar da branquitude se trata de um espaço social de privilégios, sobretudo no terreno do *stricto sensu*, em que a ausência de intelectuais negras e negros vem sendo fortemente colocada em questão.

Observei, então, a força das narrativas identitárias que servem como elementos de legitimação ou deslegitimação de fala neste terreno. No momento, pensei que sim, há aqui um ponto que me constrange, ou seja, vejo aqui algo a se pesquisar. Foucault (2010) afirmou que, em cada recorte temporal estudado, é possível analisar determinada forma de manifestação da verdade. Em outras palavras, certas técnicas e procedimentos que endossam algo como verdadeiro e, justamente por essa razão, produzem força constrangente que faz parte de um regime de verdade.

Os regimes de verdade dizem respeito à produção dos discursos legitimados como “verdades” sobre determinada questão. A ideia de regime” se justifica na medida em que, uma vez “endossada” como verdade, essa se desdobra necessariamente em modos de conduzir as ações, as experiências e condutas. Ou seja, uma vez reconhecida como verdade, invariavelmente se constitui em um regime, um sistema por meio do qual se elaboram os modos de existir.

Conforme argumenta o filósofo francês, os regimes de verdade podem ser entendidos também como as engrenagens e os espaços que possibilitam a “verificação” e a distinção de discursos “falsos” e “verdadeiros” (FOUCAULT, 2012). Estruturam, ainda segundo ele, o conceito de regime de verdade, as técnicas “autorizadas” para a obtenção das verdades, bem como o status que recebe quem possui reconhecida tarefa de comprovar a veracidade de determinado discurso. Ainda na perspectiva do autor, regime de verdade se vincula à força “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade (...) aquilo que define, que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos” (FOUCAULT, 2010, p. 67).

Os pontos levantados no decorrer deste estudo direcionam para o debate acerca das epistemologias como campos em tensionamento e produção de resistências. Paralelamente às discussões epistemológicas, as problematizações sobre o lugar social do/a pesquisador/a, como um fator importante para o tipo de

conhecimento produzido, convocam, também, a pensar sobre o comprometimento ético por mim aqui assumido, assim como as prerrogativas definidas pela noção de produção de conhecimento engajada, inclusiva e democrática⁷.

Entendo, portanto, que os debates que se despendem deste trabalho estão alinhados à ideia de produção engajada do conhecimento (CHAPKIS, 2010). Esta é uma discussão aberta por meio dos movimentos civis da década de 1960, inicialmente difundida pelo movimento feminista e desdobrada em outros grupos sociais, sobretudo nos âmbitos acadêmicos. Os questionamentos acerca do lugar social ocupado por parte do/a pesquisador/a, enquanto elemento diretamente implicado na produção do conhecimento, me colocam, desta forma, em uma posição permanentemente reflexiva, crítica a mim mesma e aliada aos movimentos sociais antirracismo.

1.2 Discussões sobre racismo de Estado, branquitude e lugar de fala

Os estudos, interpretações e teorias a respeito das relações étnico-raciais são produzidos, majoritariamente, a partir da lógica racializada que estabelece distanciamento entre intelectuais brancos, que ocupam os espaços acadêmicos em densa maioria, conforme sublinha José Jorge de Carvalho (2007) e intelectuais negros. Nessa trilha, o autor disserta a respeito de seu posicionamento como intelectual da academia branca que se ocupa do estudo da temática racial, apontando que foi por olhar para sua própria branquitude, enquanto espaço “universal”, que foi possível fazer um redimensionamento do entendimento sobre a inserção das pautas identitárias nos espaços de produção científica.

O autor compreende que o distanciamento entre as pesquisas acerca das populações negras e uma presença efetiva de pesquisadores negros nos espaços acadêmicos como produtores destes conhecimentos, se trata daquilo que ele chama de “confinamento racial”:

⁷ O pesquisador Luiz Felipe Zago (2017) discorre a respeito do engajamento democrático no âmbito da produção acadêmica. Embora o autor lance mão desta ideia para analisar o campo dos estudos de gênero e sexualidade no contexto de políticas de ódio no Brasil contemporâneo, considerei inspiradora a discussão acerca dos alinhavos teóricos entre o entendimento da produção de conhecimento engajado com temáticas relacionadas a populações histórica e socialmente excluídas na sociedade brasileira.

Podemos falar, para não esvaziar a palavra racismo, de situação de confinamento racial vivida por nós, docentes das universidades públicas brasileiras. Se não somos responsáveis por essa exclusão nem nos sentimos coniventes com a sua reprodução, então admitamos, pelo menos, para iniciar a reflexão crítica, que temos sido forçados a desenvolver nossas atividades sob um regime de *confinamento racial* que herdamos das gerações passadas de acadêmicos. (CARVALHO, 2007, p. 33, grifo meu)

Na direção de pensar a branquitude, como um espaço privilegiado que atravessa a estrutura universitária, o autor analisa o ambiente da docência e da pesquisa acadêmica como mecanismo institucionalizado de segregação e exclusão, e questiona se “esse tipo de segregação é apenas reproduzido ou também produzido no nosso meio acadêmico? A julgar pelo caráter generalizado e crônico, provavelmente seja a soma das duas coisas” (CARVALHO, 2007, p. 35).

Desde o século XX, debates que tencionam e analisam o papel do branco nas relações étnico-raciais vêm sendo mobilizados por destacados/as estudiosos/as da temática, como é o caso de Franz Fanon (1968; 2008). No caso brasileiro, foi Gilberto Freyre (2006) quem utilizou o termo branquitude em um primeiro momento. Todavia, o argumento de Freyre se destinava a criticar o uso de demarcações de cor/raça, considerando que sua tese se baseava na ideia de não existência de conflitos raciais ou linhas de cor no Brasil.

Já Alberto Guerreiro Ramos (1995), em seu ensaio intitulado *Patologia social do “branco” brasileiro*, articulou conceitos acerca dos estudos sobre o espaço de poder ocupado pelo branco nas relações sociais brasileiras. O autor utilizava o termo “brancura” como correlato ao sentido atualmente dado à palavra “branquitude”. Deste modo, são notáveis as análises de Ramos, pois, no Brasil, podem ser consideradas propulsoras das reflexões a respeito daquilo que pode se chamar de identidade racial branca.

A partir da década de 2000, o tema da branquitude passa a tomar força no âmbito das produções acadêmicas. Assim, nas últimas décadas, têm se verificado um relevante aumento de análises sobre a branquitude (tanto no Brasil quanto nos cenários internacionais). Nesse sentido, é consenso de que, embora a identidade racial branca seja diversa e possua atravessamentos de aspectos sociais singulares e locais, há, sim, um determinado fator de “homogeneidade” no que tange o papel social do branco nas relações étnico-raciais que transborda as fronteiras culturais: o espaço de privilégio em relação a outros grupos étnico-raciais historicamente excluídos, vulnerabilizados ou marginalizados.

Nessa trilha, Ruth Frankenberg (2004) argumenta que é possível identificar oito pontos nos quais se estruturam os privilégios da branquitude. Para a autora, esses aspectos independem de características culturais locais ou regionais, pois operam de modo “global”:

a) A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; b) A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais; c) A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais; d) A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; e) Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria; f) Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam; g) A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis; e, h) O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealistas em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, 2004, p. 312).

Assim, a branquitude é um lugar social privilegiado de forma, tanto simbólica, quanto subjetiva e objetiva. Ou seja, são incontáveis as esferas do social que constroem, reproduzem e atualizam o racismo. A branquitude é constituinte de uma estrutura baseada nas relações étnico-raciais, de onde o branco percebe os demais grupos étnico-raciais, bem como a si mesmo, a partir de um ponto de vista posicionado de modo hierarquicamente superior. Este ponto de vista trata-se de um lugar “confortável” e (re)produtor de mecanismos de exclusão.

A identidade racial branca é, ainda, marcada pelo senso de que não se trata de uma identidade demarcada, devido ao fato de não haver necessidade de reconhecimento, inclusão ou valorização. O branco, nessa direção, é entendido como alguém desprovido de raça ou etnia. Deste modo, a branquitude se respalda na pretensa compreensão de que ocupa um espaço étnico-racial neutro, afinal, a “norma” designa o padrão único ideal; sendo assim, não necessita de marcadores identitários. Paradoxalmente, é justamente o traço de pretender-se universal e desprovido de atravessamentos raciais que demarca aquilo que estudiosos/as da branquitude caracterizam como “identidade racial branca”.

Na linha de argumentação de repensar a branquitude, Carvalho (2007) compreende que a experiência de confinamento racial de poucos professores negros também existe, e afeta de forma ainda mais prejudicial a inserção da temática das relações étnico-raciais no contexto da intelectualidade. Dessa forma, a temática racial não somente é silenciada e invisibilizada na - por ele assim chamada - “academia branca”, como também “confina” e circunscreve, em grande medida, a responsabilidade da abordagem do ensino antirracista aos poucos pesquisadores negros presentes nos meios de pesquisa e docência no ensino superior. Caberia a nós portanto – pesquisadoras/es brancas/os - exercício de olhar para a branquitude, reconhecer que há nela espaço de pretensa universalidade e hegemonia que permite acesso a espaços sociais privilegiados e, a partir disso, também realizar tensionamentos a respeito do próprio confinamento racial acadêmico em que vivemos e do qual corriqueiramente não falamos.

Considerando a noção de confinamento racial nos espaços de produção científica como grade de leitura, a partir da qual intenciono pensar a pesquisa no campo do antirracismo, venho refletindo a respeito do meu próprio posicionamento, dentro do processo de construção da vida acadêmica.

Enquanto professora e pesquisadora branca, que se ocupa de problematizar e tentar analisar questões relativas à ERER, me vejo inevitavelmente convocada a entender um conceito caro e potente para o desenvolvimento das demandas por reconhecimento identitário e ensino sob um ponto de vista afirmativo: o chamado “lugar de fala”.

No texto intitulado *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010), publicado originalmente em 1985, a professora indiana Gayatri Spivak realiza um chamado problematizador a respeito do papel dos intelectuais, dentro das discussões sobre as populações em situação de vulnerabilidade ou risco e dos grupos que são considerados minorias sociais. A autora questiona até que ponto os espaços acadêmicos - no molde ocidental contemporâneo e europeu do qual, em maior ou menor escala, todos somos sujeitos - atuam como cúmplices da permanência da lógica colonialista que estabelece relação entre o acadêmico detentor da fala e da minoria social que continua, em alguma medida, sendo o *outro*, o objeto de estudo, ou seja, permanece em situação de subalternidade.

A estratégia de escape proposta pela autora é de ocupar “o espaço em branco inscrito no texto” (p.123). Em outras palavras, Spivak afirma que é dever dos

intelectuais utilizarem suas pesquisas como espaços de abertura de condições de auto apresentação e expressão das minorias como modo de romper com a engrenagem elitista e etnocêntrica promovida pelo gesto colonizador de “conceder” a voz ao *outro*, conforme ocorre massivamente nos ambientes acadêmicos. Assim, ao invés de “falar por”, a intelectual alega que garantir espaço de fala do subalterno pode ser produtivo, potente e descolonizador.

O chamado crítico promovido por Spivak reverberou inclusive no Brasil, a partir das décadas de 1980 e 1990, e vem fazendo parte dos encaminhamentos de movimentos sociais de variadas vertentes e grupos ativistas de pautas identitárias, sobretudo no que diz respeito à elaboração conceitual e reivindicação do “lugar de fala”, que toma as articulações de Spivak como um dos eixos centrais para o desenvolvimento do conceito. O estabelecimento da ideia de *lugar de fala*, tanto como perspectiva analítica quanto como demanda política dos movimentos sociais, vem contando com apoio e adesão gradual de alguns nichos acadêmicos, sobretudo nos campos da Educação, das Ciências Humanas e da Filosofia.

Nessa direção, é possível observar a entrada das reivindicações pelo reconhecimento do lugar de fala no contexto da pesquisa brasileira contemporânea e, assim, é fundamental salientar os intensos debates promovidos, a partir do livro de Djamila Ribeiro intitulado *O que é lugar de fala?* (2018), no qual são debatidas questões referentes à necessidade de abertura de espaços de luta, mobilizadas por sujeitos históricos e socialmente excluídos a partir dos seus próprios lugares. Ou seja, Djamila Ribeiro defende que seja restituída aos sujeitos a singularidade humana, negada e distorcida por meio da objetificação elitista e colonialista de suas histórias.

Desconstruir a ideia de branquitude, tensionar o confinamento racial acadêmico e compreender a ideia de lugar de fala enquanto importante estratégia inclusiva são passos fundamentais para o estudo das relações étnico-raciais. Todavia, considero relevante ponderar essas questões a partir das análises apresentadas no livro *A vítima sempre tem razão?* (2017). Nele, Francisco Bosco analisa a intensa tomada de força das pautas identitárias ocorridas nas últimas décadas, que se estabelecem em colisão com a “narrativa dominante da tradição cultural brasileira” (p. 24).

Em suas análises, Bosco pondera os efeitos das demandas por reconhecimento do *lugar de fala*, observando que o conceito pode funcionar como

tática retórica de deslegitimação da posição ocupada pelo *outro* da fala. Em outras palavras, a denúncia das narrativas hegemônicas, colonialistas e opressoras pode desaguar, não raras vezes, no contexto contemporâneo, em “desqualificação de uma intervenção no debate pelo fato de ela ser proposta por um sujeito não pertencente ao grupo identitário” (p. 20).

Nessa etapa das minhas vivências de pesquisa, tenho tentado realizar articulações entre o tensionamento necessário sobre o ambiente de produção científica, para o qual as pautas identitárias têm se voltado, no intuito de problematizar as bases epistemológicas que o sustentam; o constante exercício reflexivo sobre meus próprios posicionamentos como pesquisadora branca e, um cuidado com os desdobramentos que a proposta inclusiva da legitimação identitária fornecida pelo *lugar de fala* pode funcionar como recurso “para desqualificar os sujeitos de ‘fora’, a fim de desencorajá-los a entrar no debate” (BOSCO, 2017, p. 28-29, grifo no original).

Com base nesse exercício de expansão interpretativa, estabeleço uma relação para com esta pesquisa a partir de um comprometimento ético de entender e reconhecer o espaço institucional (neste caso, penso a universidade, sobretudo no âmbito do *Stricto sensu*) enquanto um terreno fértil para a reprodução e ressignificação de modos e formas do racismo estrutural.

É necessário refletir que os parâmetros que caracterizam a identidade racial branca são colocados em movimento na sociedade, produzindo sentidos, significados e determinando modos de ser e agir distintos. Cada indivíduo, atravessado e constituído por essas questões, entende de maneira diferente cada um desses pontos, ou seja, o modo como cada branco “torna-se” branco e estabelece relações de poder verticalizadas pela branquitude ocorre de maneiras singulares.

Tais modos possuem outros fatores propulsores de modos de ser e agir, como é o caso de aspectos relativos a gênero, classe social ou trajetória de vida. Entretanto, ao pensar na identidade racial branca colocada em funcionamento enquanto um dispositivo (re)produtor de formas de exclusão étnico-racial, é importante entender que está se falando, neste caso, de dinâmicas ocorridas no âmbito da população, ou seja, essas questões saem do indivíduo e passam a ser mobilizadas no campo do coletivo. Para Lia Vainer Schucman, “podemos pensar a

branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil” (2012, p. 29).

Em outras palavras, as dinâmicas de exclusão racial desdobradas da branquitude são constituídas social e historicamente com base no racismo estrutural no qual se consolida o campo de privilégios brancos. Nesse caminho, Patrícia Teixeira Alves (2020) salienta que, “ao analisar a história da população negra no Brasil encontra-se a construção de uma sociedade racista que pressupõe comportamentos específicos à comunidade negra, ainda que não desenvolvam práticas preconceituosas em suas relações cotidianas. A negritude é orientada a partir do olhar da branquitude” (p. 21).

O entendimento de racismo, que embasa as análises acerca das Relações-Étnico-Raciais nesta Tese, não diz respeito a um desvio da norma ou como uma rasura das sociedades ocidentais. Ao contrário, o racismo é entendido aqui, conforme Michel Foucault aponta, como um elemento “estruturante” do Estado-nação. De acordo com o filósofo francês, “o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado em que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 2010a, p. 214)

É interessante frisar que o racismo enquanto estratégia de Estado é componente inseparável da composição dos Estados-nação modernos, considerando que, para o funcionamento do aparato de um Estado unificado, foi necessária a criação de políticas de gestão que atendiam a constituição da população da nação. No caso brasileiro, vale destacar as discussões em torno da composição racial da população sempre estiveram no cerne dos debates nacionais, conforme discorrerei mais adiante, no capítulo 3 desta Tese. Nessa trilha, é possível afirmar que a formação do Estado moderno é, impreterivelmente, racializada.

Em que pese que as análises foucaultianas acerca do racismo de Estado tenham sido elaboradas a partir dos casos dos discursos raciais biologizantes e genocidas ocorridos na Europa, é possível tomar emprestado o entendimento de que o racismo funciona como estratégia de exercício de poder sobre o corpo social no caso brasileiro. Para essas aproximações, é importante ter em vista, inicialmente, que “o racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador” (FOUCAULT, 2010a, p. 216).

Partindo das diretrizes da biopolítica⁸ de Michel Foucault, é possível entender que o racismo é produzido e atualizado na sociedade como uma forma de poder de morte que está inscrito em uma esquematização social que objetiva a produção da vida por meio do gerenciamento e regulação das populações. Assim, levando em consideração o pressuposto da biopolítica como marco produtor e reprodutor do racismo, é possível analisar que o racismo de Estado funciona como uma tática de gestão do tecido social, potencializando vidas em detrimento de outras, constituindo, assim, o cálculo regulatório da biopolítica.

A diretriz racista, portanto, “se apropria” do poder de fazer viver, já que, com ele, é possível, paradoxalmente, fazer morrer as vidas indesejáveis da população. É justamente na construção da ideia de quais vidas são desejáveis e quais não são que se constitui a prerrogativa do racismo de Estado elaborada por Foucault. A respeito do que é racismo, o filósofo diz que “é, primeiro, o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2010a, p. 214).

A ideia de racismo, sustentada pelas teses pretensamente científicas, por exemplo, opera como elemento formativo importante na elaboração das narrativas sobre os Estados nacionais unificados. Definições fenotípicas formadoras dos estereótipos raciais (entendendo “raça”, aqui, no sentido biológico dos pressupostos do racismo científico⁹) foram sustentáculos da promoção da exclusão de grupos populacionais considerados fora do padrão fenotípico branco.

Assim, a cor da pele, a angulação facial, a espessura dos lábios, os tipos de cabelo ou a ossatura funcionaram como componentes do imaginário racial e das discursividades sobre a negritude. Na mesma medida, os ditames do racismo científico foram promotores de forte hierarquização social, principalmente no século XIX. Contudo, as teses do racismo científico foram fortemente rechaçadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Tais estudos passaram a ser refutados, tanto pelas áreas biológicas, quanto pelas ciências sociais. Essas refutações não significaram a eliminação da força dos estereótipos como potência para a reprodução do racismo. A composição do imaginário racial composta pelo espectro do racismo científico permanece, ainda hoje, circulando nos constructos sociais.

⁸ O conceito de biopolítica será desenvolvido com maior profundidade no capítulo 4.

⁹ Conceito explorado no subcapítulo 2.1.

O racismo científico forneceu base argumentativa para um modo de ver as diferenças sociais de maneira hierarquizada, como se os arranjos sociais historicamente construídos tivessem ocorrido de modo “natural”. Esse tipo de percepção incutida no imaginário racial permitiu que o racismo funcionasse, por meio de diferentes formas, em diversos espaços, como estrutura para a consolidação do Estado-nação. Esse sistema foi fundado nos princípios modernos e, portanto, atuou na organização da noção de sociedade produzida na Modernidade.

Assim, conforme já assinalado, o racismo não é aqui entendido como ocorrência equivocada, um erro no planejamento das ações sobre a gestão das vidas. Mas, sim, é pensado como uma racionalidade, um modo de exercício das formas de poder que emergiram com a consolidação dos Estados nacionais. É desta maneira que, para promover a morte em uma conjuntura onde se estabelecem ações biopolíticas (que são articuladas sobre a potencialização das vidas), o Estado toma o racismo como recurso para a eliminação das vidas menos desejáveis.

Nessa direção, vale lembrar que, devido ao fato de os efeitos do racismo científico constituírem o imaginário racial, é possível saber, exatamente, quais são os corpos, os fenótipos e os grupos sociais que se enquadram na lógica das vidas que podem ser eliminadas em nome da promoção de outras, pela via da biopolítica. O racismo é, portanto, condição para a existência das ações biopolíticas.

Para Foucault (2010a), aquilo que, em um primeiro olhar, pode parecer um contrassenso (já que a biopolítica se destina a promover a vida, e não a morte) é, de fato, um ponto de equilíbrio calculado pela própria lógica da biopolítica, que conta, por sua vez, com a redução da qualificação de algumas vidas e a promoção de outras. Em suas análises sobre o racismo de Estado, o filósofo assinala ainda que “por tirar a vida não se entende simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (FOUCAULT, 2010a, p.216).

Para pensar os contornos do racismo no caso brasileiro, aliado ao aporte conceitual foucaultiano sobre os processos de consolidação do racismo de Estado, é importante ter em vista que, nas dinâmicas sociais contemporâneas, já não se toma mais a noção de raça biológica, conforme as teses racistas do século XIX (embora, conforme já assinalado anteriormente, seus efeitos reverberem ainda hoje). Na Contemporaneidade, são outros os contornos dos quais se lança mão para definir

quais são as vidas menos desejadas e desqualificáveis. Este é o caso do entendimento de inferioridade étnica e cultural dos grupos outrora excluídos pelo viés biológico. Ou seja, o racismo se atualiza em novas roupagens e amplia, assim, o seu alcance. Conforme salienta Kabengele Munanga (2004), “o racismo passa, no decorrer dos anos, por uma complexidade de mutações em suas figuras sociais, culturais e discursivas” (p. 33). Além das transformações e atualizações pelas quais passam as formas de racismo, há também a permanência de uma noção de superioridade racial que a branquitude se esforça para que continue estabelecendo e dando os contornos das relações étnico-raciais no Brasil.

O racismo opera, portanto, em diferentes espaços. Assim, é possível observar a existência de racismo religioso, institucional, econômico, epistêmico, cultural, entre outras esferas sociais. É nessa direção que Silvio Almeida (2018) convoca a pensar o racismo enquanto um componente estruturante das sociedades modernas. As análises acerca do racismo estrutural que esse autor faz possibilitam o entendimento de que, tanto as dinâmicas sociais ocorridas de modo externo aos sujeitos (operacionalizadas no campo da coletividade, como é o caso das instituições sociais), quanto os processos de subjetivação (ocorridos no âmbito da relação do ser consigo), são construídas, justamente, a partir da biopolítica. A face da biopolítica pensada aqui diz respeito à perspectiva anteriormente evidenciada. Ou seja, a face que toma o racismo como fenômeno social calculado e necessário para a distinção entre as vidas potencializáveis e as descartáveis.

Os contornos do racismo podem ser observados em diferentes formas. Para Almeida (2018), existe o racismo individual (ou comportamental), que diz respeito a uma forma mais explícita, pois pode ser identificado por meio de atos ou manifestações racistas. Embora seja um tipo de racismo mais “direto”, identificável e, portanto, denunciável, são recorrentes os casos de racismo individual/comportamental que ficam impunes. Os estudos do autor apontam que o enfrentamento do racismo individual se faz infrutífero e pouco eficaz, em decorrência do fato de que as tentativas de conscientização para as Relações Étnico-Raciais feitas de modo individual não levam em consideração a existência do racismo institucional e estrutural. Ou seja, o racismo individual é desdobramento sintomático de algo mais profundo que necessita ser debatido: o racismo estrutural.

A forma com que, nas instituições são estabelecidas relações de privilégios para alguns, ao mesmo tempo em que se criam barreiras de exclusão e

impedimento de acesso de outros (no caso, pessoas negras), aponta para a lógica de funcionamento de um racismo estruturante do tecido social. Na mesma medida, os artefatos culturais e veículos midiáticos também exercem forte papel no reforço e atualização cotidiana dos fenótipos e estereótipos raciais. Essas são apenas algumas exemplificações dos modos como é possível identificar a operacionalização do racismo nas formas individual, institucional e estrutural.

A compreensão do racismo estrutural possibilita perceber a dimensão mais ampla e profunda do racismo dentro dos ordenamentos sociais. Este é o terreno no qual são elaboradas as relações sociais, organizadas as instituições e constituídos os sujeitos. O racismo estrutural se refere ao imaginário étnico-racial, às divisões de classe, linguagens, às atitudes, hábitos e comportamentos, entre outros componentes sociais, políticos, econômicos e culturais. Ou seja, o racismo estrutural é um fenômeno organizador da lógica de benefícios/privilégios raciais, econômicos e sociais.

Deste modo, produz efeitos em ampla escala, se insere nos modos de pensar e ver o mundo, assim como em dimensões mais intangíveis e de difícil captura. Em razão desse caráter “abafado” ou invisibilizado, recorrentemente se observa tentativas de atenuação dos impactos do racismo, bem como a interdição ou silenciamento do tema. Silvio Almeida (2018) alerta, ainda, que o foco no caráter estruturante do racismo “não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento” (p. 39).

Nesse caminho, o racismo atua diretamente nos processos de subjetivação, funcionando como um marcador importante no como se constituem os sujeitos. Assim, considerando o racismo um elemento que produz efeitos, tanto nas relações institucionais, em um âmbito externo ao sujeito, quanto nas próprias subjetividades (nas relações do sujeito consigo mesmo), considero potentes as reflexões que se dedicam a pensar sobre como se elaboram modos de ser, ou seja, *êthos* imbricado justamente dentro dessas articulações e arranjos sociais.

Com essas considerações em vista, compreendo que realizar pesquisas relativas ao tema da EREER, passa, necessariamente, por pensar a branquitude a partir de problematizações a respeito do corpo-espécie da nação. No caso brasileiro, tais problematizações só podem ser pensadas considerando os projetos políticos de branqueamento racial, pela ideologia da democracia racial e pela mestiçagem

enquanto um dispositivo de segurança. Essas questões não passam pontualmente pelas análises conceituais sobre branquitude nos Estados Unidos da América, a ideia de mestiçagem, por exemplo, não foi constituída enquanto um dispositivo de segurança ou mesmo como um problema de ordem biopolítica no contexto estadunidense, afinal, em uma matriz poligenista, ela foi interdita desde o pós-abolição.

Partindo de algumas teorizações dos estudos pós-estruturalistas, o comprometimento ético desta pesquisa é, portanto, apresentar toda e qualquer análise acerca das EREER partindo de um posicionamento político que problematiza a branquitude e dos processos subjetivos que me constituíram e constituem como mulher, professora e pesquisadora branca. De modo algum, possuo a intenção aqui de posicionar-me de forma pretensamente “isenta” de atravessamentos raciais. Ao contrário, entendo que considerar a constituição de subjetividades que são brancas e consolidadas a partir do racismo estrutural que estabelece uma rede de exclusões raciais, seja um caminho potente para tomar a responsabilidade de falar sobre o tema da EREER a partir, justamente, de discussões com base nas produções de pesquisadoras/es negras e negros e de seus modos de (re)existência nos espaços de intelectualidade acadêmica.

ELA [A AFRICANIDADE COMO CATEGORIA POLÍTICA E CULTURAL] NOS PERMITE ULTRAPASSAR LIMITAÇÕES DE CARÁTER TERRITORIAL, LINGÜÍSTICO E IDEOLÓGICO, ABRINDO NOVAS PERSPECTIVAS PARA MAIOR ENTENDIMENTO DESSA PARTE DO MUNDO ONDE ELA SE MANIFESTA, A AMÉRICA COMO UM TODO (AUSTRAL, CENTRAL, INSULAR E SETENTRIONAL). PARA ALÉM DE SEU CARÁTER GEOGRÁFICO, ELA DESIGNA TODO UM PROCESSO HISTÓRICO DE INTENSA DINÂMICA CULTURAL (RESISTÊNCIA, ACOMODAÇÃO, REINTERPRETAÇÃO, CRIAÇÃO DE NOVAS FORMAS) REFERENCIADA EM MODELOS AFRICANOS E QUE REMETE À CONSTRUÇÃO DE TODA UMA IDENTIDADE ÉTNICA.

Lélia
Gonzalez

2018, p. 336
grifos meus



2 CIRCUNSCREVENDO A TEMÁTICA

2.1 Breve análise histórica dos deslocamentos discursivos sobre a negritude no Brasil

No intuito de traçar um panorama que permita compreender as condições de possibilidade para a inscrição das pautas identitárias na agenda política do país, sobretudo no campo Educacional, apresento, nesta seção, um pequeno recorte para análise histórica acerca de diferentes discursividades sobre a negritude produzidas no decorrer da História do Brasil. Assim, o objetivo dessa seção é de analisar os processos pelos quais os movimentos antirracismo foram constituídos, se faz necessário analisar as mudanças das discursividades que constituíram as lutas antirracistas e como vem sendo estabelecidos diferentes espaços de disputas políticas. Desdobradas das pressões dos movimentos sociais antirracismo, as reivindicações pela valorização e reconhecimento afirmativo das populações negras se consolidam e tomam espaço de ação política nas últimas duas décadas.

Nesse contexto, passa a ser institucionalizado um aparato legal¹⁰ de agenciamento de grupos que, historicamente, passaram por diferentes processos de exclusão social, como é o caso das populações negras brasileiras. Todavia, antes de realizar análises acerca dos desdobramentos das políticas educacionais antirracismo, é importante explorar, inicialmente, alguns pontos relevantes na trajetória das lutas sociais antirracismo protagonizadas pelos movimentos negros brasileiros.

O campo de ação desempenhado pelos movimentos *antidiscriminação*¹¹, a partir da Primeira República (no período pós-abolição) é um ponto importante para o entendimento dos delineamentos discursivos produzidos sobre a negritude brasileira. A ambiência social desenhada após a abolição foi fundamental para os rumos das lutas em prol da inclusão social das populações negras. As transformações políticas decorrentes da esfera política que orbitava na década de

¹⁰ As referidas determinações legais serão apresentadas com maior detalhamento nos subcapítulos 3.2 e 3.3 desta Tese.

¹¹ Termo utilizado para designar grupos sociais que empreendiam estratégia de combate e superação do racismo no período da Primeira República no Brasil.

oitenta do século XIX, na cena abolicionista e republicana, não atendiam positivamente o grupo social de ex-escravizados, libertos e suas famílias.

A pessoa negra, que anteriormente não se enquadrava no mesmo quadro jurídico e antropológico da branca, uma vez liberta, deveria, em tese, pertencer à categoria de cidadã, e, como tal, lançaria mão dos princípios pretensamente universais de humanidade e igualdade. Nas palavras do historiador Mozart Linhares da Silva: “os negros saíam da condição de *res* para entrar na condição de homem” (SILVA, 2014, p.113). Deste modo, o contexto do pós-abolição causou efeitos, também, no sentido de um redimensionamento do próprio conceito de liberdade e de “seus possíveis significados para os diversos atores sociais” (RIOS e MATTOS, 2004, p. 172). Entretanto, as populações negras permanecem sendo alvo de marginalização, em decorrência de outros impedimentos e limites táticos promotores de exclusão engendrados pelo Estado.

Saliento aqui, a título de elucidação, a primeira Constituição da República do Brasil, de 1891, que proibiu o voto dos analfabetos, ou ainda, a veemente priorização de emprego aos imigrantes europeus trazidos por meio das políticas imigrantistas do final do século XIX. Arelada a isso, destaca-se, também, a forte entrada da teoria do “racismo científico”, que visava “comprovar” a inferioridade racial negra em diferentes aspectos, e idealizava o branqueamento da sociedade brasileira. Essas estratégias são exemplos de pontos marcantes e decisivos para a produção e fortalecimento dos discursos que interditavam a inserção social das populações negras de modo efetivo.

Assim, com a entrada do darwinismo social e das teses evolucionistas do final do século XIX, elaboradas, principalmente, na Faculdade de Medicina da Bahia e na chamada Escola de Recife, começa um processo de construção discursiva e antropológica do negro no Brasil. Para Silva (2014, p. 113) “desde a segunda metade do século XIX, autores adeptos do racismo científico, gastaram tinta para chamar a atenção dos perigos da mistura racial, da degeneração civilizatória do país”.

Os alarmes acerca da tendência do “fracasso” civilizatório do país se faziam presentes nos estudos de Raimundo Nina Rodrigues, um dos principais nomes da Faculdade da Bahia. Suas teses fortaleceram a elaboração do constructo antropológico negativo da figura da pessoa negra, a partir da ideia construída com

sustentação das teses “científicas” que atribuíam características de agressividade e violência à imagem do negro.

A partir dessas teses se fazia “comprovado”, portanto, o “risco” da mestiçagem. Nina Rodrigues chegou a indicar, por exemplo, no estudo intitulado *Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil* (1894) que fosse criado um código penal específico para pessoas mestiças e negras, por entender que estas não possuiriam racionalidade e consciência equiparadas à dos brancos. Dessa forma, negros e mestiços se encontrariam em uma espécie de infância racional em comparação ao branco, que seria detentor de um tipo de racionalidade superior. Nessa trilha, para Nina Rodrigues, negros e mestiços não poderiam ser julgados por meio dos mesmos critérios jurídicos.

O início do século XX foi marcado pela criação das teses da ciência do aperfeiçoamento genético e aprimoramento racial fomentadas por Francis Galton (1822-1911). A inscrição da eugenia no Brasil foi vista positivamente, principalmente por Renato Kehl, um dos maiores difusores das teses eugenistas no país, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1917), protagonizou a defesa da eugenia através de diversas publicações e palestras que visavam divulgar as concepções de ciência de Galton: “a eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bella, mais moralizada, mais inteligente” (1923, p. 50). Oliveira Viana (1883-1951) é outro dos nomes importantes do período. Viana anunciava e defendia que a miscigenação se tratava de um problema civilizatório, quando dizia, por exemplo, que os mestiços são “centro de tendências étnicas opostas, que se neutralizam a sua vontade como que se dissolve. Por fim, desfecham na abulia. E ficam eternamente no plano da raça inferior” (2005, p. 176).

No empenho para superar o cenário excludente que se forja, são criadas organizações que objetivavam a mobilização política negra. Eclodem a partir daí, espaços importantes para a ação dos movimentos negros, tais como associações de proteção, assistência, unificação e defesa das populações negras. Outro espaço importante no percurso de lutas foi a imprensa negra.

Os jornais da imprensa negra se constituíram em recursos emblemáticos de denúncia e combate ao racismo. Através da divulgação dos limites de exclusão enfrentados pelas comunidades negras, a imprensa negra visava explicitar os impedimentos de acesso à saúde, educação, empregabilidade e moradia, além das denúncias contra ações segregacionistas, como é o caso da interdição de circulação

de pessoas negras em espaços públicos. Para Petrônio Domingues, “as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de ‘segregação racial’ que incidia em várias cidades do país” (DOMINGUES, 2005, p. 105).

As lutas no campo do antirracismo iniciam um processo de ampliação a partir da criação da Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB se consolidou como a maior e mais significativa entidade negra do Brasil a partir da década de 1930, instituída em vários estados do país, congregava um número notável de militantes na luta contra o racismo. Foram muitos os espaços instituídos pela FNB para a mobilização das populações negras, e a organização estruturou-se como um intenso movimento de massa na primeira metade do século XX (DOMINGUES, 2005).

Em que pese a inscrição das teses eugênicas no Brasil, o formato eugenista promovido nos trópicos não seguiu a *doxa* europeia “à risca”. O que se viu no Brasil, foi um modelo “adaptado” às configurações sociais híbridas e características do país. Em 1911, o cientista Batista de Lacerda (1846-1915) foi enviado pelo governo brasileiro ao Congresso Universal das Raças, em Londres. No evento, Lacerda sustentou a tese de que a mestiçagem poderia ser positiva, inscrevendo, assim, a proposta de “branqueamento” como estratégia de redefinição da população brasileira. Ou seja, de acordo com o cientista, a partir da miscigenação, a “raça branca”, (considerada *superior* pela lógica eugenista), iria sobrepor-se à negra, e, no decorrer de um século, o Brasil seria um país majoritariamente branco.

Nesse cenário, a política imigrantista se fortalecia e passou a ser tomada como tática no processo de branqueamento do país, conforme consta no alerta do médico eugenista Paulo de Azevedo Antunes (1926, p. 53), que, em sua tese de doutorado afirmava que era necessário “realizar na imigração uma seleção rigorosa, não só quanto aos indivíduos em particular, mas também quanto à raça de que elles dimanam”.

Com destaque a essas considerações acerca das mudanças discursivas a respeito dos diferentes entendimentos sobre a miscigenação e, portanto, sobre a composição populacional do país, salienta-se que a pauta racial foi uma questão central para a gestão política brasileira desde os tempos embrionários da nossa República. Conforme frisei, a mestiçagem foi lida sob o prisma evolucionista a partir da década de 1870, bem como no decorrer de todo o processo republicano e abolicionista que se constituía em seguida. Também foi pensada dentro das perspectivas eugênicas e, em seguida, “redesenhada” durante o Estado Novo,

quando as discursividades sobre o Brasil enquanto um país mestiço foi deslocado de uma tônica negativa para a elaboração “positiva” daquilo que viria, posteriormente, a ser a matriz da ideologia da democracia racial, fortemente incutida pelas ações do Estado.

O traço miscigenado da população brasileira foi amplamente utilizado na construção das narrativas que endossavam a inexistência de racismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, no período nacionalista de Getúlio Vargas. Para Silva (2012, p. 196) “os Estados-nação, nesse processo de construção de suas narrativas identitárias, com maior ou menor intensidade, foram racializados”. A raça como um “problema” para a constituição dos Estados-nação se desbloqueou da necessidade de homogeneizar a massa heterogênea da população.

A conexão entre a noção de “raça” e as narrativas identitárias sobre a “nação” se ligam, a partir da ideia de que a mestiçagem, como produtora de um grupo populacional híbrido, deveria ser combatida pelo bem da nação e em nome do fim das supostas degenerescências que se originariam da miscigenação. As narrativas identitárias, emergidas nesse cenário, foram efeitos dos debates sobre a mestiçagem e a consolidação do Estado-nação brasileiro. Deste modo, o “nó” da questão racial no Brasil foi um fator balizador do processo de produção da chamada “brasilidade”.

As narrativas identitárias são protagonistas na produção discursiva sobre a nova “nação” brasileira que se delineia no período varguista. A matriz centralizadora da definição das identidades nacionais pressupunha a homogeneização da população, de modo a criar um grupo populacional que vivencia o sentimento de pertencimento a um mesmo território, uma mesma História, língua e *raça*. Sobre o papel das concepções de raça/etnia nos processos de construção identitária, Eric Hobsbawm (2008, p. 274) diz que esse é “um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação a ‘eles’”.

Nessa trilha, a constituição das narrativas identitárias sobre a nação brasileira, enfrentava justamente a dificuldade (inviabilidade) de homogeneização nacional por meio de uma etnia/raça nos moldes pretendidos pelos Estados-Nação europeus. Contudo, vale ressaltar a análise de Silva (2014, p. 114): “nos anos 1930 os modelos racio-deterministas já apresentavam suas fragilidades e abria-se um novo campo de discussão, centrado nas questões culturais”. Dotado desses

pressupostos culturalistas, que delineavam a *nação* a partir dos traços culturais do Brasil, e não mais da miscigenação no sentido racial, Gilberto Freyre, a partir de *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 2006) inscreve na sociedade brasileira uma ode ao aspecto mestiço dessa população que deveria passar a ler a si mesma como um grupo populacional unificado.

O caráter híbrido está, portanto, mais uma vez no seio das discussões acerca das configurações sociais. Entretanto, essa mestiçagem transpassa as linhas raciais e adota uma roupagem de “cultura nacional”. Nesse sentido, o Brasil começa a ser narrado como país de caracterizado por uma composição populacional única, e a figura do brasileiro mestiço, que outrora foi o “problema” que embaralhava a lógica da constituição das narrativas identitárias sobre a nação, passa a ser, agora, positivado. Dessa forma, se torna um agente aglutinador, sobre o qual as narrativas identitárias nacionais podem ser produzidas, a partir dos discursos sobre o convívio pretensamente harmonioso entre as raças. A tese culturalista de Gilberto Freyre “se tornará a referência interpretativa do Brasil mestiço” (SILVA, 2014, p. 115).

As definições de “população” brasileira, assim como a necessidade de criar novos modos de gerenciamento dessa massa, a partir de uma homogeneização em torno de uma ideia de grupo populacional que necessita ser governado – no caso brasileiro, regulado em seu caráter híbrido, porém narrado como único e equilibrado em seus antagonismos, conforme mostra a obra de Gilberto Freyre (2006) – faz eclodir estratégias de governamentalização do Estado, que no caso brasileiro, podem ser verificados a partir do período do Estado-Novo.

Essas transformações na ordem discursiva sobre a “nação”, bem como sobre a figura do negro e da própria mestiçagem, estão na base de pensamento acerca das relações raciais no Brasil. As discursividades emergidas neste período a respeito das relações étnico-raciais foram constituídas, em grande parte, pela “ideologia da democracia racial”. Foi a partir dela que se formulou a falsa concepção de que a sociedade brasileira seria uma espécie de “paraíso racial”, no qual não eram verificados conflitos inter-raciais, e, nesta trilha, o próprio sistema escravista no Brasil, poderia ser lido - em comparação com a escravidão norte-americana - muito mais “branda, humana e suportável” (GUIMARÃES, 2002, p. 2).

A constituição das relações étnico-raciais pretensamente “harmoniosa”, desenhada pelas narrativas fundadoras do “mito da ideologia racial” respondia às demandas de atenuação de conflitos e anulação das bandeiras de lutas e fronteiras

com as “diferenças” de qualquer natureza. Nessa direção, destaco o que diz Kabenguele Munanga acerca dos efeitos do mito da democracia racial no Brasil:

Sem dúvida, ouvimos falar ou lemos algo sobre essas manifestações do racismo que aconteceram na história da humanidade cujas lembranças estão ainda frescas na memória de algumas gerações entre nós. Essas manifestações são as mais conhecidas, pois são mais noticiadas e popularizadas em nosso país e em nossa educação. Mais do que isso foram institucionalizadas e oficializadas na Alemanha nazista, na África do Sul (1948-1994) e nos Estados Unidos da América desde a abolição da escravidão naquele país até os anos de 1960. Mas, o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (MUNANGA, 2010, p. 1)

A “ideologia” da democracia racial foi estratégica para as bases da chamada “identidade nacional”, afinal de contas, a noção de um país sem conflitos raciais, fazia eco ao caráter centralizador do governo varguista, que celebrava a não existência de conflitos de qualquer ordem. Nesse caminho, vale salientar que, por ideologia da democracia racial, se entende uma matriz homogeneizante que se refere aos conflitos raciais, ou ainda, no dizer de Sérgio Guimarães: “a ideia de que o Brasil era uma sociedade ‘sem linha de cor’” (2002, p. 02) e, portanto, sem embates raciais. A respeito dessa questão, é importante salientar, ainda, a fala de Abdias do Nascimento, intelectual e ativista importante do Movimento Negro, no *Congresso do Negro Brasileiro*, em 1950, citada por Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 2):

(...) observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa conforme é o nosso caso.

As narrativas acerca da não existência das fronteiras raciais no Brasil, assim como sobre o aspecto positivo culturalista da miscigenação, marcaram e permanecem marcando, em certa medida, a constituição das narrativas identitárias do país. Deste modo, as discussões em torno da composição étnico-racial brasileira foram balizadoras de diferentes arranjos sociais no processo de consolidação da

República brasileira. Seja como “justificativa” para o fracasso social ao qual o Brasil estaria destinado devido ao seu aspecto miscigenado, ou seja, como amálgama da unificação nacional, o aspecto híbrido da população, foi constituinte das discursividades sobre a ideia de brasilidade, em diferentes e diversos momentos da História do Brasil.

Ainda a respeito das mudanças nas discursividades sobre a “nação”, assim como sobre o espaço social das pessoas negras nesse processo, vale destacar que ao final da ditadura do Estado Novo, os movimentos sociais retomam corpo, e no caso específico do Movimento Negro, a associação chamada União dos Homens de Cor, de Porto Alegre, recomeça o processo de ampliação e congregação de militantes. Segundo Petrônio Domingues (2007), a organização foi emblemática na mobilização das lutas, bem como pela instituição de espaços de amparo jurídico, social e educacional às populações negras.

Fundamental também para a compreensão de como se definiram as lutas antirracismo brasileiras, foi Teatro Experimental do Negro, fundado e liderado por Abdias do Nascimento. O intento do Teatro era constituir um grupo formado apenas por atores negros. Todavia, posteriormente, a organização tomou uma tônica mais política em defesa dos direitos das populações negras. Um exemplo disso foi o empenho para a criação de uma legislação efetiva contra a exclusão e discriminação racial. Embora a primeira lei “antidiscriminação” (usando os termos da época) tenha sido aprovada apenas em 1951, nomeada como Lei Afonso Arinos, as reivindicações promovidas pelo Teatro em nome do amparo legal do combate ao racismo foram contundentes desde sua fundação.

Na sequência de uma análise dos deslocamentos discursivos sobre a negritude brasileira, vale frisar, também, o período de difícil ação dos movimentos sociais de toda e qualquer natureza experienciado durante o período do regime militar. O golpe militar de 1964 desarticulou as forças políticas dos movimentos sociais. Embora tenham permanecido em constantes e importantes empenhos de resistência, os movimentos sociais vivenciaram, neste contexto, uma fase de difícil ação pública. A instauração da ditadura militar implicou em uma fragmentação das mobilizações e lutas sociais e políticas, uma vez que os debates públicos e organizações sociais foram violentamente reprimidos.

2.2 Condições de emergência das Políticas Educacionais Antirracismo

Um ponto importante para o avanço nos debates das questões étnico-raciais no Brasil foi a desconstrução dos argumentos que se alicerçavam na ideia de inexistência dos conflitos étnico-raciais, bem como pelas afirmações da ausência de racismo na sociedade brasileira. Nesse sentido, foi fundamental o protagonismo das “denúncias” da ideologia da democracia racial promovidas pelo Movimento Negro, sobretudo a partir da rearticulação política que resultou na criação do Movimento Negro Unificado (MNU). A instituição foi fundada com a proposta de aglutinar as lutas antirracistas promovidas em todo o Brasil, elaborando as ações de defesa às populações negras em uma escala ampliada, com um tom mais contundente e combativo no que diz respeito ao combate ao racismo.

Amparado por grupos políticos com orientação de esquerda marxista, o MNU toma a frente nas discussões sobre o combate ao racismo e ao capitalismo de modo interligado. O sistema capitalista é lido, concomitantemente com regime escravista, como causas primeiras da exclusão, segregação e impedimento da inclusão do negro na sociedade de classes. A prerrogativa era associar a luta antirracista à de outros grupos sociais marginalizados. Nessa esteira, o panorama de fundo das militâncias políticas de toda a ordem era a opressão da ditadura militar. Dessa forma, se “criava, entre os diferentes segmentos da esquerda, laços mais estreitos do que os existentes nos países da Europa e nos Estados Unidos. E incorporava ao *ethos* dissidente e alternativo o sentimento de luta, de ‘resistência’” (ARAÚJO, 200, p.17, grifo no original).

No final da década de 1970, com traços de afrouxamento do regime militar, movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado ganham mais força e campo de ação para as reivindicações. O combate à ideia da não-existência de racismo no Brasil é consolidado, e a introdução desse tipo de debate coloca sob questionamento a chamada “ideologia da democracia racial”. Nesse sentido, saliento novamente Guimarães, que em relação à desconstrução do mito da democracia racial afirma:

(...) depois de denunciada como mito e transformada, nos anos de 1980, no principal alvo dos ataques do movimento negro, como sendo uma ideologia racista, a “democracia racial” passou na última década a ser objeto de investigação mais sistemática de cientistas sociais e historiadores. A princípio, prevaleceu a compreensão de que se tratava realmente de um mito fundador da nacionalidade. (GUIMARÃES, 2006, p. 269)

A “denúncia” da ideologia da democracia racial como um mito também teve como apoio o estudo de Florestan Fernandes, que, em seu livro *A integração do negro na sociedade de classe*, de 1965, faz importantes reflexões acerca da construção do então chamado “mito” fundante da ideia de relações raciais não conflituosas no país.

Outro ponto aliado no deslocamento da ideia de “paraíso racial” para as denúncias contundentes da existência de racismo no Brasil foi a introdução das pesquisas estatísticas como eixo argumentativo do Movimento Negro. Estudos estatísticos, como o de Carlos Hasenbalg, por exemplo, tornaram-se referências nas pesquisas que analisaram e cruzaram as informações relacionadas ao racismo e à exclusão social. Nessa trilha, Hasenbalg (2005) destaca: “a evidência empírica indica que os brasileiros não-brancos¹² estão expostos a um ‘ciclo de desvantagens cumulativas’ em termos de mobilidade social intrageracional” (p. 230).

Deste modo, a situação de vulnerabilização social de uma grande parcela da população negra brasileira passa a ser apontada em números, a partir de diferentes indicadores. Em entrevista concedida a Sergio Guimarães, Hasenbalg analisa, ainda:

(...) as pesquisas sobre educação indicam que crianças não brancas completam menos anos de estudos do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças de mesma origem social ou renda familiar per capita. Esses estudos indicam que pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Soma-se isso à discriminação salarial. (GUIMARÃES, 2006, p. 261-262)

Os dados censitários analisados nos estudos estatísticos tiveram grande relevância na cena de combate e denúncia do racismo brasileiro, uma vez que assinalavam para uma relação direta entre o racismo e a exclusão/imobilidade social.

O ano de 1988 foi comemorativo ao Centenário da Abolição, bem como foi, também, ano da promulgação da nova Constituição da República brasileira. Esse foi um momento emblemático no percurso das políticas públicas antirracistas, considerando que nesse ano foram promovidos diversos episódios relativos à História e Cultura Negra no Brasil. Sintonizados com as fortes mobilizações sociais que gravitavam em torno do Centenário da Abolição, foram fomentadas muitas

¹² Termos utilizados com relativa recorrência nos estudos sobre as relações étnico-raciais da década de 1980. A expressão “não-brancos” já foi questionada nas discussões sobre promoção da igualdade racial e não é mais utilizada nos estudos contemporâneos sobre o tema.

produções intelectuais-acadêmicas acerca de temas caros às populações negras.

Permeados pelas intensas ondas de resistência de movimentos sociais, que estavam em plena atividade na rearticulação pós-ditadura, intelectuais-acadêmicos adotaram, rapidamente, o tema do quilombo enquanto símbolo de resistência e luta. Essa passa a ser, por exemplo, um dos temas mais analisados e abordados pelos movimentos intelectuais deste período.

As importantes manifestações que circundaram as celebrações do Centenário da Abolição, aliadas aos movimentos sociais e a conquista de mais espaço nas produções intelectuais-acadêmicas, que tratavam de temas relacionados ao quilombo, inevitavelmente entraram na composição da Constituição de 1988. Deste modo, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, foi criado no sentido de assegurar a posse das terras ocupadas por comunidades quilombolas (remanescentes de quilombos). Para Fiabani (2008, p. 30), as mobilizações ocorridas no ano da promulgação da Constituição atravessaram a sua composição, deste modo, o Centenário da Abolição se apresentou como um tipo de “manifesto pela cidadania” que atendeu as discussões que emergiam sobre a escravidão no Brasil, e que visavam redimensionar os moldes como a História do Brasil havia sido escrita e contada na Educação escolar até então.

Nesta ambiência social, o Movimento Negro inicia um processo de incentivo afirmativo da negritude. No intuito de estimular que indivíduos negros passem a assumir a própria negritude enquanto uma postura de luta política, é possível observar a partir de então, um deslocamento discursivo no que tange a autodeclaração e a postura combativa dos movimentos sociais negros. Fazer referência a alguém utilizando o termo “negro”, a partir daí, por exemplo, passa a ser uma designação recebida com orgulho, pois diz respeito às novas concepções sobre o que significa ser negro no Brasil. Por outro lado, a partir das reivindicações do MNU, passam a ser rechaçados os termos que denotam uma “atenuação” da negritude, como é o caso de “pessoa de cor”, pois passam a ser entendidos como se ser negro fosse algo negativo, por isso, precisaria ser “amenizado” (DOMINGUES, 2007). Nessa esteira, na década de 1990, o Movimento Negro já havia adotado, por completo, o tom de revisão das perspectivas sobre a identidade negra e sua História, assumindo, portanto, um teor “Africanista”, e afirmativo da negritude, calcado na reconstituição/revisão da discursividade sobre as populações negras

brasileiras.

Face às transformações relativas a questões iniciadas e digeridas nas décadas de setenta e oitenta, passam a ser verificadas ações de reconhecimento (ainda que tímido) do Brasil como um país racista começam a se desenrolar, principalmente a partir da década de 1990 no âmbito das políticas públicas antirracismo, e conseqüentemente nas discursividades sobre a negritude. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), determinações legais e ações de reconhecimento dos grupos socialmente excluídos se tornam mais palpáveis na agenda pública oficial.

Essas ações contam com o amparo por parte dos poderes executivo, legislativo e judiciário para a promoção de encontros, eventos e grupos de debate que admitem, pela primeira vez com uma tônica “oficial”, a existência de racismo no Brasil. No Seminário Internacional intitulado *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*, ocorrido em 1996, promovido por parte do Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, o então presidente da república “assume” a existência de racismo no Brasil na fala de abertura. Segundo o chefe de Estado:

(...) fomos descobrindo que não temos tanta propensão à tolerância como pensávamos ter. Ao contrário, existem muitos aspectos de intolerância, quase sempre um pouco edulcoradas, adocicadas, porque raramente manifestamos nossas distâncias e nossas reservas de forma áspera. (CARDOSO, 1996, p. 46)

Deste modo, conforme salienta a historiadora Mônica Grin (2010, p. 109-110) o então presidente do Brasil: “pela primeira vez na história republicana brasileira, reconhece publicamente, na qualidade de governante, e não de sociólogo, a existência do racismo no Brasil. Esse reconhecimento demarca o início da trajetória pública da luta do Movimento Negro”.

No início do século XX, as questões relacionadas à raça foram assunto explorado, fundamentalmente pelo campo científico. Entretanto, da metade do século passado em diante, questões étnico-raciais passaram a entrar no cenário político de modo mais contundente. Assim, os debates sobre a “desmistificação” do mito ou ideologia da democracia racial abriram espaço para a sobreposição da esfera da política no campo de saber que antes era legitimado pelo caráter pretensamente *científico*. Acerca do deslocamento da ideia de “raça” de um tom

biológico para um constructo social e político, Hofbauer (2006) argumenta que:

(...) a “identidade negra”, que ganharia importância cada vez maior no discurso do MNU, expressaria, segundo esse raciocínio, a conquista da plena consciência não apenas no que diz respeito à exploração e a discriminação do negro, mas também no que diz respeito à força civilizatória própria num conjunto de categorias irreduzíveis. (p.393, grifo no original)

A politização positiva do conceito de “raça” atribui uma unidade identitária às populações negras, e de acordo com o intelectual negro, militante e ativista do Movimento Negro Abdias do Nascimento, pode ser entendida a partir de vários fatores em diferentes esferas do tecido social. Para ele, a “raça”:

(...) significa um grupo humano, que possui, relativamente, idênticas características somáticas, resultantes de fatores bio-histórico-ambientais. Tanto a aparência física, como igualmente os traços psicológicos, de personalidade, de caráter e emotividade, sofrem influência do complexo de fatores onde se somam e se complementam a genética, a sociedade, a cultura, o meio geográfico, a história. (NASCIMENTO, 1980, p. 273)

De acordo com Sérgio Guimarães (2003, p. 103), o negro “para ser cidadão, precisa, antes de tudo, reinventar a sua raça”. O deslocamento discursivo do conceito de raça para um tom positivo e político foi estratégico, na construção e redimensionamento das narrativas identitárias da negritude. Ao mudar o significado do conceito de raça, o Movimento Negro passa a construir novas narrativas identitárias sobre o negro que, vale lembrar, definem o que é ser negro por meio dessa nova racionalidade produtora de verdades outras sobre a negritude.

A produção da ideia de “raça” com base na noção unificação política, histórica, cultural e social negra, mobilizam formas de regulação que incidem na construção histórica de uma ancestralidade positiva a partir da qual essa população passa a ser lida. Essas mudanças discursivas criam uma “sintonia entre raça (negra), cultura (negra), identidade (negra) e, dessa forma, re-integra esses três conceitos paradigmáticos em uma nova categoria: ser negro” (HOFBAUER, 2006, p. 402-403).

Conforme salientei no decorrer deste texto, a composição étnico-racial da população brasileira vem sendo alvo de estratégias de regulação desde as primeiras décadas do século XX. Na mesma direção do entendimento das formas de regulação, a releitura das relações étnico-raciais por meio das lentes da política, e não mais biológicas, construiu o terreno fértil para a emergência das políticas públicas afirmativas antirracismo. Essas, ao agirem diretamente sobre as populações a partir do recorte racial, estabelecem novos tipos de governo

biopolítico das populações negras brasileiras.

As novas discursividades inscritas nos debates públicos sobre a negritude Brasil abrem caminho para a discussão das políticas de ação afirmativa e o seu papel, como forma de gerenciar e atender demandas de grupos sociais historicamente excluídos. Embalado por essas movimentações, o Movimento Negro entra na década de 2000 com uma importante atuação nas esferas públicas, tomando, principalmente, o tema das políticas educacionais como eixo balizador das reivindicações de entrada na agenda pública antirracismo. Assim, passa a ser verificada a criação de espaços institucionais que impulsionam o tema da igualdade racial e da necessidade de ampliação das políticas de ações afirmativas, sobretudo no campo da Educação.

Em análise do percurso da institucionalização de ações públicas de promoção da igualdade racial nas políticas educacionais, é salutar destacar a III Conferência Mundial contra o Racismo, no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, que agiu como um importante “gatilho” para uma série de novos debates sobre o racismo, bem como de ações decorrentes dessa temática. Tanto nos preparativos para o evento, quanto no retorno do mesmo, o debate sobre as questões antirracistas e da identidade negra ganhou fôlego e tomou novos rumos no Brasil. Sendo assim,

(...) no âmbito da preparação para a Conferência de Durban, ocorre um conjunto amplo de atividades organizadas por organizações não-governamentais, acadêmicos e grupos diversos que logram fazer da pauta de reivindicações dos afro-descendentes um tema central da agenda pública nacional. (COSTA, 2006, p.145-146)

As argumentações introduzidas pelo reconhecimento “institucional” e “oficial” do racismo no Brasil ampliam o campo de ação do Movimento Negro e dá amparo para a criação de determinações legais que buscam dar conta dos debates étnicos e raciais que emergem do novo contexto que se molda. Deste modo, na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva, já era possível observar um campo fecundo considerável para a consolidação das lutas antirracistas que se verificou no decorrer do governo petista. Nessa direção, o governo Lula dá continuidade e ampliação ao debate sobre as ações afirmativas, sobretudo na Educação, em resposta contínua aos movimentos sociais antirracismo.

Passam a ser formuladas, então, ações institucionais, principalmente no âmbito educacional, que se destinam a produzir e conduzir as novas discussões sobre a negritude brasileira. Nesse contexto, são criadas, por exemplo, a Secretaria

Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial que se apresentam como espaços que visam atender, por meio de diferentes práticas e ações públicas, as demandas dos movimentos antirracismo e aos rumos que tomam as discussões sobre o negro no Brasil.

Por meio da institucionalização de uma série de ferramentas oficiais que respondem às reivindicações pela inclusão, reconhecimento e valorização das populações negras, são elaboradas propostas para determinações legais no campo educacional. A Educação se apresenta, nesse cenário, como espaço produtivo e potente para o desenvolvimento de práticas que objetivam atenuar a exclusão e, como efeito, agem de modo determinante nos novos sentidos da construção das narrativas identitárias da negritude no Brasil.

Conforme discorri nesta seção, é possível verificar, sobretudo nas últimas décadas, transformações nas discursividades e no entendimento sobre o que é ser negro no Brasil. Na mesma medida, foram transformados também os desígnios do que significa empreender lutas antirracistas no país. Os movimentos sociais antirracismo são, nessa direção, protagonistas na produção dos novos direcionamentos sobre as narrativas identitárias negras. Essas vale dizer, agora balizadas pela racialização política e positiva do negro brasileiro.

Essas mudanças discursivas colocam em voga um importante reposicionamento da mestiçagem, assim como a ressignificam a categoria raça, que desde a Segunda Guerra Mundial havia sido repudiada dos debates políticos. Nas prerrogativas defendidas Movimento Negro contemporâneo, a categoria “raça” é relida e repensada, e dela passa a ser suprimido o caráter biológico. Dessa forma, a ideia de raça passa a ser sustentada como uma construção social, e, também como um conceito aglutinador no qual os movimentos sociais antirracistas apoiam e fundamentam novas e atuais discussões sobre o negro no Brasil.

Assim, através da ressignificação do conceito de raça, é possível observar a emergência de reivindicações por uma ancestralidade afrocentrada em comum. Ancestralidade essa, construída a partir da narrativa histórica redimensionada, que se reporta a uma origem unitária e oriunda do lastro genealógico africano. Essa releitura e reescrita histórica tem por intento, por meio da reescrita positiva, atuante e protagonista da História da negritude brasileira, mobilizar e produzir novos sentidos sobre ser negro no Brasil.

2.3 Intelectualidade acadêmica negra: um debate contemporâneo

Ao argumentar a respeito da função política do intelectual, Michel Foucault diz que o exercício intelectual deve ser reelaborado e situado dentro daquilo que ele nomeou como “intelectual específico” oposição à ideia de “intelectual universal” (FOUCAULT, 2011, p. 211) ou seja, não alguém que se ocupa das respostas universais demandadas à ciência no decorrer do Século XIX e início do Século XX, e sim, de pautas relacionadas a “setores determinados em pontos precisos” aos quais estejam situados (p. 213).

Assim, mais eficaz do que explicar valores universais, é necessário que haja, por parte do intelectual, um entendimento da potência de engajamento político que há nas investigações acerca do funcionamento dos dispositivos produtores de verdade operacionalizados, inclusive, nas engrenagens que atribuem ao saber científico o *status* de verdadeiro. No dizer de Foucault:

O importante, penso eu, é que a verdade não está fora do poder nem sem poder (ela não é, apesar do mito cuja história se deveria retomar, a recompensa dos espíritos livres, o filho de longas solidões, o privilégio daqueles que souberam libertar-se). A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos reguladores de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política de verdade”, ou seja, os tipos de discurso¹³ acolhidos por ela, os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de fazer o que funciona como verdade. (2011, p. 2016-2017, grifos no original)

Muito longe de perceber esta Tese como produção nos moldes sacralizados ou eruditos da escrita intelectual universal, mas construindo-a como esforço para entender alguns dos possíveis efeitos das verdades produzidas no campo das relações étnico-raciais e seus desdobramentos dentro do próprio campo intelectual brasileiro, me inspiro nas ideias de Michel Foucault, compreendendo que a atividade da pesquisa possui alguma força contributiva para as lutas políticas, na medida em que se dedica a analisar aspectos de determinada sociedade dentro de uma “especificidade ligada às funções gerais do dispositivo de verdade” (FOUCAULT, 2011, p.217).

¹³ No entendimento foucaultiano, o discurso “é constituído de um conjunto limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2007, p. 135). Deste modo, as posturas, condutas e modos de vida são, concomitantemente, produzidas e produtoras de sentidos.

Considerando que as pesquisas direcionadas às relações étnico-raciais e políticas educacionais pensadas a partir dos estudos pós-estruturalistas possuem espaço e força no âmbito da produção intelectual, essa Tese de Doutorado vem sendo constituída inspirada em uma célebre afirmação mencionada por Michel Foucault em entrevista concedida a Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow:

(...) o que eu quero fazer não é a história das soluções, e esta é a razão pela qual eu não aceito a palavra alternativa. Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. (FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 256, grifo no original)

Ao destacar essas reflexões, saliento que as inspirações para a elaboração desta Tese são resultantes justamente dessa perspectiva. Ou seja, partindo das teorizações que propõem *outros modos* para pensar a Educação, tenho o objetivo de analisar os processos por meio dos quais se constituem *modos de ser* pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil, considerando as demandas por consolidação de espaços de produção acadêmica constituídos nas bases daquilo que Eduardo de Oliveira defendeu como uma ciência para o negro:

Vivemos num mundo onde a cor, a etnicidade e a classe social são de primordial importância, sendo assim impossível ao cientista (e em particular ao cientista negro) manter uma neutralidade valorativa. (...) São estas considerações que nos levam a ideia de uma sociologia negra (ou uma historiografia, economia, antropologia negras etc...). Ela surge como reação e revolta contra o viés da “sociologia principal” burguesa-liberal; como um passo positivo para o estabelecimento de definições básicas, conceitos e construções que utilizam a experiência histórica dos afro-brasileiros. (OLIVEIRA, 1977, p. 26, grifos no original)

A concepção de uma ciência para o negro parte da proposição de ruptura epistemológica dentro do campo da Sociologia. Todavia, seus estudos reverberaram e contribuíram de modo importante para a consolidação de espaços de intelectualidade negra em outras áreas, como é o caso da Filosofia, História, Antropologia, Economia e Educação.

Eduardo de Oliveira diferencia a produção científica que ele nomeia como “principal” (sobretudo no âmbito da Universidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980), que se ocupava da temática racial a partir do olhar produtor de uma ciência sobre o negro, da proposta de ciência para o negro. Esta última se sustenta na ideia de que as produções sobre as relações raciais no Brasil deveriam ser elaboradas a

partir de pontos de vista que considerem a singularidade do sujeito negro que constrói sua própria História.

Essa compreensão se opõe aos estudos que partem dos pressupostos do fazer científico designado por ele de “burguês-liberal” e majoritariamente branco. Ao longo das décadas e do desenvolvimento dos estudos no campo das Relações Étnico-Raciais (ERER), a noção de ciência para o negro desdobra-se, articula-se com outras perspectivas teórico-metodológicas, faz emergir possibilidades de análise sobre as ERER que propõem rupturas com as matrizes epistemológicas colonialistas, conforme buscarei apresentar no decorrer da escrita da Tese.

Eduardo de Oliveira é contemporâneo de outros pesquisadores/as negros/as que também contribuíram intensamente para o panorama da intelectualidade negra brasileira atual, que serão apontadas/os no desenvolvimento do presente texto. A opção por mencioná-lo já na delimitação do tema foi devido ao fato de que suas reivindicações se destinam especificamente à figura do produtor de ciência nos espaços acadêmicos. Nessa direção, Rafael Petry Trapp (2018) aponta que o trabalho de Oliveira auxiliou a consolidar as bases intelectuais das lutas políticas negras no Brasil por meio da proposta de mudança epistemológica que considera o lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento.

É salutar frisar a importância, tanto prática quanto simbólica, dada aos espaços de produção de conhecimento acadêmico-científico (*stricto sensu*) para a consolidação de epistemologias outras que contemplem aquilo que defendia Eduardo de Oliveira. Ou seja, é possível verificar que existe, por parte dos movimentos sociais antirracismo contemporâneos, uma forte demanda para o protagonismo negro dentro desses espaços. Nessa direção, destaco a reportagem a seguir:

A catadora de papel negra que vivia na favela agora é Doutora Honoris Causa. Embora seja uma homenagem póstuma, a UFRJ reconheceu, com a concessão do título pelo Conselho Universitário (Consuni) nesta quinta-feira, 25/2, a luta e coragem de uma mulher estoica: Carolina Maria de Jesus. A aprovação da outorga da distinção foi unânime e por aclamação e foi transmitida pela webTV UFRJ. A jornada da escritora improvável começou após os 30 anos, quando se mudou de Minas Gerais para São Paulo após a morte da mãe. Filha de João Cândido e Dona Cota, ambos analfabetos, Carolina nasceu em 14 de março de 1914, em Sacramento, cidade próxima de Araxá e da região do Triângulo Mineiro. Aos 7 anos ingressou no Colégio Allan Kardec, de orientação espírita, onde ficou até o 2º ano do ensino fundamental. Lá, ela abandonou o apelido de criança,

Bitita, e aprendeu em pouco tempo a escrever e ler. Com o tempo, tomou gosto por ambos. Em 1937, aos 33 anos e grávida, passou a viver na favela do Canindé, zona norte da capital paulista, e a se sustentar como catadora de papel. Aproveitava os cadernos usados que recolhia para registrar o cotidiano em que vivia. Assim, deixou uma obra literária que a colocou como peça fundamental na luta antirracista, conforme atenta o parecer que fundamentou a concessão do título, demonstrando que nos últimos seis anos foi tema de 58 teses e dissertações, segundo o portal de publicações acadêmicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com o apoio do jornalista Audálio Dantas, em 1958, Carolina publicou o primeiro e mais famoso livro, *Quarto de Despejo*, a partir de anotações em vinte cadernos. O sucesso da publicação lhe permitiu mudar para o bairro de classe média de Santana.

Três anos depois, publicou o romance *Pedaços de Fome* e o livro *Provérbios*. Carolina nunca quis se casar e teve três filhos, todos frutos de relacionamentos diferentes. Morreu em fevereiro de 1977, aos 62 anos, de insuficiência respiratória. Outras seis obras foram publicadas após sua morte, compiladas a partir dos cadernos e materiais deixados pela autora.

A honraria *Honoris Causa*, que significa “por causa de honra”, é concedida independentemente da instrução educacional a quem se destacou por suas virtudes, méritos ou atitudes. O agraciado passa a desfrutar dos mesmos privilégios daqueles que concluíram um doutorado acadêmico convencional. No Brasil, cada instituição de ensino superior define pelo regimento interno quem receberá o título, tendo sido a UFRJ uma das primeiras instituições a concedê-lo, em 1921.

Reparação histórica

A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, parabenizou a Universidade pela decisão. “Com muito júbilo, tenho a satisfação de ser a reitora neste momento histórico da concessão deste título. Ter o meu nome associado ao de Carolina de Jesus de forma indelével é uma grande honra”, afirmou.

Do ponto de vista de Susana Castro, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e responsável pela sugestão da honraria, a concessão tem vários aspectos importantes, entre eles o reconhecimento de Bitita no cenário intelectual, artístico e literário brasileiro. “É uma escritora cuja obra é de uma poesia ímpar, que por si só a faz ocupar lugar de destaque entre as escritoras nacionais. O tempo todo é perceptível nas obras o lirismo... Uma preocupação da autora em resguardar aspectos do ambiente em que vivia que, sob olhares, seriam considerados só inumanos devido à miséria e às condições sanitárias. Isso mostra uma grande veia poética, um domínio da capacidade de descrição pela linguagem”, atentou a professora.

Para Vantuil Pereira, um dos autores do parecer favorável à concessão do título, no âmbito do Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), a homenagem póstuma lança luzes para o futuro do país e a possibilidade de desenvolvermos, dentro e fora da Universidade, caminhos antirracistas. Sem dúvida, segundo ele, a decisão é um resgate de um apagamento e esquecimento da autora. “Uma reparação histórica do esquecimento produzido sobre a história dos negros e de personalidades negras marcantes, como é o caso de Carolina de

Jesus. Essa reparação tem um papel didático em sociedades como a brasileira, que durante muito tempo viu o negro de forma negativa pelo completo desconhecimento histórico. O reconhecimento nos faz lembrar do papel que teremos pela frente na luta contra as assimetrias raciais, das quais o espaço universitário tem sido um dos locus privilegiados”, afirmou o professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH/UFRJ).

Ainda segundo a diretora do Ifcs, a vida de Carolina representa um potencial de autossuperação absurdo: “Apesar de a primeira obra, *Quarto de Despejo*, a ter estigmatizado como escritora da favela e de única obra, para além da denúncia das condições precárias de vida, o que transparece na leitura do livro o tempo todo é a beleza na escolha das imagens, descrições e linguagem. A obra pode ser lida como exercício poético, de uma poética de resíduos. Fragmentado, como diz Elena Pajáros, da USP. Além disso, mostra a polifonia da vida na favela, com várias falas que se entrecruzam o tempo todo. Autodidata, ela superou os entraves sociais, raciais e de gênero. E, sobretudo, não se deixou abater pela fala dos outros que queriam mantê-la em lugar de subalternidade e submissão. O título é importante para que a sociedade fique alerta e não se passe com outras escritoras o mesmo que se passou com ela”. (UFRJ, 2021)

A reportagem acima, veiculada na página da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2021, aborda a homenagem póstuma concedida à Carolina Maria de Jesus, com a concessão do título de Doutora *Honoris Causa* dado para a escritora e intelectual negra brasileira. “Escritora marginal” ou “idealista da favela”, conforme ela mesma se denominava, Carolina Maria de Jesus constituiu sua obra com base em narrativas diárias de seu cotidiano, buscando preservar memórias e impressões sobre a vida, a autora fazia uso de práticas de escritas de si, bem como, analisava a situação de desigualdade vivida pelas populações pobres, negras e periféricas¹⁴:

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na assembleia. A sucursal do purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi o ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas dos lixos, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em reação ao povo. (JESUS, 1993, p.54).

Na mesma medida, ao ler e reler seus textos, Carolina Maria de Jesus se propôs a refletir sobre a vida de uma mulher negra favelada, residente de uma capital. Diferente de *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), *Casa de Alvenaria – diário de uma ex-favelada* (1961); *Pedaços de fome* (1963) e *Onde está*

¹⁴ As citações de Carolina Maria de Jesus aqui transcritas seguem, na íntegra, o padrão ortográfico da autora.

a felicidade? (1977), onde a autora realizou narrativas de suas vivências¹⁵, em outras obras (publicadas após a sua morte), como *Diário de Bitita* (1986) e *Antologia Pessoal* (1996), Carolina dialogou profundamente com experiências cotidianas vivenciadas por grande parte das mulheres negras brasileiras contemporâneas a ela. Sobre o papel de sua escrita, a autora afirmou:

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 1993, p. 173).

Seus 35 cadernos, que exerciam o papel de diários, permitiram a divulgação de seus escritos, pensamentos e reflexões sobre uma vivência feminina negra periférica protagonizada pela intelectual negra que ilustra a capa desta pesquisa. Carolina Maria de Jesus fazia repetidas denúncias sobre as barreiras sociais produzidas pelo racismo e discriminação sentidos nas suas vivências. Na mesma medida, Carolina utilizava a escrita como ferramenta de enfrentamento e afirmação de si mesma: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me. – É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.” (JESUS, 1993, p. 58)

Analisando sua realidade, bem como as vidas ao seu redor, observava as desigualdades e escrevia, enquanto mulher negra e pobre, que compunha a parcela mais marginalizada e desprotegida da população brasileira. As escritas sobre si funcionavam, para a autora, como recurso de transformação e fortalecimento de si por meio da sua escrita insurgente e denunciativa das desigualdades sociais sentidas na pele:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. Devo incluir-me, porque eu também sou da favela. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou jogasse no lixo. (JESUS, 1993, p. 33)

¹⁵ As obras *Minha vida* (1994) e *Meu estranho diário* (1996) também dizem respeito a registros de memórias, narrativas e impressões de Carolina acerca de si mesma e suas vivências.

Para Christiane Vieira Soares Toledo, Carolina Maria de Jesus

(...) certamente modificou o padrão de representação da mulher negra na literatura e abriu espaço para novos traçados, pois, embora desacreditada por muitos, fez o mais importante e inovador: levantou sua voz de mulher negra diante do patrimônio masculino e branco para tomar para si o próprio estereótipo, que há muito vinha sendo deturpado pelos padrões hegemônicos, e reconfigurou a imagem ao seu gosto, — dentro e fora da literatura — conforme visto na apresentação dos diários. (TOLEDO, 2011, p.122).

Nesse sentido, tal como indicado antes, justifico a escolha da capa da presente Tese de Doutorado em decorrência de compreender que a reportagem supracitada é emblemática e sintomática do contexto de lutas antirracistas contemporâneas, que vem sendo atualizado e alicerçado fortemente na importância dos espaços de intelectualidade acadêmica negra.

A inserção das pautas identitárias e das lutas por valorização da produção intelectual negra estão “na ordem do dia”, no Brasil contemporâneo. A concessão do título de Doutora Honoris Causa para Carolina Maria de Jesus demarca, de modo especialmente elucidativo, a importância, subjetiva e objetiva, do espaço da pesquisa acadêmico-científica para a consolidação do *stricto sensu* como um campo propulsor de disputas de narrativas identitárias que buscam a produção de novos sentidos da negritude. Nessa direção, o título de Doutora recebido pela escritora e intelectual negra se apresenta como materialização das estratégias de luta empreendidas pelos movimentos sociais negros, que vêm colocando, de modo acentuado, um importante foco sobre a discussão acerca dos espaços de intelectualidade acadêmica negra enquanto campo de luta antirracista.

O cenário contemporâneo do campo das lutas antirracistas no Brasil tem se fortalecido, sobretudo nas últimas duas décadas, por meio das intensas demandas pelo reconhecimento e valorização das diferenças étnico-raciais a partir de um ponto de vista afirmativo das identidades negras. De acordo com Petrônio Domingues (2005, p.164), essa consolidação é resultado “da luta empreendida pelo movimento negro, [pois] há décadas assiste-se a uma mudança de postura, em vários segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento conferido às questões da população negra no país”.

Neste contexto, foram fundados e institucionalizados espaços públicos que visam a elaboração e efetivação de políticas antirracismo, haja vista a criação do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SNAPIR), regulamentado e instituído por meio do Decreto

8.136/2013, e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada pela Medida Provisória nº 111/2003, convertida na Lei nº 10.678 (BRASIL, 2008). A ambiência social que permitiu a emergência do aparato de Estado destinado ao reconhecimento e à valorização da população afro-brasileira criou condições para a inserção da temática étnico-racial no debate sobre as políticas educacionais.

Datam, também desse período, legislações que constituíram diretamente a atual estrutura educacional brasileira, como é o caso da Política de Cotas Raciais (BRASIL, 2012), que estipula o percentual das vagas disponíveis no ensino superior para indivíduos autodeclarados negros, assim como a legislação que institui a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica (BRASIL, 2003).

Ancorados em estrutura que possibilita a produção de novas narrativas identitárias acerca da população negra brasileira, os movimentos negros ganham força e espaço para o fomento de demandas por valorização da negritude como estratégia de superação e combate do racismo. Assim, muitos foram os espaços requisitados pelos movimentos supracitados, pelos quais a desigualdade racial passa a ser posta em debate.

Deste modo, o cenário do ensino superior começa a ser delineado de outras formas, e como desdobramento da entrada da temática étnico-racial nas estruturas de ensino básico e superior, o *stricto sensu* posteriormente se apresentou como novo campo de luta, resistência e produção de condutas afirmativas. A inscrição das pautas étnico-raciais nos espaços de pesquisa torna possível que sejam observados novos movimentos de demandas por consolidação do espaço da intelectualidade negra na produção científica como estratégia de visibilidade e afirmação identitária.

Estas demandas podem ser verificadas com a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2002, assim como com considerável aumento das publicações científicas, tais como Teses e Dissertações direcionadas aos estudos da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil. De acordo com Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Gonçalves Silva (2002), entre as décadas de 1980 e 1990, o volume de teses e dissertações que abordavam a temática da Educação e das Relações Étnico-Raciais não ultrapassou a marca de vinte trabalhos. Ahyas Siss e Iolanda de Oliveira (2007), por sua vez, observam que a produção científica relacionada às Relações Étnico-Raciais, de autoria de

pesquisadores autodeclarados negros ou não, acompanhou aumento importante a partir da década de 2000.

Os pesquisadores Maria Conceição Reis, Joel Severino Silva e Gabriel Swahili Sales Almeida (2020) realizaram um estudo que teve por objetivo traçar um percurso das pesquisas acerca do tema da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil. De acordo com os autores, é possível verificar um aumento do interesse na temática da EREER nas últimas décadas. A respeito do aumento desses estudos nos espaços acadêmicos, dissertam:

Surge a partir da inserção de estudantes de pós-graduação (em maioria negra) interessados em desenvolver pesquisas sobre a temática étnico-racial. O aumento pelo interesse em desenvolver pesquisas com esta temática foi impulsionado a partir da implantação de políticas de ações afirmativas no Brasil, com destaque para a política educacional, resultante da luta do movimento social negro por uma educação escolar antirracista. O marco dessa política foi a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que obriga escolas públicas e privadas a incluírem no currículo escolar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. (REIS, SILVA E ALMEIDA, 2020, p. 132)

A respeito do contexto de mudanças no âmbito da produção científica e intelectual negra, Vanicléia Silva Santos (Revista da ABPN, 2018) argumenta:

Penso que os anos 1999 e 2000 e o contexto atual são momentos distintos da mobilização intelectual negra, tanto em termos quantitativo, quanto em termos de organização institucional. Os atuais contextos da ABPN, COPENE, da lei 10.639, dos NEABS e das políticas de ações afirmativas mudaram totalmente o quadro de duas décadas atrás a cercada mobilização de intelectuais negros. Estas instituições, leis e programas têm promovido maior debate político, a proliferação de organizações em torno das questões raciais e o acesso dos jovens a diferentes oportunidades. O fato de ter um fórum próprio para os intelectuais negros se reunirem, como o COPENE, é um sério ponto do avanço da mobilização de intelectuais negros para dar maior visibilidade ao que produzimos na academia. Por outro lado, a ocupação de importantes posições no governo federal por intelectuais negros, assim como o estabelecimento de diálogo entre estes e instâncias decisórias tem sido fundamental para avançar nas políticas de ação afirmativa, assim como na implementação de leis voltadas para a população negra. (p.355-356)

Em razão desses apontamentos, é possível pensar as políticas educacionais antirracismo como elementos que produzem efeitos na produção de um certo modo de ser pesquisador negro no Brasil contemporâneo. Assim, passei a levantar questionamentos que instigam a analisar os processos por meio dos quais se constituem modos de ser pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil. A partir desse intento, estruturei a configuração dessa Tese com base na seguinte **problemática de pesquisa**: considerando as

demandas contemporâneas pela consolidação de espaços de intelectualidade negra na produção científica brasileira, como se constituem *modos de ser* pesquisador/a negro/a?

Para tanto, estabeleci dois movimentos analíticos que se constituem nos objetivos específicos deste estudo: o primeiro, visa compreender de que modo o campo da produção científico-acadêmica vem se delineando como espaço de elaboração de atitudes e condutas específicas de certos modos de ser pesquisador/a negro/a; o segundo analisa sobre como tais atitudes, posturas e condutas intelectuais podem ser pensadas enquanto componentes da subjetividade negra pesquisadora.

O ARCABOUÇO TEÓRICO-CRÍTICO TRAZIDO PELO FEMINISMO NEGRO SERVE COMO INSTRUMENTO PARA SE PENSAR NÃO APENAS SOBRE AS PRÓPRIAS MULHERES NEGRAS, CATEGORIA TAMBÉM DIVERSA, MAS TAMBÉM SOBRE O MODELO DE SOCIEDADE QUE QUEREMOS. MULHERES NEGRAS VÊM HISTORICAMENTE PENSANDO A CATEGORIA MULHER DE FORMA NÃO UNIVERSAL E CRÍTICA, APONTANDO SEMPRE PARA A NECESSIDADE DE SE PERCEBER OUTRAS POSSIBILIDADES DE SER MULHER.

*Djamila
Ribeiro*

2016, p. 100



3 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E ESCOLHA DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

É com grande alegria e luta que uma mulher negra, filha de septuagenários de cidade simples da região metropolitana de Porto Alegre/RS, conseguiu chegar até aqui, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para apresentar-lhes neste momento, a tese doutoral, que recebe o título de *Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação!* (ALVES, 2014, p. 15)

3.1 Estabelecendo diálogos e aproximações teóricas e metodológicas

Após os dois primeiros movimentos de redirecionamento da problemática central desta Tese de Doutorado, realizei um levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Essas buscas tiveram por objetivo o abastecimento de pesquisas que estabelecessem diálogos com algumas das abordagens teóricas e metodológicas desenhadas nesta Tese.

Como estratégias de refinamento da pesquisa e direcionamento para o foco temático, teórico e metodológico pretendido na Tese, fiz buscas de pesquisas nas áreas da Educação; História; Filosofia, Sociologia e Antropologia, partindo dos seguintes termos: Relações Étnico-Raciais, Intelectualidade Negra e Subjetividades Negras.

Por considerar que os diálogos que se desdobraram das pesquisas analisadas aqui foram de extrema relevância para a delimitação dos caminhos investigativos que deram sequência para a elaboração da Tese, pondero que seja relevante salientar aqui, brevemente, os pontos contributivos de alguns desses estudos para a lapidação do repertório teórico, mas também, e principalmente, para as escolhas metodológicas a partir das quais essa Tese foi desenvolvida.

As buscas iniciais acerca da temática da Educação das Relações Étnico-Raciais apontam para grande volume de trabalhos correspondentes ao tema da Educação das Relações Étnico-Raciais e também dos que analisam temáticas mais específicas dentro do campo das ERER, como é o caso do tema da intelectualidade negra brasileira ou da constituição de subjetividades negras. Cabe mencionar que o

volume é correlato ao que aponta Evaldo Ribeiro Oliveira (2014), ao mostrar significativo crescimento das produções acadêmicas no campo nos últimos anos no Brasil. Segundo o autor, o aumento “colocou a temática da Educação e das Relações Étnico-Raciais como parte integrante de uma agenda de pesquisas” (p. 44).

Uma parcela importante dos trabalhos encontrados, por meio da busca dos termos, apresenta análises a partir das perspectivas teórico-metodológicas dos Estudos Decoloniais¹⁶ ou dos Estudos Culturais¹⁷. Por essa razão, no decorrer do processo de levantamento de pesquisas que dialoguem com a problemática de pesquisa elaborada, foi necessário fazer outras intersecções com termos voltados ao repertório teórico-metodológico com o qual trabalho. Assim, em um segundo movimento, fiz cruzamentos nas buscas, adicionando também os termos: Subjetividades Negras Pesquisadoras; Estudos Foucaultianos e Michel Foucault. Elenquei, então, alguns trabalhos que articulam, especialmente, os temas das Relações Étnico-Raciais, subjetividades negras e/ou intelectualidade negra, com o referencial dos Estudos Foucaultianos.

A pesquisadora Sandra Beatriz Morais da Silveira (2010) realiza análise das matrizes teórico-conceituais que sustentaram as determinações da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Brasil.

A partir dessa pesquisa, foi possível pensar acerca do panorama sócio-histórico de pontos a partir dos quais se estruturaram concepções importantes para a constituição do cenário contemporâneo das Relações Étnico-Raciais. A partir desse estudo, também é possível pensar de modo crítico acerca da ausência de referencial acadêmico-intelectual negro nas matrizes teórico-conceituais do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Afinal, fica flagrante, na pesquisa, a necessidade que essas matrizes sejam constituídas por reflexões marcadas pelo

¹⁶ Na seção 6, discorro sobre as perspectivas decoloniais e sua inscrição nas investigações no campo das Relações Étnico-Raciais.

¹⁷ As pesquisadoras defendem ainda que as pesquisas das Relações Étnico-Raciais, realizadas no âmbito dos Estudos Decoloniais, possuem potência na medida em que abrem “caminhos para problematizarmos a naturalização do racismo e suas permanências; bem como contarmos, enquanto professoras, em sala de aula, histórias “outras”, protagonizadas por sujeitos “outros” atores e autores de suas próprias vivências, marcadas pela potência de (re)existir para/com seus pares, de preservar e (re)inventar a tradição para fortalecer o sentimento de pertencimento racial e cultural, numa esfera individual e coletiva, identitária, fronteiriça, conflituosa, múltipla” (ALMEIDA, MESQUITA, OLIVEIRA, 2018, p. 131).

protagonismo de intelectuais que partam das vivências imbricadas organicamente nestes processos. Nessa direção, o trabalho de SILVEIRA (2010) aponta para um forte traço dos movimentos de reivindicação de luta antirracista nos espaços de produção intelectual nos moldes em que atualmente, onze anos após a realização da pesquisa, se mostram fortemente presentes nas discussões acadêmicas.

Para apresentar a perspectiva a partir da qual realiza as análises, a autora utiliza, ainda, o conceito de dispositivo, a partir das ideias de Michel Foucault, que auxilia a pensar que parte da perspectiva de que a racialidade se constitui em um dispositivo por meio do qual se constitui o pensamento racial brasileiro. Este trabalho auxilia no sentido de que essa análise crítica se conecta profundamente com os contornos das pesquisas no âmbito da intelectualidade acadêmica negra, uma vez que as lutas pela legitimidade e pelo protagonismo no fazer científico por parte de pesquisadores/as negros/as está fortemente ligado às demandas por valorização de matrizes teórico-conceituais, vinculadas às existências negras e ao antirracismo como uma condição de existência.

Em outro estudo relevante para as discussões que articulam o tema das Relações Étnico-Raciais com as perspectivas pós-estruturalistas é o do pesquisador Gustavo da Silva Kern (2016), que apresenta uma análise das ideias elaboradas a partir dos discursos racialistas e eugenistas inscritos no Brasil no período compreendido entre 1870 e 1940. Para a realização das análises, toma emprestada a perspectiva de genealogia de Michel Foucault.

Primeiramente, os estudos de Kern (2016) possibilitam entender a emergência do discurso eugenista, durante o Século XX, e os modos como tais noções se engendraram no contexto brasileiro. Nessa trilha, esse estudo permite a refletir acerca da forma como a ideia de “ciência” eugenista tomou a Educação como estratégica para a difusão do projeto de “melhoramento racial” da população brasileira. Por meio dos dois pontos de análise, Kern defende que as teorias racialistas e eugenistas foram estabelecidas no Brasil por meio daquilo que Foucault chamou de biopoder. Saliento a relevância deste debate para o entendimento de que as políticas públicas destinadas às populações permanecem, ainda no Brasil contemporâneo, operando por meio de estratégias de regulação biopolítica, conforme pretendo discorrer de modo mais aprofundado no capítulo 5 desta Tese.

No que tange os estudos a partir de narrativas de pessoas autodeclaradas negras como forma de compreender os processos de constituição dos sujeitos,

considero importante a pesquisa de Edilaine Ricardo Machado (2017) que diz respeito a como se constituem subjetividades de atrizes negras a partir de sua formação teatral e prática profissional em teatro. Por meio de análises de entrevistas narrativas com atrizes negras de teatro, a pesquisa citada torna possível entender que a lógica de embranquecimento produz atravessamento importante na subjetividade da atriz negra, ou seja, as falas demonstram a ocorrência do discurso de embranquecimento em suas condutas e atitudes. Em seguida, aponta a reprodução dos estereótipos sobre a mulher negra, difundidos na dramaturgia, como outro fator relevante para a constituição de si das atrizes.

Através dessas observações e recorrências nas falas das entrevistadas, Machado (2017) estabelece relação entre as práticas teatrais contemporâneas e alguns fundamentos da formação teatral, com os estudos de Michel Foucault, sobretudo no que diz respeito ao conceito de “cuidado de si”. Por meio de atos de dizer sobre si mesmo, é possível pensar a ideia de “cuidado de si” como elemento produtor de resistências na vida de atrizes, tanto contra a lógica do embranquecimento, quanto pela estereotipia que incide sobre a figura do negro na dramaturgia.

Deste modo, saliento que as conexões estabelecidas pela pesquisadora, entre o repertório teórico-metodológico foucaultiano e determinados “modos de ser” e constituir-se atriz negra, me auxiliaram a pensar de que forma as técnicas que estão postas no ato de narrar a si mesmo apresentam potencialidade para a realização de análises acerca da constituição das condutas negras em outros espaços. Este é o caso, por exemplo, das análises apresentadas no subcapítulo 5.1 desta Tese, acerca da tomada da autoria da pesquisa científica autodeclarada negra enquanto atos de resistência e produção de um modo de ser pesquisador/a negro/a.

Já a pesquisa de Clayton Roberto Messias (2018), por sua vez, faz uma analítica a respeito das bases epistemológicas das Teorias Decoloniais propondo diálogo com algumas ideias de Michel Foucault. Assim, observa que as Ciências Humanas e Sociais vêm consolidando sua relevância e, no decorrer de suas trajetórias, erigiram um vasto número de investigações que agrupou muitos pesquisadores tanto das Humanidades de modo geral, como especificamente do campo da Educação, e é sobre o segundo que o autor se debruça com maior atenção. Essa pesquisa me auxiliou a “organizar” o pensamento dentro das

recorrentes conexões que podem ser observadas entre temática e abordagem teórico-metodológicas em Educação.

O campo educativo vem sendo constituído por complexa rede de identidades histórico-culturais pedagógicas, que são elaboradas por meio de delimitações de teorias educacionais, escolhas metodológicas, mudanças epistemológicas e pelo aumento das produções científicas, publicações e difusão de pesquisas. O cenário do *stricto sensu* contemporâneo, sobretudo no campo da Educação, é formado por Programas de Pós-Graduação que se estruturam, por meio de linhas de pesquisas distintas, que situam a Educação em diferentes quadros teóricos e determinadas “identidades” pedagógicas que caracterizam, em certa medida, esses campos teóricos e escolhas de método investigativo. O autor da pesquisa salienta que esse é o caso, por exemplo, dos estudos sobre os processos de constituição do sujeito, estudos socioculturais ou de análises de algumas práticas educativas.

A partir de um levantamento das produções científicas que tratam dos três recortes mencionados, o autor mostra que esses temas específicos em Educação têm sido mais recorrentes em duas vertentes epistemológicas: nas perspectivas decoloniais, que propõem a decolonialidade do poder, do saber e do ser, quanto nos estudos pós-estruturalistas, sobretudo os que partem das teorizações fundamentadas por Michel Foucault. Nesse sentido, o autor elaborou o esquema analítico “poder/saber”, nomeando pontos de conexão para possíveis articulações entre as duas abordagens teórico-metodológicas.

Saliento aqui este levantamento bibliográfico que sinaliza para uma recorrente conexão entre recortes teórico-metodológicos e temáticas em Educação, em virtude de ele estar amplamente sintonizado com os resultados das buscas que realizei como forma de lapidar a problemática de pesquisa desta Tese. Afinal, não são raras as vezes em que propostas de constituição dos sujeitos negros, pensadas dentro das práticas educativas, são apresentadas a partir de análises decoloniais ou pós-estruturalistas. Aliás, é exatamente na direção de corroborar os estudos de Messias (2018) que a presente Tese está estruturada.

Outro trabalho de grande valia para as escolhas teóricas, mas, sobretudo, metodológicas da minha Tese de Doutorado foi o da pesquisadora Viviane Ines Weschenfelder (2018). Em sua pesquisa, a autora analisou como se produzem os processos de subjetivação dos sujeitos que se autodeclaram negros no Brasil

contemporâneo, e de que forma estas subjetividades negras auxiliam a pensar a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

A partir da perspectiva pós-estruturalista, a pesquisadora realizou a articulação entre os Estudos Foucaultianos e o campo das ERER. Para tanto, lançou mão da noção que Foucault chamou de matriz de experiência, compreendendo que a conquista de força política, social e cultural da negritude brasileira, ocorrida a partir da década de 1970, pode ser pensada dentro da proposta analítica do filósofo francês. A matriz de experiência é constituída pelo eixo dos saberes (que atuam e produzem verdades sobre as Relações Étnico-Raciais); dos poderes (que governam as populações negras) e o eixo da ética ou subjetivação. É por meio deste último, o eixo da ética ou subjetivação, que sujeitos negros estabelecem relações consigo e com os outros, a partir de verdades a respeito da negritude. Os conceitos de discurso e de escrita de si, estudados por Foucault, foram postos em operação para analisar narrativas autobiográficas de mulheres autodeclaradas negras no blog *Blogueiras Negras*.

A autora sublinha também que o ambiente virtual analisado funciona como espaço educativo, tanto pela produção de pautas de interesse das populações negras, quanto pelo governo dos modos de se constituir mulher negra. A Tese defendida é de que o ressentimento racial produz um dos principais efeitos nos processos de subjetivação de mulheres negras. O ressentimento racial é entendido como algo que põe sob suspeita as Relações Étnico-Raciais e se torna propulsor de luta e transformação. Destaco que essa pesquisa permitiu o entendimento sobre o potencial da escolha do eixo foucaultiano da ética/subjetivação enquanto recurso teórico-metodológico, considerando que este arcabouço se apresenta como fundamental para o entendimento acerca dos processos de subjetivação ocorridos no âmbito das pautas produtoras de narrativas identitárias.

Já a pesquisa de Mestrado de Rita de Cassia Quadros da Rosa (2018) estabelece um debate sincronizado com meus interesses de pesquisa na medida em que parte da perspectiva pós-estruturalista, e, assim, considera que as relações sociais são formadas por redes constituídas de instituições, práticas e discursos. Para a autora, este aparato social regula as dinâmicas e coloca as normas sociais em circulação, normas estas que, apesar de se reordenarem, conservam, em desvantagem, alguns grupos sociais historicamente excluídos. Neste sentido, não

são apenas os contextos que são produtos de jogos sociais, históricos e discursivos, mas também, os próprios sujeitos se constituem por meio destes processos.

Com inspiração foucaultiana sobre o desenvolvimento discursivo dos sujeitos, e de leituras de Judith Butler acerca da ideia de constituição performativa, a autora analisa a racialização e a generificação que produzem efeitos nos processos de subjetivação de mulheres negras, considerando os entendimentos de “raça” e “gênero” à luz da noção de performatividade. As análises foram feitas com a fala de mulheres autodeclaradas negras em entrevistas.

A análise central é de que esses processos de racialização e generificação são observados quando determinadas normas dizem respeito diretamente às mulheres negras, colocando-as como grupo separado da ideia de “ser negro” que, genericamente, se vincula à ideia de homem e, ao mesmo tempo, da universalidade branca que forma a ideia de “mulher”. A pesquisa chama a atenção para o fato de que as normas de gênero, por serem mais “naturalizadas”, não foram mencionadas com frequência. Entretanto, as normas raciais apontaram para diferentes performatividades, de acordo com maior ou menor aproximação com as normas, o que, segundo ela, pode causar efeito de exposição à condição de precariedade.

Considere relevante destacar algumas das pesquisas com as quais minhas intenções de pesquisa vêm, de algum modo, dialogando. Os estudos mencionados me auxiliaram, de modo muito significativo, a compreender como pesquisadoras/es vem elaborando investigações que se inscrevem nos recortes temáticos, teóricos e metodológicos aos quais me refiro, nesta Tese, de modo articulado.

3.2 A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

Lembro-me de uma Mesa na ANPUH em que todos éramos negros discutindo história de populações negras e com uma sala lotada de outros jovens pesquisadores interessados no assunto, isso em meados da década de 1990. Todos nós levamos ou adaptamos nossas pesquisas para nossas instituições tendo como compromisso a orientação e formação de novos pesquisadores negros. Isso possibilitou o fortalecimento do campo e visão de pesquisa em que atuávamos. Mais tarde quase todos assumiram compromisso com a fundação ou fortalecimento de núcleos de estudos nas instituições de atuação e os contatos anteriores facilitaram a organização de redes colaborativas. (VIEIRA FILHO, 2018, p. 364)

Após a delimitação da problemática de pesquisa, tracei estratégias metodológicas como forma de selecionar materiais para a realização das análises propostas. A partir dos textos selecionados, formei um *corpus* constituído pelos documentos nos quais encontrei elementos que me permitiram compreender marcadores de atitudes, condutas ou posturas constituintes de subjetividades negras pesquisadoras.

A fala do pesquisador Raphael Rodrigues Vieira Filho citada acima permite observar que são importantes os espaços institucionalizados que visam a divulgação e incentivo à formação de novas/os pesquisadoras/es negras/os. Por essa razão, para o desenvolvimento de análises acerca dos modos como pesquisadoras/es negras/os tem produzido e divulgado suas produções intelectuais, lancei mão de Teses e Dissertações de Pesquisadores/as Negros/as publicadas no ambiente virtual da ABPN, bem como algumas das publicações científicas da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (*Revista da ABPN*), com o recorte temporal de 2012 (ano de promulgação da Lei de Cotas no Ensino Superior) até 2020.

Fundada em 2002, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as¹⁸ é apresentada no Art. 1º de seu Estatuto (ABPN, 2014) como “uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil”. A Associação possui foro e sede em Brasília, Distrito Federal (Art. 2º). Em seu Art. 4º, o Estatuto designa como finalidades da Associação:

- a) Congregar os Pesquisadores Negros Brasileiros;
- b) Congregar os Pesquisadores que desenvolvam investigações sobre temas de interesse das populações negras do Brasil;
- c) Assistir e defender os interesses da ABPN e de seus sócios, perante os poderes públicos em geral ou entidades autárquicas;
- d) Promover conferências, reuniões, cursos e debates relacionadas a temas de interesse das populações negras no Brasil;
- e) Possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas de interesse direto das populações negras do Brasil;
- f) Estabelecer e manter intercâmbio

¹⁸ Azânia Nogueira, Joana Célia dos Passos e Tânia Mara Cruz (2013) afirmam que a criação da ABPN “se dá a partir do I Encontro de Docentes e Pesquisadores e Pós Graduandos Negros das Universidades Paulistas: A produção do saber e suas especificidades, realizado de 21 a 23 de setembro de 1989, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Campus de Marília. A principal preocupação do Encontro foi proporcionar um momento de contato e trocas entre os docentes, pesquisadores e pós graduandos negros das diversas instituições paulistas; garantir a inserção da questão racial na democratização do espaço universitário e possibilitar o intercâmbio e a inclusão de temas que resgatassem as origens africanas como a atuação de pesquisadores negros enquanto agentes sociais” (p. 293).

com associações congêneres do país e do exterior; g) Defender e zelar pela manutenção da Pesquisa com financiamento Público e/ou privado, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação; h) Propor medidas para a política de ciência e tecnologia do País. (ABPN, 2014)

A ABPN possui ambiente virtual destinado a mobilizar e conglumar os pesquisadores que desenvolvam atividades de pesquisa vinculadas a temáticas relevantes às populações negras brasileiras. Para tanto, além das informações institucionais, agenda e orientações para a filiação de membros interessados, apresenta as áreas nas quais são realizados estudos compartilhados pela entidade: Arquitetura e Urbanismo; Branquidade e Branquitude; Estudos Africanos interdisciplinares; Ciências Sociais; Ciência e Tecnologia; Educação; Filosofia Africana e Afrodiaspórica; Experiências Tradicionais Religiosas; Feminismos Negros; Literatura; Memória e Patrimônio; Ciências Jurídicas; Quilombo e Territorialidades; Saberes em Saúde da População Negra.

A estrutura da *homepage*¹⁹ da Associação contém também seção destinada a campanhas explicativas, com informações relativas ao tema da Política de Cotas; materiais de suporte que apresentam a digressão histórica da articulação de pensadoras negras brasileiras nos espaços de ativismo, militância²⁰ e intelectualidade; bem como compilado informativo de 27 cientistas negras e suas áreas de atuação profissional.

¹⁹ O ambiente virtual da APBN também apresenta como endereço de contato a Casa de Cultura Graça de Axé, localizada no município de Uberlândia, MG. Disponível em: <<https://www.abpn.org.br/contato>>. Acesso em: 25 maio 2019.

²⁰ Nesta Tese, opto por utilizar os termos “militância e ativismo” como formas diferentes de atuação nos movimentos sociais (que podem coexistir), considerando os apontamentos de Alfredo Veiga-Neto (2012), que discorre a respeito das diferenças conceituais entre as duas palavras. Ambos os conceitos dizem respeito a ações que objetivam avançar para uma mudança da posição na qual se encontra. Todavia, o autor aponta distinções: “A militância pode ser compreendida como um conjunto de ações coletivas que seguem um ideário comum, compartilhado e assumido pelos membros da coletividade que, no caso, se constituem como uma comunidade. (...) No ativismo, a situação é diferente: trata-se também de um conjunto de ações, mas agora não é a dimensão coletiva que interessa em primeiro lugar; antes do agir coletivo, o que mais conta para o ativista é o seu compromisso ético com os outros e consigo mesmo” (p. 273).

Figura 1: Página inicial do site da ABPN



Fonte: ABPN (2021)

Como forma de visibilizar as produções científicas, a página oferece espaço direcionado à divulgação de publicações sobre o tema das Relações Étnico-Raciais e afins. A seção destinada à divulgação dessas pesquisas é constituída pela Coleção *Negros e Negras*, composta por livros de autoria de pesquisadores negros/as e disponível para *download*; os Anais dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as, promovidos pela ABPN; Catálogos de Diretórios de Núcleos e Grupos de Estudos sobre a Temática Étnico-Racial no Brasil; uma Biblioteca Virtual, que contém 382 títulos de Filosofia, Sociologia, Teologia, Economia, Política e Literatura, também disponibilizados para *download*; um Banco composto por 140 trabalhos, entre Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso de pesquisadores/as associados/as à ABPN; e por fim, a Revista da ABPN. Esta última se trata de:

(...) um periódico de acesso livre e gratuito, publicado com periodicidade trimestral pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, em versão eletrônica. Seu principal objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores/as e intelectuais negros/as, bem como de outros/as comprometidos/as com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. Tem como público-alvo pesquisadores/as e comunidade acadêmica em geral, membros de organizações e instituições que trabalham com a questão racial, pessoas interessadas no debate sobre as relações raciais. (REVISTA DA ABPN, s.d.)

Figura 2: Publicações da ABPN



Fonte: ABPN (2021)

No objetivo de constituir *corpus* documental para o desenvolvimento da pesquisa, fiz a seleção entre as produções científicas divulgadas na Associação. Dessa forma, elenquei dez artigos publicados na Revista da ABPN, vinte trabalhos entre Teses e Dissertações e a entrevista com pesquisadores/as negros/as divulgados na referida *homepage*.

Como forma de filtrar os textos, tracei dois movimentos de seleção: o primeiro foi selecionar trabalhos que abordem questões relativas aos temas da intelectualidade negra, ciência para o negro, pensamento negro, ciência contra hegemônica, decolonização da ciência ou que argumentem a respeito da legitimidade de fala nos estudos das Relações Étnico-Raciais. A escolha por estes marcadores como recurso, para o primeiro movimento de seleção, foi por compreender que existem determinados termos vinculados a demarcações teóricas específicas, que são balizadas por pontos de vista afirmativos, sobretudo no que diz respeito às demandas pela produção científica na perspectiva decolonial, legitimidade identitária e pertencimento étnico-racial.

A respeito das escolhas e usos das palavras, Jorge Larrosa (2002) define que “o homem é um vivente com palavra” (p. 21) e, com ele, vejo as narrativas sobre si como fator potente para pensar as produções científicas de pesquisadores negros por meio do par experiência/sentido, que também é assinalado no pensamento de Sueli Carneiro (2005). Assim, a escolha de termos que embasam o modo como colocam a si mesmos nos textos, não diz respeito ao uso “neutro” de termos.

Ao selecionarem palavras para referenciar a autoria negra que se entrelaça com as próprias condições da produção científica, os/as pesquisadores/as negros/as designam modos de se posicionarem no mundo, de formar sentidos e significados para as próprias existências. Sobre a seleção de palavras para elaborar narrativas sobre si, Larrosa (2002) diz que:

(...) atividades que implicam em considerar as palavras, criticar as palavras, eger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras, etc., não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata, é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como relacionamos as palavras com as coisas, de como nomeamos o que vemos, ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos. (p. 21)

Inspirada por Larrosa, a respeito da escolha das palavras, tracei então esta estratégia de seleção dos textos, no objetivo de entender como pesquisadores/as negros/as desenvolvem sentidos e posicionamentos distintos em relação aos exercícios profissionais e práticas de produção acadêmico-científicas nos espaços de pesquisa. Quando me refiro a “posicionamentos distintos”, parto do pressuposto que, embora as narrativas identitárias sobre a negritude operem no âmbito da coletividade, seus efeitos e desdobramentos podem incidir de modos diferentes nos sujeitos, apontando para subjetividades singulares. Nas palavras de Michel Foucault (2006b), “nada há de extraordinário na possibilidade de existirem diferentes experiências (tanto simultâneas como sucessivas) que tenham uma única referência” (p. 245).

O segundo movimento foi de selecionar, entre os textos, as publicações que se estruturam a partir de narrativas pessoais como determinantes para as trajetórias profissionais; ou seja, selecionei pesquisas nas quais os/as pesquisadores/as estabeleciam demarcações pessoais de autoria, articuladas com a autodeclaração quanto à cor/raça e/ou pertença identitária, e apresentavam este posicionamento como fator determinante para a realização dos estudos sobre as Relações Étnico-Raciais, ou para a própria condição de intelectual acadêmico/a e pesquisador/a.

A escolha pela segunda estratégia partiu do entendimento de que, ao produzirem narrativas sobre si mesmos, referenciando a negritude como elemento implicado nas pesquisas e no fazer ciência, os/as pesquisadores/as desenvolvem atitudes, condutas e posicionamentos específicos, tanto a respeito do antirracismo,

quanto ao papel de pesquisadores/as negros/as no contexto brasileiro contemporâneo. Ou seja, um *êthos*, ou ainda, *modos de ser* negro/a pesquisador/a.

Nessa trilha, para analisar posturas, condutas ou atitudes (*êthos*) que designem modos de ser pesquisadores/as negros/as, parto do entendimento de que os processos de constituição dos sujeitos ocorrem por meio de “certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural” (FOUCAULT, 2006b, p. 291). As narrativas que os/as pesquisadores/as negros/as produzem, ao se colocarem como sujeitos de pesquisa, portanto, estão inseridas, inevitavelmente, em um meio cultural, a partir do qual se produzem determinados sentidos sobre ser negro intelectual e pesquisador.

Margareth Rago (2013) disserta que “diferentes narrativas de si, entre memórias, depoimentos, entrevistas, correspondências, diários ou blogs permitem cartografar a própria subjetividade” (p. 33). A autora considera que as narrativas de si, elaboradas tanto por meio da escrita quanto por depoimentos orais, constituem “um corpus documental pertinente” (p. 30) para os estudos acerca dos processos de constituição dos sujeitos. A partir disso, venho lapidando e construindo um *corpus* documental com os critérios estabelecidos nesse segundo movimento metodológico, que visa tomar um conjunto narrativas de si produzidas nas publicações de pesquisas científicas de intelectuais negros/as como materiais de análise.

Com Foucault (2006b), compreendo ainda que as narrativas sobre si, enquanto elementos imbricados com o fazer científico, produzidas por estes/as pesquisadores/as, estão inscritas em um ambiente de estilos, regras e convenções que constituem variadas condutas e elaboram modos de ser pesquisador/a negro/a nas práticas de pesquisa, ou seja, possíveis subjetividades negras pesquisadoras.

COMO VETÓ, ENTÃO, A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA? AMBAS MANTÊM ENTRE SI UMA RELAÇÃO COMPLEXA. UMA RELAÇÃO QUE NOS FALA DE DOIS PROCESSOS QUE APRESENTAM APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS, AVANÇOS E RECUSOS. PROCESSOS DESENVOLVIDOS PELO HOMEM E PELA MULHER NEGRA NOS DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. A EDUCAÇÃO PODE SER ENTENDIDA COMO UM AMPLO PROCESSO, CONSTITUINTE DA NOSSA HUMANIZAÇÃO, QUE SE REALIZA EM DIVERSOS ESPAÇOS SOCIAIS: NA FAMÍLIA, NA COMUNIDADE, NO TRABALHO, NOS MOVIMENTOS SOCIAIS, NA ESCOLA, DENTRE OUTROS.

Nilma Lino
Gomez

2002, p. 38



4 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONTEMPORÂNEAS: UMA LEITURA A PARTIR DAS LENTES DA GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA

Para o desenvolvimento das análises propostas nesta Tese, considero importante, antes, fazer considerações a respeito de chaves de leitura e teorizações com as quais venho buscando estabelecer algumas articulações.

No curso *do Collège de France* (1978) intitulado *Segurança, Território e População*, Foucault (2008) discorre a respeito da governamentalização do Estado moderno. O filósofo aponta que, desde o Século XVII, as dinâmicas sociais, políticas e econômicas ocorrem²¹ dentro do que ele chamou de era da governamentalidade, quando podem ser percebidos deslocamentos e mudanças nos mecanismos de poder.

A ideia de poder soberano, exercido pela via da dominação direta dos corpos e das vidas se torna secundária, ou seja, não deixa de existir, mas de certo modo, se torna menos efetiva. Foucault observa que, nesse contexto, passam a circular outras práticas de vigilância e controle das vidas, que desenhavam um tipo de sistematização política destinada não mais a delimitar ou obstruir forças, mas voltadas a potencializá-las por meio de regulações positivas voltadas ao seu crescimento.

Para compreender essas transformações dos exercícios de poder sobre as vidas, Foucault analisa dois eixos. O primeiro fala do poder por meio do adestramento de corpos individuais, designado como anatomia política ou anátomo-política. Este exercício de poder “preocupa-se com as disciplinas e designa o momento em que nasce uma “arte do corpo humano” (FOUCAULT, 2004, p. 119, grifos no original) quando a atenção dada ao corpo visa a elevação das potencialidades individuais e, ao mesmo tempo, permite eclodir a noção de que, quanto mais disciplinado for o corpo, mais hábil (e útil) ele se torna. Essa forma de poder, que visa a geração de corpos docilizados, nomeada de anatomia política, compõe as condições de emergência, por exemplo, das principais instituições

²¹ É importante considerar o contexto no qual Foucault produziu suas análises. Trata-se do cenário acadêmico europeu, entre as décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, ao lançar mão de conceitos-ferramenta de Michel Foucault, é importante considerar as potencialidades de suas análises para pensar a Contemporaneidade no mundo ocidental, mas, sobretudo, levar em consideração as singularidades do recorte temporal e espacial que se pretende analisar.

disciplinares modernas: o hospital, a escola, a prisão, as organizações militares, o hospício e a fábrica.

No segundo ponto, Foucault desloca a atenção (do poder exercido sobre o corpo individual) e passa a descrever e analisar os arranjos de força empreendidos sobre o corpo-espécie, ou seja, sobre a população. A compreensão sobre o conjunto de indivíduos que estruturam dinâmicas de vida com certa semelhança torna necessário um tipo específico e diferente de controle e gestão de poder. Nas palavras de Foucault (2012): “inventou-se, nesse momento, o que eu chamarei, em oposição à anátomo-política que acabei de mencionar, a biopolítica” (p. 261).

Estes dois pontos que fizeram necessária a operacionalização de novas tecnologias de regulação por parte dos aparelhos de governo, fez com que o Estado passasse a ser governamentalizado. O primeiro, Foucault referencia como mobilizador de um tipo de governamentalidade política, incidida sobre o corpo e mais relacionada ao modo de poder disciplinar. O segundo, que Foucault (2012) designa como governamentalidade biopolítica, se destina aos modos de regulação da população. A respeito destes dois eixos de organização de poder, Foucault (2012) diz que:

(...) as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mais investir sobre a vida, de cima abaixo. (p. 131)

A população se apresenta, portanto, como componente que passa a ser gerido em nome da segurança do território, da própria população, assim como da consolidação destes novos modos de regular as vidas. Essa é a ligação entre a governamentalidade e a biopolítica e, por meio dessa convergência, estes conceitos-ferramenta são, não raras vezes, operacionalizados dentro dos Estudos Foucaultianos de forma conectada. A eclosão da noção de população é o que gera a construção da ideia de biopolítica como nova forma de governo. A governamentalização do Estado, por sua vez, é o que possibilita e coloca em movimento as estratégias biopolíticas.

Considerarei relevante essa breve exposição dos conceitos de governamentalidade e biopolítica²² de Michel Foucault, pois compreendo que a entrada da pauta das Relações Étnico-Raciais na agenda pública, nos moldes do que ocorreu nas últimas duas décadas no Brasil, seja, ao mesmo tempo, conquista das lutas de resistência historicamente empreendidas pelos Movimentos Negros em todas as suas dimensões (políticas, econômicas, sociais e culturais) e, também, desdobramentos ocorridos em um contexto que criou condições de possibilidades para a emergência dessas demandas pelo redimensionamento das narrativas identitárias acerca das populações negras brasileiras.

Na esteira das articulações entre Estudos Foucaultianos e a temática das Relações Étnico-Raciais, faço reflexões a partir dos estudos do historiador Mozart Linhares da Silva (2012), que analisa as relações entre biopolítica e narrativas identitárias mobilizadas nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Lançando mão das leituras foucaultianas, suscita a discussão de que as narrativas identitárias que sustentam a “ideologia” da democracia racial²³ que, que parte da negação de conflitos raciais no Brasil, fizeram eclodir a lógica de “inclusão excludente” do negro na composição da população (corpo-espécie). Nesse processo, os espaços educacionais, amparados por ideias eugenistas, foram estratégicos para a inscrição e mobilização destas narrativas identitárias no contexto de formação da chamada “identidade nacional”, elemento importante para a unificação do Estado-Nação brasileiro.

²² Entre os estudos sobre racionalidades políticas reguladoras das populações, sobre os modos de produção das vidas ou das subjetividades de grupos populacionais considerados, em alguma medida, à margem dos sistemas sociais, o conceito de necropolítica, de autoria do filósofo e cientista social camaronês Achille Mbembe, tem sido considerado uma “atualização da crítica social foucaultiana” (HILÁRIO, 2017, p. 195). Este conceito-ferramenta vem sendo utilizado no desenvolvimento de análises sobre a biopolítica, tanto a partir de Michel Foucault (GRIOSOSKI e SANTIAGO, 2018), quanto nos Estudos Decoloniais (MACEDO, 2016). Interessa destacar, aqui, que estes movimentos possibilitam a emergência de investigações que lançam mão da ideia de necropolítica, estabelecendo conexões entre temáticas voltadas às populações negras brasileiras e os Estudos Foucaultianos (REBOUÇAS e SANTOS, 2018; PESSANHA, 2018). No caso desta Tese de Doutorado, procuro lançar mão da chave de leitura da biopolítica para pensar em ações produtivas da vida, considerando que o imperativo da inclusão das diferenças se enquadra nesta lógica. Contudo, considerarei relevante ressaltar a ocorrência de pesquisas contemporâneas à que ora apresento, e que, embora se assemelhem em tema e perspectiva teórica, fazem análises sobre os mecanismos por meio dos quais é operacionalizada e atualizada a lógica de “deixar morrer”, da qual as populações negras foram e são alvos, em diferentes contextos sociais.

²³ O aspecto mestiço da população do Brasil foi amplamente utilizado na elaboração das narrativas identitárias que visavam “endossar” a não existência de racismo no país, sobretudo no período nacionalista de Getúlio Vargas. Em outro texto, o autor destaca que “os Estados-nação, nesse processo de construção de suas narrativas identitárias, com maior ou menor intensidade, foram racializados” (SILVA, 2012, p. 196).

Com o recorte temático e teórico-metodológico proposto pelo historiador, é possível observar a potencialidade de alguns dos conceitos-ferramentas de Foucault para realizar leituras acerca dos modos como se delineiam tanto as narrativas identitárias sobre o negro no Brasil, quanto o modo como o campo da Educação funciona como engrenagem tática nestes processos. Assim, a produção discursiva que atravessa e compõe as narrativas identitárias sobre as populações negras brasileiras pode ser lida sob o prisma do governo biopolítico, considerando o âmbito do corpo-espécie, e, nesta esteira, tais narrativas identitárias incidem sobre as subjetividades negras²⁴.

Dessa forma, tomo emprestados os conceitos-ferramenta de Michel Foucault supracitados, bem como as discussões realizadas por pesquisadores dos Estudos Foucaultianos que se utilizaram de teorizações do filósofo para desenvolver análises sobre o campo político, educacional e social brasileiro. Tais articulações se conectam com os interesses de pesquisa aqui propostos. Sendo assim, para o desenvolvimento das discussões que seguem, parto de alguns pressupostos de leitura.

O primeiro pressuposto é o de que os contornos contemporâneos que o campo das Relações Étnico-Raciais tomou nas últimas duas décadas no Brasil estão inseridos no contexto social, político e cultural de lutas pela garantia de direitos dos grupos sociais excluídos historicamente, assim como de demandas de inclusão, reconhecimento e afirmação identitária das chamadas “diferenças”.

O conceito diferença, na perspectiva das políticas identitárias, se vincula, em certa medida, às teorizações dos Estudos Culturais sobre identidade e diferença. Embora estes não sejam conceitos-ferramenta colocados em funcionamento para a realização de análises nesta Tese de Doutorado se faz importante mencionar seu papel na formulação das ideias que estruturaram as perspectivas inclusivas que sustentaram parte das ações afirmativas, tanto no que tange às Relações Étnico-Raciais, como de maneira geral, dos grupos culturais considerados como parte das chamadas “diferenças”.

²⁴ Para o autor, “as verdades” sobre o negro, tanto as constituídas nas narrativas identitárias “oficiais” no contexto da unificação nacional, quanto as eclodidas no contexto de reivindicação e resistência afirmativa, formado pelos movimentos sociais negros, podem implicar na produção dos sujeitos. Assim, considera potente um estudo das Relações Étnico-Raciais nos ambientes escolares, poder entender que “permite entender como os saberes e poderes articulam “verdades” sobre as “coisas” e, o que é mais significativo, como essas “verdades” implicam a orientação e construção de subjetividades” (SILVA, 2014, p. 112).

Esse campo teórico se apresenta, portanto, como espaço fecundo para o desenvolvimento de teorizações sobre noções de pertencimento identitário, narrativas identitárias, ancestralidade e valorização cultural das diferenças. Ao longo do processo de efetivação de direitos, sobretudo no contexto de redemocratização do Brasil, os processos de in/exclusão²⁵ começam a ser promovidos por meio de políticas que visam a promoção da cidadania. Entre as décadas de 1980 e 1990, a inclusão emerge por meio do que Silvio Gallo (2015) chamou de "governamentalidade democrática, na qual o centro é o cidadão. É nesse contexto que o valor fundamental a ser afirmado seja o da cidadania" (p. 332). Assim, no ambiente social, atravessado pelo princípio da democracia, o discurso da inclusão é estabelecido como imperativo nas ações voltadas aos indivíduos historicamente excluídos.

Essas dinâmicas - ocorridas no cenário pós-ditadura militar do país possibilitam a emergência daquilo que pesquisadores do campo dos Estudos Foucaultianos em Educação chamam de "inclusão como prática política da governamentalidade" (LOPES, 2009, p. 154). As pautas identitárias, nesse sentido, se apresentam como espaços potentes para a mobilização da lógica de uma governamentalidade democrática.

Assim, o desejo de inclusão é posto em funcionamento por meio de condutas afirmativas. Para Adriana da Silva Thoma (2016), a inclusão é tanto um direito quanto um imperativo de Estado. Como direito, a lógica inclusiva faz parte da composição das sociedades contemporâneas, nas quais a inclusão de todos é elemento fundamental para a efetivação dos princípios democráticos assegurados; entre eles, vale salientar aqui, o de ocupar espaços educativos. Como imperativo, na lógica governamental do neoliberalismo, o Estado brasileiro vem fazendo, desde a década de 1990, investimentos na circulação e participação das chamadas "minorias sociais", e os espaços educacionais, nesse sentido, funcionam como lugares estratégicos para a efetivação da governamentalidade democrática e inclusiva.

²⁵ Maura Corcini Lopes (2007) disserta que inclusão e exclusão são invenções da Contemporaneidade, inseridas, portanto, na lógica de ordenamento social, que visa estabelecer determinadas regulações por meio do enquadramento e definição dos sujeitos. Essa definição se dá por meio de linhas imaginárias que delineiam quem é "incluído" e suscita, conseqüentemente, a participação de quem é "excluído". A autora considera que a relação entre inclusão e exclusão seja indesatável e justifica, dessa forma, o uso das duas palavras de modo articulado, unidas no único termo: in/exclusão, argumentando que esses dois conceitos sejam "invenções completamente dependentes e necessárias uma para a outra" (p. 11).

O segundo pressuposto é o entendimento de que a inclusão se trata de uma manifestação da arte de governar por meio da liberdade, conforme desenvolvem Betina Hillesheim e Anita Bernardes (2015) e, nessa direção, pode ser lida sob o prisma da governamentalidade biopolítica, ou ainda, a partir de Alfredo Veiga-Neto (2005), de “governo”²⁶ biopolítico. O aporte argumentativo (jurídico, político ou social) da inclusão fomenta, por um lado, chamado para o envolvimento da sociedade, motivando assim, a compreensão de que é necessária a participação de todos para a elaboração de políticas públicas de atendimento às demandas de inclusão, reconhecimento, valorização e afirmação das diferenças.

Por outro lado, a produção coletiva busca garantir o que Foucault (2013) designou como espécie de tranquilidade pública, que precisa ser assegurada por parte das ações de Estado. Dessa maneira, o arranjo das formas de governar será “na forma do universal (como discussão pública, raciocínio público e uso público do entendimento)”, acarretando a obediência de “todos os que fazem parte de uma sociedade dada, de um Estado dado, de uma administração dada” (p. 37). O terceiro pressuposto diz respeito à conjuntura econômica e social da governamentalidade neoliberal na qual estão inseridas as estratégias de in/exclusão das diferenças, que constitui dinâmicas de vida que partem dessa racionalidade. Como forma de pôr a inclusão em funcionamento, o Estado elabora estratégias de governo biopolítico que visam a produção de sujeitos incluídos e sujeitos inclusivos.

Nessa direção, a constituição das subjetividades é atravessada pelas políticas e práticas de in/exclusão. Em outras palavras, novos modos de ser sujeito emergem da racionalidade de ordenamento das populações, fazendo com que as estratégias que operam por meio da afirmação identitária (portanto, no âmbito da coletividade) façam parte, em alguma medida, da constituição de novas formas de transformação de si, autorregulação e conduta de si, que designam determinados modos de ser. Gert Biesta (2013) afirma que essa forma de regulação se coloca em funcionamento por meio de “um dispositivo biopolítico de governo da população, de regulação das condutas e de controle das diferenças” (p. 127).

²⁶ De acordo com o autor, a palavra “governo” seria mais apropriada para referenciar os empreendimentos do Governo sobre aquele que se intenciona governar. Veiga-Neto sugere a palavra *gouvernement* para diferenciar Governo (com “G” maiúsculo – aquele que governa) de *gouvernement* (práticas de condução de condutas das populações), ao analisar termos e seus respectivos significados na língua portuguesa (VEIGA-NETO, 2005).

Em razão dos pressupostos mencionados, parto do entendimento de que as práticas de in/exclusão das diferenças e afirmação identitária da negritude, operacionalizadas nos espaços educativos/formativos, podem incidir nos processos de constituição dos sujeitos negros pesquisadores. Assim, com essas chaves de leitura, considero produtivos os investimentos em analisar, de forma articulada, os processos por meio dos quais se constituem subjetividades negras nos contextos de produção acadêmica-intelectual, com as racionalidades elaboradas por estratégias de governo biopolítico das populações negras no Brasil.

COMO EXPLICAR ÀS CRIANÇAS NEGRAS E TAMBÉM ÀS NÃO NEGRAS QUE OS AFRODESCENDENTES SÃO OS ÚNICOS BRASILEIROS, PELO MENOS A SIGNIFICATIVA MAIORIA DELES, QUE DESCONHECEM PRECISAMENTE DE ONDE VIERAM SEUS ANTEPASSADOS? SEUS ANTEPASSADOS APRISIONADOS, ESCRAVIZADOS E PARA CÁ FORÇADAMENTE TRANSPORTADOS GUARDARAM EM USOS, COSTUMES E ATÉ MESMO NA LÍNGUA PORTUGUESA, LEMBRANÇAS CONTUNDENTES DAS SUAS CULTURAS E SABEDORIA AFRICANAS. [...] SE ESSA SITUAÇÃO CONSTRAUGE ADULTOS, IMAGINE-SE O QUANTO INTERFERE NO FORTALECIMENTO DA AUTOESTIMA DAS CRIANÇAS NEGRAS, TAMBÉM DAS OUTRAS, AS NÃO NEGRAS. COMO ENSINAR QUE SOMOS TODOS IGUAIS, DIANTE DE TÃO FORTE DESIGUALDADE? QUE CIDADANIA PODERÃO ESSAS CRIANÇAS CONSTRUIR?



Petronilha
Gonçalves

2015, p. 163-164

5 INTELLECTUALIDADE ACADÊMICA NEGRA: O *STRICTO SENSU* COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DE CONDUTAS

Hoje, eu me identifico como mulher afrodescendente. Antes, não me reconhecia como mulher negra e agora pretendo conhecer as narrativas das mulheres negras profissionais, no meio acadêmico, universitárias. O identificar-me como ser afrodescendente, o ser afrodescendente que sou hoje, é o resultado da minha saga identitária. Tem significado imensurável para mim, pois são as histórias de vida que dimensionam a autoestima, que movem e impulsionam as ações de um sujeito. (NATEL, 2014. p. 16)

Os contornos que delineiam o cenário contemporâneo da intelectualidade negra brasileira são desdobramentos do conjunto de esforços e lutas políticas por parte das populações negras brasileiras, empreendidas no intuito de propor contraposições aos paradigmas científicos *eurocentrados* e colonialistas que hegemonicamente constituem a produção do conhecimento.

Na intenção de compreender os processos que tornaram possível a constituição das propostas de fazer científico “para o negro”, enquanto tática antirracista e, sobretudo, afirmativa da negritude, se faz necessário conhecer as movimentações intelectuais que propiciaram o desbloqueio de perspectivas nomeadas como decoloniais. Para Luciana Bellestrin (2013), “a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder” (p. 108, grifo no original).

As teorizações decoloniais comungam da prerrogativa de que, em oposição à noção de ciência universal, a produção do conhecimento deve ser problematizada e situada nas dimensões éticas, políticas, históricas e geográficas do sujeito do conhecimento. Nessa linha, Mirianne Almeida, Ilka de Mesquita e Valéria Oliveira (2018) destacam que realizar pesquisas a partir da perspectiva decolonial, no que tange às pesquisas relativas às EREER, “implica reconhecer a manutenção dos padrões eurocêntricos, estabelecidos socialmente, pela educação colonizadora e, sobretudo, pela própria estrutura da sociedade brasileira” (p. 130).

Utilizado inicialmente por Nelson Maldonado-Torres (2007), o termo “giro decolonial” diz respeito a um projeto intelectual e acadêmico de resistência política e epistemológica, elaborado a partir das análises acerca das formas de resistência das populações negras e indígenas e, depois, pelos chamados por Frantz Fanon de *Os Condenados da Terra* que, em diálogo com os movimentos anticoloniais das

Américas e do continente Africano, disserta sobre as permanências dos espaços que foram constituídos por meio dos processos coloniais, afirmando que “a cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a Medina²⁷, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê” (FANON, 1968, p. 29).

Para Joaze Bernardino-Costa (2018), “como formulação analítico-acadêmica, ou como elaboração de um grupo/rede de pesquisadores, o giro decolonial pode ser entendido como projeto recente. No entanto, como projeto prático e cognitivo (...) pode ser encontrado na longa tradição de resistência e tentativa de ressignificação da humanidade” (p. 121) que foram mobilizadas pelas populações colonizadas.

Para compreender os efeitos da noção de giro decolonial nos novos direcionamentos da intelectualidade negra brasileira, é importante conhecer algumas elaborações conceituais realizadas no âmbito dos chamados Estudos Decoloniais, que apresentam reflexões que articulam as temáticas da colonialidade, raça e racismo nas Américas. Este é o caso das contribuições de Aníbal Quijano (2005) que desenvolve o conceito de colonialidade do poder.

Essa ideia se refere à constituição histórica e, principalmente, à permanência contemporânea de um padrão nas relações de poder nas quais a raça (e o racismo) se apresentam como pilares organizadores dos sistemas sociais. Quijano destaca que esta colonialidade do poder não se restringe aos esquemas econômicos da força de trabalho, mas sim, desenvolve redes sofisticadas e constantemente atualizadas de colonialidade que entrelaçam raça, gênero, sexualidade, classe social e, inclusive, a produção de conhecimento, classificado entre mais ou menos legítimo. Para o autor, a resistência intelectual da América Latina emergiu “desde fins do Século XIX, mas se afirmou, sobretudo durante o Século XX e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada com o debate sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento” (QUIJANO, 2005, p. 122).

Walter Mignolo (2003), por sua vez, desenvolve a noção de colonialidade do saber, compreendendo que a produção científica e legitimação de conhecimentos, também se enquadram na lógica colonialista e hierarquizante referida nos Estudos Decoloniais. Mignolo retoma a compreensão de diferença colonial, operacionalizada

²⁷ Nota de rodapé do texto original: “cidade árabe ao lado da qual se erguem edificações para europeus”.

pelo domínio missionário europeu nas Américas no Século XVI. Seu argumento é que, durante o domínio do pensamento europeu, se estruturaram as bases hierarquizantes das formas de pensamento. Assim, se consolida também, nesta ambiência, a noção de que o conhecimento e o saber científico são universais, desprovidos de atravessamentos de corporeidade ou de geopolítica.

Neste mesmo caminho, Nelson Maldonado-Torres (2007) começa a desenvolver a perspectiva de colonialidade do ser, a partir da qual se despendem as elaborações sobre o giro decolonial. O autor entende por colonialidade do ser a “desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (p. 145). Complementando a ideia de Mignolo a respeito das estruturas colonialistas do saber, Maldonado-Torres sublinha que a deslegitimação do pensamento não hegemônico implica também em uma deslegitimação, ou mesmo negação, da sua própria existência.

As reflexões decoloniais tomam corpo e passam a estruturar formulações para uma perspectiva do pensamento negro, conforme propõem Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), que argumentam que a lógica colonial é estruturante das relações de poder, bem como dos ordenamentos da vida social, inclusive na Contemporaneidade. Esta lógica estabelece padrões calcados em compreensões de mundo *eurocentradas* e, a partir disso, atualiza a complexa rede de dispositivos histórico-sociais de exclusão, invisibilização e hierarquização de grupos sociais colonizados, sobretudo no que diz respeito à raça.

Como desdobramento das hierarquias sociossimbólicas, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) salientam que as subjetividades (negras), nesse sentido, são atravessadas pela negação ou deslegitimação de seus conhecimentos, saberes, tradições e modos de existência. Em outras palavras, consideram que a constituição do pensamento negro parte de uma premissa de que a raça é organizadora das composições sociais e produtora de subjetividades, a partir da lógica colonialista.

As perspectivas decoloniais passam a se apresentar como proposta de ruptura com as relações de poder que estabelecem tanto os processos de legitimação hierárquica do conhecimento (colonialidade do saber), quanto com as que podem constituir subjetividades por meio da invisibilização/negação ontológica (colonialidade do ser). Sobre o projeto decolonial, Bernardino-Costa (2018) disserta que este

(...) aponta para uma dimensão da resistência e reexistência política que vai além dos processos de independências e descolonizações que ocorreram nas Américas no início do Século XIX e na segunda metade do Século XX na África, Ásia e Caribe. Em outras palavras, o giro decolonial tem como horizonte político concluir o processo incompleto de descolonização, seja dos países latino-americanos, seja dos países africanos, asiáticos e caribenhos. Significa, portanto, uma confrontação direta das hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas, estéticas, etc., que estruturam o sistema de dominação e exploração do sistema-mundo moderno/colonial. (p. 124)

Embora o recorte dessa Tese de Doutorado esteja nas produções intelectuais acadêmicas de pesquisadores/as negros/as, é fundamental mencionar aqui também, as contribuições alinhadas aos princípios corpo-geopolíticos sobre os quais contemporaneamente é traçado o projeto de intelectualidade negra decolonial, ocorridas para além dos meios acadêmicos institucionais no Brasil.

Dentro dos estudos a respeito da intelectualidade negra brasileira, Erivelto Santiago Souza (2010) entende que “intelectuais negros/as são pessoas de formação acadêmica ou não que, ao lançar mão de suas experiências de negros/as, tenham disposição organizativa, diretiva e educativa, e ‘tomam a cargo’ os objetivos e as prioridades da Comunidade Negra” (p. 12, grifos no original).

Constituídos como espaços afirmativos da negritude, assim como resistência e produção de condutas combativas do racismo, os espaços de intelectualidade e ativismo negro são indissolúveis. Este entendimento pode ser observado nos intelectuais e ativistas do final do Século XIX e início do Século XX, como é o caso de Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, André Rebouças e Lima Barreto (CHALHOUB e PINTO, 2016).

É possível salientar também os registros de experiências negras realizados por Clóvis Moura (1983), intelectual e ativista negro que atuou fora dos espaços acadêmicos institucionais. Moura reuniu registros orais de populações quilombolas, conhecimentos a respeito das religiões de matriz africana e produções artísticas afro-brasileiras, não enquanto manifestações folclóricas, mas sim como elaborações culturais de força política, que permitem realizar interpretações do corpo social brasileiro.

Nessa direção, se faz necessário mencionar aqui as contribuições de Abdias do Nascimento, ativista negro com fortes produções intelectuais e intenso protagonismo nas lutas contra a colonialidade das populações afro-diaspóricas. Pensando o papel do Teatro Experimental do Negro (TEN), de um ponto de vista

emancipatório, o intelectual disserta sobre seus desdobramentos em ações de resistência contra o colonialismo:

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão. A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. (NASCIMENTO, 2004, p. 211)

Outro nome que cabe aqui salientar é o de Alberto Guerreiro Ramos. Com reconhecimento dentro e fora do Brasil, as suas reivindicações pelo redimensionamento das narrativas sobre o negro, enquanto sujeito de conhecimento do intelectual, foram marcas do seu pensamento:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa o negro tema; outra, o negro vida. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 215, grifos no original)

Na trilha de compreender as articulações entre essa proposta intelectual-acadêmica de ruptura com os sistemas explicativos pretensamente universais, produzidos pela colonialidade europeia, com intelectualidade negra brasileira, é importante fazer menção ao pensamento de Sueli Carneiro²⁸ (2005). Em crítica aos formatos universalistas e hegemônicos europeus de produção do conhecimento, a filósofa desenvolve a ideia de que o pensamento negro deve se constituir a partir do chamado contra o “epistemicídio” promovido pelo colonialismo do saber, que se desdobra, inevitavelmente, em negação das próprias subjetividades negras,

²⁸ Conforme mencionei anteriormente nessa Tese, no decorrer das décadas de estudos no campo das Relações Étnico-Raciais, as concepções de um fazer científico para o negro vem sendo elaboradas e rearticuladas com outras perspectivas teórico-metodológicas, como é o caso das teorizações decoloniais (que possibilitaram a realização de análises sobre o tema das Relações Étnico-Raciais a partir da desconstrução de epistemologias eurocêntricas). A estrutura do pensamento de Sueli Carneiro (1995; 2002; 2003; 2011) está em concordância com essas perspectivas e, principalmente, considerando que a temática de seus estudos é a própria elaboração de novas epistemologias enquanto uma estratégia produtora de resistências negras. Assim, seu trabalho pode ser considerado um marcador importante a partir do qual outros/as pesquisadores/as negros/as passaram a sustentar suas produções científicas.

colocando o negro em lugar de “não-ser”. Em outras palavras, ao desqualificar a produção de saber do ser, se produz mecanismo de negação de existência.

Em sua Tese de Doutorado, Sueli Carneiro (2005) lança mão do conceito de “epistemicídio”, idealizado por Boaventura de Souza Santos (2010) para propor o estabelecimento de novas bases para a produção de conhecimento que partem de um pensamento negro. O referido conceito designa “uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 7).

Carneiro (2005) faz uma articulação entre a noção de “epistemicídio” e a exclusão dos espaços educacionais sofrida pelas populações negras brasileiras. Dessa forma, o aparato educacional promove múltiplos processos de impedimento da capacidade cognitiva e, por fim, uma negação da condição de sujeito ao negro.

Para Sueli Carneiro (2005), esta interdição da confiança intelectual se dá por meio da desvalorização e ocultamento dos conhecimentos produzidos no Continente Africano e da diáspora²⁹ africana, pela predominância do embranquecimento cultural e pela evasão escolar verificada com maior incidência entre as populações negras. A filósofa realiza análises a respeito deste conjunto de fatores como elementos possíveis de serem vistos pela lente do “epistemicídio”, atentando que quando o negro:

(...) alcança o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está diante do epistemicídio, embora este domínio seja a negação de um dos seus pressupostos (o da incapacidade cognitiva inata aos negros) por ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela redenção da aculturação que promove dos paradigmas da razão hegemônica, pela destituição de outras formas de conhecimento. (p. 117)

Ao alicerçar a proposta de intelectualidade negra, alinhada com os princípios da decolonialidade, Sueli Carneiro (2005) propõe a produção de conhecimento que afirme as dimensões geopolíticas e corpo-políticas do intelectual acadêmico. Em outras palavras, evoca a ideia de que a legitimidade da fala se dá a partir da afirmação do sujeito de conhecimento, que está situado espacial e temporalmente,

²⁹ Diáspora Africana é a designação dada ao fenômeno social e histórico caracterizado pela imigração forçada homens e mulheres de países do continente africano. Este processo foi marcado pelo fluxo de pessoas ocorrido por meio do tráfico transatlântico, e, conseqüentemente, pelas trocas de diferentes culturas nos contextos sociais fora da África, encontrados pelos sujeitos escravizados.

cujas experiências vividas se tornam critério de validação dos conhecimentos por ele produzidos.

Em concordância com o pensamento elaborado no âmbito dos Estudos Decoloniais, pesquisadores/as negros/as brasileiros tem produzido importante aporte reflexivo por meio de empreendimentos acadêmicos e intelectuais que podem, ou não, abordar o tema das Relações Étnico-Raciais como foco principal das investigações, conforme procurei demonstrar no levantamento de teses e dissertações que abordam o tema da intelectualidade negra no Brasil. Para Sales Augusto dos Santos (2007), os intelectuais negros podem ser percebidos como “um *ethos*³⁰ acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; *ethos* este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos” (p. 226, grifos no original).

Por sua vez, Nilma Lino Gomes (2010) considera o intelectual negro contemporâneo não apenas como produtor de rupturas com as perspectivas científicas consideradas clássicas tão somente (universais e hegemônicas, para utilizar os termos dos Estudos Decoloniais), mas também como aquele que estabelece diálogos e se utiliza dos próprios espaços científicos como forma de elaborar problematizações conceituais, pois

(...) constrói sua trajetória de produção, reflexão e intervenção na interatividade entre o *ethos* político da discussão da temática racial e o *ethos* acadêmico-científico adquirido no mundo da ciência moderna. O intelectual negro é também aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas. E ainda aquele que coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra. (p. 500)

Os percursos constituintes de pesquisadores/as negros/as podem se caracterizar, para além da abordagem específica do tema étnico-racial em suas pesquisas, por algumas prerrogativas a partir das quais se delineiam determinadas condutas, atitudes e posturas pesquisadoras específicas: a) pelo posicionamento de pessoa autodeclarada negra situada na ambiência do *stricto sensu* como um fator determinante para a pesquisa; b) por uma articulação entre as autonarrativas sobre negritude com o fazer científico; e, c) pela postura de apresentar-se como

³⁰ No decorrer desta Tese de Doutorado, intenciono apresentar a perspectiva de *êthos* em Michel Foucault como uma ferramenta teórico-metodológica a partir da qual compreendo ser possível realizar algumas análises acerca de subjetividades negras pesquisadoras.

pesquisador/a negro/a realizando tensionamentos das bases epistemológicas e científicas hegemônicas.

5.1 Autodeclaração e posturas afirmativas: a constituição de um *êthos* negro pesquisador

(...) de forma breve, esses são alguns dos lugares dos quais falo como mulher afro-brasileira, como pesquisadora. Esses espaços me ajudam a refletir (...) a respeito da relação da educação com a identidade afro-brasileira e o papel que temos de construir uma pedagogia da diversidade, que visibilize a real participação do/a afro-brasileiro/a na história, economia e cultura do Brasil, problematizando com isso os processos históricos de invisibilização que nos afetam. (CORREIA, 2018, p. 38)

Realizar análises com inspiração foucaultiana implica em compreender que o exercício da elaboração do pensamento não se trata de empreendimento que ambiciona encontrar nem respostas totalizantes, nem respostas dentro do binômio certo-errado. Sendo assim, ao partir de teorizações de Michel Foucault para pensar questões relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, reitero que não me interessa em percorrer um caminho que me permita dizer se os espaços de produção científica, marcados pelas demandas de afirmação identitária negra, são mais ou menos legítimos ou verdadeiros, no sentido de produzir uma “essência” da intelectualidade negra brasileira.

Em seu texto *Foucault revoluciona a pesquisa em Educação*, Rosa Maria Bueno Fischer (2003) assinala contribuições do pensamento foucaultiano para o desenvolvimento de pesquisas no campo educacional. A autora chama de “atitudes metodológicas” (p. 373), algumas lições por ela aprendidas no decorrer de suas atividades investigativas na Educação. Seu argumento é de que as análises de inspiração foucaultiana designam determinada postura do pesquisador. Essa postura diz respeito ao estado de dúvida constante em relação a entendimentos, conceitos ou crenças naturalizadas e desprovidas de uma historicidade que as constitui. Para a autora:

O convite que o pensamento foucaultiano nos faz é o de imergir nesses ditos que se cristalizam e buscar descrever – tanto no interior das próprias pesquisas já feitas sobre o tema, como numa nova proposta de estudo empírico – práticas discursivas e práticas não discursivas em jogo, de tal modo que possamos fazer aparecer justamente a multiplicidade e a complexidade dos fatos e das coisas ditas, que são, por isso mesmo, raros, no sentido de que não são óbvios, não são naturais, não estão imunes a imprevisibilidades. Expor essas multiplicidades nos permitirá descrever um

pouco dos regimes de verdade de uma certa formação histórica e de determinados campos de saber. (p. 375-376)

Nessa mesma linha de pensamento, Alfredo Veiga-Neto (2003) afirma que Michel Foucault “constrói variadas ferramentas analíticas que podemos usar em nossas próprias pesquisas e em nossas práticas sociais e educacionais” (p. 16).

Com base no que dizem pesquisadores dos Estudos Foucaultianos em Educação, me interessa lançar mão de ferramentas de análise que permitam pensar (tal como indicado no capítulo 2, intitulada “Circunscrevendo a temática” dessa Tese”), de modo desassossegado e tensionador, como se tornou possível a inserção de um campo de lutas antirracistas no terreno da produção intelectual; quais são os efeitos destes desdobramentos; quais são os processos por meio dos quais se constituem os sujeitos negros pesquisadores, e, quais são as condutas, posturas e atitudes que podem auxiliar a elucidar esse novo movimento de pensamento nos espaços acadêmicos na pesquisa em Educação. Sendo assim, no subcapítulo que ora se apresenta, analisarei materiais selecionados para a constituição do *corpus* documental que compõem a materialidade desta pesquisa.

No decorrer deste texto, procuro entender e elucidar, por meio das produções científicas de autoria de pesquisadoras/es negras/os, divulgadas no ambiente virtual da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, de que modo as condutas e posturas que estruturam a escrita científica dos/as referidos/as pesquisadores/as apontam para um determinado *modo de ser* pesquisador/a negro/a. Ou seja, de que forma vem sendo constituído aquilo que estou chamando nesta Tese de Doutorado de *êthos* negro pesquisador.

Considerando que o pensamento de Foucault permite olhares que desconstroem essencializações de variadas naturezas, valho-me de seus escritos para questionar, no limite do (meu) próprio pensamento, e refletir acerca das produções de novos sentidos sociais produzidos no âmbito da EREER. Este é, por exemplo, o caso da emergência do imperativo da in/exclusão das diferenças que possibilitou a solidificação das lutas pelo reconhecimento afirmativo das relações étnico-raciais³¹.

³¹ No primeiro período da Antiguidade clássica estudado por Foucault, nomeado na Filosofia de socrático-platônico, a parcela da população da Antiguidade grega, à qual as práticas de cuidado e transformação de si se destinavam, era composta por indivíduos considerados aptos para assumirem cargos públicos e tarefas relativas ao governo das cidades. Salma Tannus Muchail (2011) salienta que, a partir do período helenístico, estudado por Foucault na sequência, é possível perceber uma

À medida que a Educação se consolida como o espaço mais significativo para o estabelecimento dessas novas dinâmicas, é necessário analisá-la como campo privilegiado e permanentemente disputado pelos movimentos que instituem novos regimes, demandam a imposição de novos jogos de poder e estabelecem novas formas de produção de subjetividades. A consolidação do campo da intelectualidade acadêmica enquanto um espaço de disputas e redimensionamento identitário pode ser percebido, por exemplo, no que destaca a pesquisadora Aline Nascimento Santos Correia (2018), que apresenta a produção da sua pesquisa de Mestrado de modo diretamente atrelado à sua pertença étnico-racial e identitária. Ou seja, o elemento da autodeclaração quanto à cor/raça se apresenta como um fator determinante para o modo como a pesquisadora Aline Nascimento Santos Correia se posiciona e elabora o pensamento científico:

Esta dissertação reúne parte das minhas inquietações como pesquisadora da área de Serviço Social e *integrante do movimento negro*. As problematizações e reflexões na minha trajetória acadêmica sempre estiveram direcionadas a contribuir, do ponto de vista profissional, com a “escola” que me formou como *mulher negra: A educação comunitária*. (p. 12, grifos meus)

Afirmar-me afro-brasileira é algo que desvela um processo de tornar-me mulher afro-brasileira. (...) Em minha trajetória vou percebendo que inúmeras coisas influenciam minha identidade, o papel social que ocupo, sendo que a sociedade constantemente me mostrava/mostra “o não-lugar social” da mulher afro-brasileira. Porém, até parte da minha trajetória a percepção da questão racial não estava tão evidenciada em meus escritos. Por isso, como afirma Lélia Gonzalez^[32] (1988, p. 2) ao refletir sobre a célebre frase de Simone de Beauvoir, “(...) tornar-se negra é uma conquista”. Meu processo de empoderamento se intensificou a partir da militância no feminismo negro, no movimento de mulheres negras. (p. 33)

No curso do *Collège de France* (1981-1982), intitulado *A Hermenêutica do Sujeito*, Foucault (2006a) apresenta um conjunto de análises que visam elaborar a história das práticas por meio das quais ocorrem os processos de transformação e constituição do sujeito. Arguindo a respeito dos interesses em compreender os

ruptura com os aspectos que condicionavam política ou socialmente o princípio do cuidado de si como constituinte do sujeito. Há, neste momento, uma emergência da ideia de cuidado de si como um princípio para todos. Segundo a autora, a partir deste momento, “cuidar-se não é privilégio, nem dever de alguns para o governo de outros, é imperativo para todos” (p. 76).

³² Referência presente no texto original.

modos e procedimentos por meio dos quais alguém se constitui sujeito de algo, o filósofo alerta que “não se deve constituir uma teoria geral e universal do sujeito, mas deve-se, por uma analítica das formas de reflexividade, [constituir] uma história das práticas que lhes servem de suporte para que se possa dar sentido” (p. 561).

Assim, visando compreender como se dão os modos de constituição do sujeito, Foucault realiza a investigação histórica na qual se reporta ao período da Antiguidade Clássica, sobretudo com os gregos. É nesse período histórico que o filósofo francês analisa a emergência de práticas de transformação de si que indicavam determinado modo de ser, por meio do qual o sujeito, a partir do princípio de conduta denominado de “cuidado de si”, delineava suas ações sobre si mesmo e sobre os outros.

Esse modo não era tomado como norma rigorosa ou imposta por algum tipo de poder institucionalizado. Ao contrário, a premissa do “cuidado de si” grego era acolhida não como tarefa, mas sim, como uma forma de ser. Essa transformação dos modos de existência era feita por meio de uma série de atividades, exercícios e práticas que tinham por objetivo a designação de conduta apta a cuidar de si e dos outros, conforme argumenta:

Na Antiguidade, esta elaboração de si e sua conseqüente austeridade não é imposta ao indivíduo pela lei civil ou pela obrigação religiosa; trata-se, ao contrário, de uma escolha feita pelo indivíduo para a sua própria existência. As pessoas decidem por si mesmas se cuidam ou não de si. (...) Agiam, antes, de modo a conferir a suas vidas certos valores (reproduzir exemplos, deixar uma alta reputação para a prosperidade, dar o máximo possível de brilhantismo às suas vidas). Era uma questão de fazer da vida um objeto para uma espécie de saber, uma técnica, uma arte. (FOUCAULT apud RABINOW e DREYFUS, 1995, p. 270)

Na Grécia clássica, Foucault encontra, portanto, uma série de procedimentos por meio dos quais era possível realizar elaborações e exercícios que indicavam um tipo de preocupação com a própria existência, ou seja, o imperativo do cuidado de si. Com isso em mente, compreendo que os espaços da escrita intelectual-acadêmica funcionam como um campo importante de promoção dessas chamadas “formas de reflexividade”, uma vez que é por meio da construção das pesquisas acadêmicas que pesquisadoras/es negras/os vêm estabelecendo formas de autoria e pensamento científico que partem das experiências de uma vivência negra que reflete sobre si mesmo e realiza essa demarcação:

O objeto desta tese está impregnado de sentidos e relações, assim como eu enquanto pesquisadora a partir dos lugares dos quais falo, do grupo étnico-racial afro-brasileiro ao qual pertença. Por isso, as trocas acontecem num espaço que não é imparcial, mas que se (re)significa constantemente no processo de investigação, implicando em posturas políticas. O problema de pesquisa leva assim a uma imersão enquanto pesquisadora na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias atuais que condicionam o problema, na partilha das experiências e percepções que participantes da pesquisa têm desses problemas, imergindo nos fenômenos além de suas aparências imediatas. (CORREIA, 2018 p. 38)

Com isso, compreendo que os lugares a partir dos quais teço minhas análises conversam constantemente com os lugares a partir dos quais os/as afro-brasileiros/as cotistas egressos/as partilham suas experiências, numa relação dinâmica. (CORREIA, 2018, p. 39)

Foucault (2006b) compreende que a máxima socrática, que designa que se ocupar de si é a via de constituição do ser consigo mesmo, pode ser pensada como “constitua-te livremente, pelo domínio de ti mesmo” (p. 287). A partir disto, considero relevante realizar aproximações entre a noção de cuidado de si, enquanto lógica produtora de determinado modo de ser, com a ideia de domínio de si mesmo, que designa formas de governar a si, estabelecer determinadas condutas reflexivas e atitudes consigo mesmo, sendo essas também formas de estabelecer modos de ser e, portanto, constituir-se sujeito.

A partir dos estudos do filósofo, a respeito dos processos de constituição do sujeito, sobretudo, considerando o olhar para a emergência das práticas de elaboração de si mesmo, justifico também minha escolha por utilizar a noção de *êthos*³³ utilizada por Michel Foucault. Entendo que esta se trata de uma ferramenta que funciona como inspiração analítica para pensar acerca de diferentes condutas, atitudes e posturas que elucidam *modos de ser* pesquisador/a negro/a no Brasil contemporâneo.

Tornar-se sujeito não diz respeito à maneira de se identificar, mas passa a ser uma atitude desejável, aceita e defendida:

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns, enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um

³³ No decorrer do texto, constam algumas citações nas quais as/os autores utilizam a palavra *ethos* para designar sentido similar ao que me refiro aqui. Todavia, opto por lançar mão da grafia *êthos*, conforme utiliza Michel Foucault (2005; 2006a), bem como outros/as pesquisadores/as que também referencio neste estudo.

pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *êthos*. (FOUCAULT, 2005, 341-342, grifo no original)

Buscando compreender como são postos em funcionamento os recursos, mecanismos e práticas da elaboração de si, a partir da lógica grega, Foucault (2006a) considera que esse conjunto de procedimentos, relativos à constituição do sujeito ocidental, trata do cruzamento de dois entendimentos de sujeito: por um lado, de sujeito de conhecimento, e, de outro, sujeito de experiência de si. O primeiro se referia à elaboração das condutas a partir do conhecimento externo e “racional” do mundo; o outro, à elaboração da vida através da experiência de si de modo inseparável das formas de conhecer o mundo.

É nesse cruzamento, na busca pela conexão de duas compreensões distintas sobre relacionar-se consigo mesmo, que Foucault aponta que se constitui e se estabelece a lógica grega. Dessa forma, o filósofo diz que a história das práticas de reflexividade, produtoras do sujeito ocidental, deve ser elaborada a partir dos seguintes questionamentos:

De que modo o mundo pode ser objeto e ao mesmo tempo lugar de prova para o sujeito, de que modo pode haver um sujeito de conhecimento que se oferece o mundo como objeto através de uma *tékhnē*, e um sujeito de experiência de si, que se oferece este mesmo mundo, mas na forma radicalmente diferente de lugar de prova? (p. 591, grifo no original)

Nessa direção, considero potente a articulação entre o pensamento de Sueli Carneiro (2005) com as teorizações foucaultianas, por compreender que suas proposições sobre a elaboração de novas epistemologias dizem respeito, justamente, à constituição de outras relações do ser consigo. Ao vincular suas produções científicas aos princípios epistemológicos que colocam sob suspeita as bases hegemônicas acadêmicas brancas, o sujeito pesquisador/a negro/a ocupa-se de si mesmo/a pela via da escrita acadêmica, da prática de pesquisa, da produção científica e da luta pelo protagonismo. Deste modo, tanto em um âmbito coletivo quanto em uma esfera individual, pesquisadores/as negros/ vêm, cada vez mais, lançando mão do campo da produção intelectual-acadêmica como espaços de produção de exercícios de cuidado de si. Esse entendimento de experiência de si remete ao que dizem os pesquisadores Jorge Ramos do Ó e Julio Groppa Aquino (2014) a respeito da noção de experiência, apontando que remete “ao conjunto de sentidos que regulam as vivências capitais possíveis nas coordenadas do presente, em relação às quais todos e cada um estaríamos posicionados – incluídos aí os

esquemas de condução da conduta, bem como os efeitos de resistência a tais esquemas” (p.202).

Posicionar-se na prática e escrita da pesquisa, enquanto sujeito de conhecimento e de experiência, no caso da intelectualidade acadêmica negra, implica em elaborar e fortalecer marcos epistemológicos que remetem a uma pesquisa engajada e afirmativa. Na mesma medida, posicionar-se afirmativamente se relaciona com o comprometimento ético e orgânico de estabelecer formas de resistência por meio das quais se faz possível pensar formas de relação do ser consigo que partem do campo de lutas antirracistas.

Assim, em todo esse processo do fazer científico, é possível compreender que são operacionalizados exercícios de subjetivação, cuidado e transformação de si, pautados na experiência e no olhar da negritude sobre si mesma. Por meio de empenhos intelectuais de desvinculação dos parâmetros científicos estabelecidos pela branquitude e, ao mesmo tempo, afirmativo de si mesmo enquanto sujeito de conhecimento e experiência, é possível considerar que são mobilizadas articulações entre sujeito de conhecimento, e sujeito de experiência de si, apontadas por Foucault (2006a), que são entendidas, nesta Tese, como práticas recorrentes nas produções científicas de pesquisadoras/es negras/os.

A partir da investigação sobre as assimetrias raciais, sociais e de gênero que silenciam e interditam a inserção das populações negras nos espaços de conhecimento, Sueli Carneiro (2005) propõe a constituição de novas bases epistemológicas que tomam as experiências de si como elementos basilares da produção de conhecimento descentralizado, em oposição à lógica universal. Dessa forma, o pensamento da filósofa negra feminista pode ser conectado com os estudos de Foucault (2006a) que percebe, no mundo grego, a eclosão de algumas condutas que produzem a forma de vida ocidental específica, que alinha o sujeito de conhecimento com o sujeito da experiência de si.

A demarcação das experiências de si como um ponto determinante para os posicionamentos enquanto pesquisador/a negro/a pode ser observada no que diz Gustavo Jaime Filizola (2019) acerca do lugar de autoria autodeclarada e afirmativa, que se coloca no texto por meio de relatos de experiências de si. É interessante salientar, especialmente neste caso, o pertencimento étnico-racial e identitário relacionado, também, ao vínculo religioso candomblecista do pesquisador, assim como a postura combativa quanto ao racismo religioso sofrido no decorrer da vida. A

pesquisa, nesse sentido, funciona como espaço de constituição de postura antirracista e afirmativa, tanto da negritude quanto da ancestralidade religiosa e cultural afro-brasileira. Esses elementos são apresentados, no estudo em questão, como pontos de partida para o fazer científico por parte do pesquisador:

Nasci numa madrugada de segunda-feira, em Recife-PE. Olorúm, incumbiu ao orixá Odé, o deus caçador e da caça do panteão iorubano, senhor da floresta e de todos os seres que nela habitam, ser o dono do meu Ori (cabeça), mas também me deu uma lá para tomar conta do meu coração: Iemanjá, a rainha das águas salgadas. Filho de Pascoal Filizola (comerciante) e Lucíola Maria Ferreira Filizola (professora). Minha mãe foi meu grande exemplo de vida, filha de Iemanjá com Ogum. Quando nasci, último de oito filhos, levou-me a um amigo seu, um famoso umbandista de Recife chamado José da Bola que dirigia o Centro de Umbanda chamado Pai Francisco. Lá, fui batizado. Meu caminho já começava a ficar marcado com ancestralidades afro-brasileiras. (FILIZOLA, 2019, p. 14)

Hoje, estar pesquisando sobre a temática do racismo religioso, que é fruto de um racismo estruturante das relações sociais, é voltar ao presente um passado não muito distante. (...) O racismo religioso está na memória do meu corpo, enquanto estudante de quinta a oitava série, atual ensino fundamental II, quando tinha vergonha de conhecer e usar alguns ícones da religiosidade afro-brasileira como, por exemplo, colar de contas. (Idem, 2019, p. 16)

Desde o ano de 2000, colaboro e participo de algumas atividades do Ilê Axé Oiá Meguê - Terreiro da Nação Xambá. Há dois anos, em uma das festas na Xambá, tirei uma foto e postei no facebook. No outro dia na escola, um aluno do sexto ano me abordou questionando se eu era doido por frequentar esse tipo de lugar. Senti na pele o que as crianças e os jovens sentem sobre o racismo religioso. Em outras ocasiões, ao distribuir balas, chocolates, etc., na sala de aula, alguns alunos e algumas alunas não aceitaram por serem “coisas de macumba”, “do demônio”, porque o pastor da igreja havia dito para não pegar nenhum doce de Cosme e Damião por ser “coisa do diabo”. Desde então, comecei de forma mais intensa a ler e aprofundar nos estudos sobre as crianças de terreiro, compreender e aprender com as pessoas que participam do candomblé. (...) Sinto-me “em casa” sendo pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade Audre Lorde (GEPERGES - Audre Lorde) e Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, Infância e Juventude – GETIJ, por assumir o compromisso social das questões do racismo religioso que recai, em especial, nas crianças e jovens pertencentes as religiões de matrizes afro-indígenas. Hoje frequento espaços espíritas, de candomblé, de jurema e budistas, para o estranhamento de muitas pessoas, mas para mim, algo natural e que me dá prazer. Estudar e participar do candomblé faz com que eu seja uma pessoa mais informada e respeite ainda mais a natureza e as pessoas. (Idem, 2019, p. 17)

Relembrar essas experiências da minha adolescência e juventude, permite que eu dê outros sentidos aos meus pensamentos de outrora e, hoje, eles me ajudem a construir o meu pensamento do presente, dizendo o que eu quero para o agora e para o futuro. Quando tive a ideia de pesquisar o racismo religioso, em especial, com crianças de terreiro, aos Orixás pedi permissão. A minha lalorixá, ao jogar os búzios, eles caíram em Aláfia. Os caminhos estavam abertos! (Idem, 2019, p. 18)

No caso de Sueli Carneiro (2005), essa conexão entre práticas reflexivas e experiências de si, fala de determinado modo de transformação da existência que passa pela autoria do conhecimento e, ao mesmo tempo, toma a experiência como propulsora do fazer científico. Entendo, portanto, que a proposta do fazer científico a partir da experiência de si, da singularidade do ser e da negativa aos sistemas explicativos universais, conforme discorre a filósofa, aponta para uma prática de resistência por meio da qual são colocados em funcionamento técnicas produtoras de novas subjetividades emergentes, entre elas, vale destacar, as subjetividades negras pesquisadoras.

Pensando na linha dos estudos de Carneiro (2005), essa elaboração de si faz com que o sujeito se posicione e se transforme com base em suas experiências de autodefinição e autodeclaração. No caso da intelectualidade acadêmica negra, esses modos de ser mobilizados por meio da produção científica, faz com que pesquisadores/as negros/as se posicionem e ocupem espaços historicamente interditados às populações negras. Deste modo, a prática de pesquisa enquanto exercício de constituição de si mesmo torna-se um veículo produtor de sentidos e de existências protagonistas, engajadas, afirmativas e demarcadas por experiências em comum, como é o caso das posturas de combate, denúncia e superação do racismo.

Assim, as lutas antirracistas e o caráter combativo do racismo são recorrentes nas experiências de si referidas nas produções intelectuais-acadêmicas. O espaço da produção de conhecimento científico funciona, nessa direção, como ferramenta potente por meio da qual podem ser apontadas problematizações acerca das violências raciais sofridas no decorrer da vida do/a pesquisador negro/. Destaco, nessa trilha, as escritas das pesquisadoras Mariana Aparecida dos Santos Panta (2018) e Neusa Pereira de Assis (2015), que no âmbito das suas pesquisas, apresentam seus estudos partindo de condutas antirracistas e tensionadoras dos espaços educativos pelos quais passaram até a chegada na academia:

Eu, como fruto de políticas de ações afirmativas, estou certa de que o sistema de cotas é necessário e funciona, impactou a minha vida e de muitos estudantes por todo o Brasil. Trata-se de uma possibilidade de competir com equidade e adentrar num universo no qual, por motivos históricos, políticos e sociais, nossa presença era quase nula. (PANTA, 2018, p.20)

Interessante observar que não tive professora mulher negra em toda minha fase estudantil. Onde estavam as professoras negras? Quem poderia defender as crianças negras nas escolas? As discriminações vividas na escola sempre foram “silenciosas” e não nos era permitido “falar, reclamar” nada a professores e direção. (...) Muitas das inquietações que carrego, perguntas, incertezas, certezas e tantos outros sentimentos estão no cenário desta pesquisa para análises e objetos de estudo. Uma de minhas inquietações é com alunas negras que frequentam a Educação Infantil, que foi instituída na década de 80. O sofrimento da criança negra começa desde muito cedo. (ASSIS, 2015, p. 18)

Interessante observar que não tive professora mulher negra em toda minha fase estudantil. Onde estavam as professoras negras? Quem poderia defender as crianças negras nas escolas? As discriminações vividas na escola sempre foram “silenciosas” e não nos era permitido “falar, reclamar” nada a professores e direção. (...) Muitas das inquietações que carrego, perguntas, incertezas, certezas e tantos outros sentimentos estão no cenário desta pesquisa para análises e objetos de estudo. Uma de minhas inquietações é com alunas negras que frequentam a Educação Infantil, que foi instituída na década de 80. O sofrimento da criança negra começa desde muito cedo. (ASSIS, 2015, p. 18)

Embora durante minha infância e juventude a palavra racismo não fizesse parte do vocabulário da minha família, hoje, lembrando estes períodos da minha vida, vejo que meus pais, ainda que não nomeassem, sabiam bem do que se tratava. A preocupação do meu pai com meus irmãos para que não saíssem sem documento, temendo uma possível abordagem policial e o esforço da minha mãe em primeiramente trançar e depois alisar nossos cabelos para que “os meninos da escola não mexessem com a gente”, apontam para práticas de sobrevivência historicamente utilizadas pelo povo negro e que ainda não caíram em desuso. (ASSIS, 2015, p. 19-20)

Assim, analiso de que modo vem se produzindo um *êthos*³⁴, ou seja, um conjunto de determinadas posturas, atitudes e condutas recorrentes nas produções científicas dos sujeitos negros pesquisadores que demarcam o pertencimento étnico-racial e identitário como constituinte de *modos de ser* pesquisador/a negro/a. Nesse sentido, me inspira a possibilidade de partir dos Estudos Foucaultianos sobre

³⁴ Edgardo Castro (2009) afirma que *êthos* se trata de “uma escolha voluntária de uma maneira de pensar e de sentir, de agir e conduzir-se como marca de pertencimento e de tarefa” (p. 154).

as formas de elaboração das próprias condutas, enquanto mecanismos por meio dos quais o sujeito se constitui e é constituído.

Por compreender que a noção de *êthos* pode ser utilizada como um recurso teórico-metodológico para pensar a constituição de subjetividades negras pesquisadoras, considero relevante sublinhar aqui alguns estudos que, embora não abordem diretamente o tema das Relações Étnico-Raciais, fazem usos do entendimento de *êthos* foucaultiano enquanto instrumento teórico-metodológico. Nessa direção, destaco o estudo de Eli Terezinha Henn Fabris e Maria Cláudia Daligna (2015), que operam com a noção de *êthos* como um conceito-ferramenta, para analisar processos de subjetivação na iniciação à docência, argumentando que as narrativas de si, a respeito do exercício docente no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), apontam que determinadas posturas podem ajudar a pensar na constituição de um “certo modo de ser e de agir resultante de processos pelos quais cada um aprende a ver a si mesmo, a refletir sobre suas próprias ações, a operar transformações sobre si mesmo” (p. 78).

As autoras afirmam que o programa de formação docente inicial regula, em alguma medida, as relações que licenciandos estabelecem consigo mesmo, incidindo sobre suas formas de experienciar seus processos formativos.

Outra análise que lança mão do entendimento de *êthos* na perspectiva de Michel Foucault, que vem me auxiliando a pensar como a ferramenta pode funcionar para produzir reflexões sobre como se constituem subjetividades negras pesquisadoras, é a pesquisa de Gregory da Silva Balthazar (2018) que, apesar de também não dizer respeito ao tema da negritude, aborda temática importante relacionada às pautas identitárias, tal como é o caso da temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

O autor analisa os modos de constituição de um *êthos* crítico feminista, em que busca compreender de que modo “os feminismos construíram um *êthos* particular, radicado na possibilidade crítica radical às relações assujeitadoras que estabelecemos, hoje, com as verdades hegemônicas sobre o corpo e o gênero” (p.28). Para tanto, entende “os feminismos como uma prática filosófica” (Id. Ib.), e tensiona que o feminismo pode ser constituído para além do ativismo e da militância, uma via reflexiva e transformadora dos modos de existir.

Nessa trilha, se faz necessário mencionar novamente os estudos de Weschenfelder (2018) que, a partir das análises sobre a escrita de si, à luz do

pensamento do eixo da ética/subjetivação de Foucault, permite interpretar que as narrativas autobiográficas de mulheres autodeclaradas negras articulam as noções de pertencimento étnico-racial e de gênero, apontando assim, para certo modo de se produzir e de se relacionar consigo mesmas. Segundo a autora, “sem dúvida, temos cada vez mais mulheres negras desenvolvendo a atitude e a técnica (o *êthos* e a *téckne*) necessárias para a prática virtuosa da franca fala” (p. 151, grifos no original).

Nesse sentido, compreendo que existe potencialidade, também, na noção de *êthos* como um recurso analítico que ajuda a pensar sobre o modo como os pesquisadores/as negros/as, ao narrarem a si mesmos e produzirem uma escrita intelectual-acadêmica autoral e autodeclarada negra, constituem sentidos sobre suas existências a partir do estabelecimento de uma relação indissolúvel entre o fazer científico e negritude.

Os referidos estudos me auxiliaram a entender como a questão do *êthos* está sendo pensada no campo da Educação, tanto por contemplarem questões relativas à constituição de “modos de ser” docente, quanto - e, principalmente - por abordarem, pelo prisma foucaultiano, os modos como as pautas identitárias podem incidir nas transformações dos sujeitos. As pesquisas contribuem, ainda, para a elaboração e lapidação da delimitação do quanto aqui proposto, percebendo que, dentro dos espaços de demanda de afirmação identitária, o âmbito da produção acadêmica intelectual vem se constituindo como ponto muito específico do governo de condutas e dos modos como os sujeitos desses processos relacionam-se consigo mesmos.

Evidentemente, a consolidação das lutas, pela virada epistemológica no pensamento científico afirmativo da negritude, está fortemente calcada nos redimensionamentos identitários conquistados pelos movimentos sociais negros, pelo ativismo, militância e pelo princípio de protagonismo negro. Todavia, é possível perceber que existem nuances, posicionamentos e atitudes distintas, no que tange às lutas políticas identitárias imbricadas nos espaços de produção científica que tomam o terreno da intelectualidade acadêmica como um espaço de potente prática reflexiva e transformadora do sujeito consigo mesmo, conforme é possível perceber no que diz a pesquisadora Máira Pires Andrade (2017) em sua pesquisa acerca do ensino de História da África:

Faz-se indispensável mencionar que sou uma estudante de Mestrado em História, mulher, pertencente a uma classe social média e que depois de ter cursado as disciplinas de História da África e Educação das Relações Étnico-Raciais na graduação em História e de ter me aproximado do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), fui apresentada a uma gama de referências, histórias e experiências de afrodescendentes e africanos. A partir de então passei a me questionar e perceber o processo de colonialidade na construção do meu próprio “eu”. Como consequência, acabei olhando minha vida e história de outro modo. Ao longo desse processo senti necessidade - diante dos conflitos e embates, principalmente familiares, de descobrimentos, aceitação e percepção - de fazer determinadas escolhas políticas no que diz respeito ao combate ao racismo e me identificar como uma mulher negra. Esta não é uma escolha fácil, pois o racismo atinge com muita violência, impedindo, inclusive, de olharmos para nós mesmos com outros olhos, por isso, esta escolha ainda está sendo construída em mim. A partir desse processo de mudança pessoal que o ensino de História de África, na graduação, causou em minha vida, somado as experiências no âmbito do Estágio Supervisionado, é que me motivei a compreender como os estudantes e estagiários se apropriam destes conteúdos de história das Áfricas e quais representações circulam sobre esta temática no espaço escolar ou universitário. (ANDRADE, 2017, p.15-16)

Os demais ambientes políticos de militância e ativismo negro, embora também estejam fortemente atravessados pelos princípios da luta política e pelas ideias produzidas em plataformas de reivindicação e empoderamento, não são sempre os mesmos. Existem características e recorrências que apontam para modos de existência e práticas de reflexividade presentes nas produções intelectuais-acadêmicas que não são observadas em outros espaços de militância e ativismo. O campo da Educação, no *stricto sensu*, e da produção da pesquisa acadêmica apresentam contornos de afirmação identitária específicos e relevantes para o entendimento de como se constitui um modo de ser pesquisador/a negro/a, conforme destacam a pesquisadora Elisabeth Santos Natel (2014) e o pesquisador Wilson Queiroz (2012).

Nas apresentações de suas pesquisas, respectivamente abaixo transcritas, o espaço acadêmico aparece como um aglutinador de vivências e experiências negras. Um espaço onde os pesquisadores viveram dinâmicas que possibilitaram e potencializaram os exercícios reflexivos e transformadores sobre si mesmos, elaborando, assim, um modo de ser pesquisador/a negro/a diretamente atravessado pelas experiências de si:

Hoje, eu me identifico como mulher afrodescendente. Antes, não me reconhecia como mulher negra e agora pretendo conhecer as narrativas das mulheres negras profissionais, no meio acadêmico, universitárias. O identificar-me como ser afrodescendente, o ser afrodescendente que sou hoje, é o resultado da minha saga identitária. Tem significado imensurável para mim, pois são as histórias de vida que dimensionam a autoestima, que movem e impulsionam as ações de um sujeito (...) Racismo, preconceito racial, cooptação, entre outros, são acontecimentos cotidianos na trajetória dos sujeitos afrodescendentes na sociedade em que vivemos. Meu processo de identidade étnico-racial também se constrói através destas constatações, mas é pelo engajamento em movimentos negros, participação em cursos, plenárias, encontros, fóruns, nas visitas às famílias negras, entre outros, que fortaleço minha consciência identitária. (...) Nos envolvimento com as questões étnico-raciais, recarrego minhas forças para continuar na luta por nós, sujeitos afrodescendentes, e, conseqüentemente elevar minha autoestima e de outras mulheres. Com viés nestas lutas, pretendo olhar de outro modo para as situações que se apresentam, pois me reconheço como mulher, negra e profissional, inserida durante alguns anos no ambiente universitário. Desse modo, passarei a narrar fatos de minha vida pessoal, estudantil e profissional, os quais me constituíram e ainda constituem-me nos diferentes espaços acadêmicos que ocupo e com efeitos os mais diversos, na sociedade, no trabalho, na família e nos grupos aos quais participo (NATEL, 2014, p. 16)

(...) destaco a minha percepção da passividade que de certa maneira me acompanhava ante os episódios de racismo e discriminação, e o quanto eu era desconhecedor das discussões e teorias envolvendo as relações étnico-raciais. Estranhamente passivo diante de tantos excrementos produzidos pelo racismo e seus desdobramentos, estaria eu doente? Em muitos momentos foi assim que me senti: enfermo, impotente, passivo e resignado, chegando a ser conivente com todas as mazelas produzidas pelo racismo, principalmente porque não tinha percepção das potencialidades que esta temática^[35] poderia produzir. (QUEIROZ, 2012, p. 28)

Afinal, como poderia conhecer-me não sabendo do que dizia a respeito do meu próprio eu? O que poderia saber sobre minha história se eu não conhecia quase nada da História da África ou de sua população? E, ainda que conhecesse, como me posicionei e posicionaria perante algumas questões e episódios relacionados a temática étnico-racial tanto na esfera social quanto na profissional? Que conhecimentos eu teria, a partir da minha experiência, para apresentar e utilizar como referência e proposta de trabalho ou discussão com alunos e familiares? A busca pelo autoconhecimento, intenção com a primeira sistematização desta dissertação, levou-me a novas

³⁵ A referida temática da Dissertação de Mestrado diz respeito ao empreendedorismo negro no âmbito da Administração de Empresas. Isso permite interpretar que a ideia de que os ambientes de intelectualidade acadêmica são espaços de convergência das vivências negras com o intento de constituir posturas de afirmação de si. Nesse sentido, é possível considerar que a constituição do *êthos* negro pesquisador não se restringe ao campo das Humanidades, mas, sim, é um efeito observado em outros campos do conhecimento.

maneiras de aprender sobre as pessoas, sobre a humanidade e suas criações. E foi assim que novos caminhos foram delineados na busca por diálogos sobre as relações étnico-raciais, afinal muitos foram os relatos e estudos compartilhados diante do conhecimento que aos poucos absorvíamos, e muitos foram os olhares em busca da conquista da valorização da diversidade étnico-racial. (QUEIROZ, 2012, p. 30-31)

Assim, a militância e o ativismo elaborados no âmbito da intelectualidade negra possui marcadores que, em certa medida, se diferem de outros espaços de luta política, pois se apresentam de modo específico nos ambientes de pesquisa acadêmica. As posturas, condutas e atitudes observadas nas produções são importantes para o entendimento dos modos como vem se constituindo novas bases epistemológicas que compreendem o pensamento autodeclarado negro como propulsor da existência pesquisadora em si.

Para compreender como são postas em funcionamento as práticas de constituição das subjetividades, Michel Foucault (2006a) discorre que esse conjunto de procedimentos de reflexividade e elaboração de si se estabelecem, fundamentalmente, por meio do enlace de duas compreensões de sujeito. Por um lado, há o entendimento do “sujeito de conhecimento”, e, de outro, o “sujeito de experiência de si”. O primeiro diz da constituição de atitudes, posturas e condutas a partir do conhecimento externo e “racional” da existência; segundo, fala da transformação e constituição dos “modos de ser” a partir das experiências de si de uma maneira imbricada e indissolúvel das formas de conhecer o mundo. É nessa dobradiça que conecta as duas compreensões distintas sobre relacionar-se consigo mesmo que o filósofo francês argumenta que eclode o que ele chama de *êthos*.

Com isso em consideração, o entendimento de *êthos* se mostrou um conceito-ferramenta produtivo para analisar de que modo são elaborados “os modos de ser” pesquisador/a negro/a que se constituem exatamente neste ponto de conexão entre as relações e vivências exteriores ao sujeito (as dinâmicas que gravitam em torno das Relações Étnico-Raciais) e a constituição de determinadas posturas por meio das experiências de si (a própria existência negra).

Assim, é possível dizer que as experiências de si, a autodeclaração étnico-racial e as condutas afirmativas da negritude são elementos que vêm produzindo outras formas de fazer e pensar as produções científicas. Dessa maneira, como modesta ambição, direciono o foco desse estudo especialmente para os espaços de

produção científica, nos quais podem estar sendo constituídas o que considero, aqui, um *êthos* negro pesquisador.

5.2 Técnicas de elaboração de si e a relação indissolúvel entre: produção de conhecimento, antirracismo e potencialização da negritude

O lugar de fala aqui é de mulher negra, capoeirista, feminista angoleira, advogada, mãe, educadora, trabalhadora celetista, aprendiz do jogo de Angola (...) A cada dia que eu ia ao GCAP para treinar, desenvolvia-se em mim, a percepção da importância sobre a preservação das culturas afro-brasileiras e da tradição como elemento de proteção aos elementos identitários das formas de se viver as africanidades brasileiras. Discutíamos as questões raciais enquanto ríamos, dançávamos e brincávamos. (...) As reflexões políticas havidas dentro do Grupo eram compartilhadas com as pessoas de outras organizações em uma construção da nossa história, atuávamos na busca da conscientização de questões sociais e econômicas. (SANTOS, 2017, p.16)

Ao tratar dos processos por meio dos quais alguém se torna sujeito de algo, Michel Foucault (2006a) não se referia a um sujeito *a priori*, nem a um sujeito independente ou mesmo passível de emancipação libertária, conforme alguns pressupostos filosóficos compreendem a ideia de sujeito. Ao contrário, o filósofo entende que são os regimes de verdade, bem como os discursos, que produzem os sujeitos. Tendo isso em vista, destaco que, ao buscar compreender como é constituído um *êthos* negro pesquisador, não há o pressuposto de que exista “uma origem” ou “a verdade” sobre os modos como se constituem sujeitos negros pesquisadores, uma vez que, tomando emprestada a noção de sujeito assinalada, não penso que haja uma “unidade”.

Penso, sim, que existam formas distintas de o sujeito relacionar-se consigo. Esta relação do “ser consigo”, no caso da Educação das Relações Étnico-Raciais, pode estar atravessada por narrativas identitárias afirmativas, eclodidas num âmbito coletivo, mas o que não se pode perder de vista aqui, que estes *modos de ser* se vinculam também - e fortemente - aos novos regimes de verdade sobre o pertencimento Étnico-Racial e sobre a negritude.

As populações negras brasileiras estiveram no cerne de múltiplas narrativas, produzidas não em linha histórica única, mas por meio de uma rede complexa de regimes de verdade, produtores de formas de ser negro no Brasil. As narrativas identitárias afirmativas da negritude elaboram um terreno fecundo para importantes

redimensionamentos identitários e históricos que reivindicam a legitimidade de os sujeitos negros constituírem-se enquanto sujeitos de conhecimento e colocam em questionamento uma série de ditames a respeito das dinâmicas sociais no Brasil, conforme destaca a pesquisadora Lucilene Reginaldo (2018), em entrevista à *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, a respeito dos debates em torno da criação de espaços de produção intelectual acadêmica de pesquisadoras/es negras/os:

(...) não tenho dúvidas de que toda a discussão era regada pelo interesse no protagonismo dos negros. Protagonismo em dois sentidos: atentar para temas e problemas que apresentavam os sujeitos, as escolhas e práticas dos grupos negros e, ao mesmo tempo, ressaltar a contribuição das análises dos pesquisadores negros. (REGINALDO, 2018, p. 349)

À luz das inspirações pós-estruturalistas, é possível manter essas considerações em destaque sem, contudo, tomar tais ressignificações como produções que estejam fora da construção de regimes e jogos de produção de verdades. A discursividade desbloqueada dos encaminhamentos afirmativos das pautas identitárias também está relacionada com a elaboração de (novas) verdades sobre ser negro e, conseqüentemente, sobre as Relações Étnico-Raciais de modo geral.

Com isso em destaque, assinalo aqui algumas reflexões que julguei potentes para o desenvolvimento das análises apontadas. A primeira diz respeito a pensar sobre os novos direcionamentos sobre as Relações Étnico-Raciais enquanto regimes de verdade, observando se de que modo incidem sobre os contornos das demandas por protagonismo negro nos espaços de produção acadêmico-intelectual. Em outras palavras, buscar entender de que maneira estes regimes de verdade estão articulados com as demandas da intelectualidade negra acadêmica para a constituição de outras bases epistemológicas. Estas são levantadas no intuito de compreender, em um segundo movimento, como os atravessamentos constituem procedimentos que incidem em uma produção do ser consigo mesmo.

Nos estudos sobre os procedimentos de constituição de si da Antiguidade clássica, Foucault (2006a) dá destaque ao entendimento de Sêneca³⁶, a respeito dos exercícios de transformação de si indicados pelo filósofo grego, que “tem essencialmente por sentido e função assegurar o que chamarei de subjetivação do

³⁶ Posteriormente, na mesma obra, Foucault (2006a) faz referência também aos entendimentos de Plutarco e Epicteto a respeito do exercício da escuta, que seguem na mesma direção.

discurso verdadeiro” (p. 400). Compreendo que seja possível observar esse movimento transformador de si, que é elaborado a partir da adoção e subjetivação de um determinado discurso como verdadeiro, em narrativas como a da pesquisadora Rosana Machado de Souza (2016), que aponta que foi exatamente a partir do contato, escuta e discussão com profissionais de amplo reconhecimento no campo da EREER, ocorridos por meio da sua inserção e circulação nos espaços de intelectualidade acadêmica, que passou a se formar de maneira contundente, uma determinada postura crítica com relação ao tema da EREER, assim como uma conduta afirmativa de si enquanto pesquisadora negra:

Trago, aqui, sob a forma de questionamentos, alguns dos meus sentimentos naquele momento, os quais me conduziram a reflexões. Sou mulher, negra, de condição socioeconômica menos favorecida e estava estudando numa instituição de ensino superior pública federal, considerada elitizada como algumas outras universidades do país. (...) Reconhecer esse processo de primitivização dos conhecimentos da população negra, bem como da universalização dos conhecimentos brancos ocidentais e realizar tais questionamentos foi possível graças a uma inquietação permanente que encontrou espaço para discussão no Programa Ações Afirmativas na UFMG. O referido projeto, coordenado pela professora Nilma Lino Gomes, que, em parceria com o Projeto Observatório da Juventude, coordenado pelo professor Juarez Tarcísio Dayrell, desenvolvia atividades que buscavam a permanência e o sucesso dos estudantes negros na universidade. As atividades eram palestras, cursos e seminários, além de grupos de pesquisas e realização de projetos de extensão na comunidade. Nessas atividades, as discussões sobre as políticas de ações afirmativas, invisibilidade de representação positiva da contribuição da população negra para a construção da sociedade e estereotipia do negro nas imagens dos Livros Didáticos eram temas recorrentes de discussões. (SOUZA, 2016, p. 11)

Em 2003, quando foi aprovada a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares, eu ainda participava do programa e pude comemorar com colegas e professores esse importante momento para a educação no Brasil. (SOUZA, 2016, p. 12-13)

Se no Programa Ações Afirmativas na UFMG as relações raciais eram discutidas de forma teórica e, por sua vez, os argumentos do Movimento Negro para a necessidade de mudança da sociedade em relação ao tratamento ao negro eram feitos por textos acadêmicos, foi no CEMMAC (Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat) que essas discussões tornaram-se, literalmente, “vivas”. A minha percepção de que a maioria dos jovens internos no CEMMAC era negra em confronto com a maioria de brancos na universidade tornava cada vez mais reais, em carne, osso e conflitos, as relações raciais na sociedade brasileira. Essa mesma percepção se manteve nos anos

posteriores ao trabalhar em projetos socioeducativos e em faculdades de Direito e Medicina: em espaços de maior prestígio social e em que o poder econômico era determinante, era ínfima a presença de negros. Como parte desta pesquisa se refere às ações de combate ao racismo, achei necessário mostrar como o olhar crítico, que aos poucos fui construindo sobre as relações raciais na sociedade brasileira, tornou cada vez mais urgente o desejo de pesquisas e estudos que problematizassem essas relações. (SOUZA, 2016, p.13, grifo no original)

A partir do pensamento foucaultiano, aproximo essas reflexões com o entendimento de que, mais do que uma objetivação do discurso verdadeiro, os exercícios sobre si (indicados por Sêneca), visavam este movimento de subjetivação, ou seja, uma adesão aos regimes de verdade que implica não em um entendimento do conteúdo desta verdade, tão somente, mas em um ato de fazer dela um modo de ser. Nessa trilha, analiso que o exercício de alicerçar firmemente a autoria negra no registro e na produção da pesquisa, aponta para a constituição de um sujeito constituído a partir das premissas afirmativas e produtivas da negritude. Esse exercício de demarcação pode estar vinculado a um ato de “fazer sua a verdade, tornar-se sujeito de enunciação do discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2006a, p. 401).

Entre tais procedimentos de transformação e elaboração de si mesmo, Michel Foucault (2006a) salienta a escuta, a leitura/escrita e a fala como elementos importantes no processo de adesão do discurso como verdadeiro. Ou seja, é possível considerar que, por meio da escuta, da leitura/escrita e da fala, elaboradas e experienciadas no âmbito da intelectualidade acadêmica negra, são postas em funcionamento algumas técnicas por meio das quais é desenvolvido um *êthos* negro pesquisador.

A escuta enquanto exercício de constituição de si, indicado no período helenístico, é entendido como o primeiro eixo da subjetivação do discurso verdadeiro, pois é por meio deste, segundo Foucault (2006a) - o mais passivo dos sentidos -, que é possível que seja iniciado o convencimento da verdade: “conduzida como convém, a escuta é também o que levará o indivíduo a persuadir-se da verdade que se lhe diz” (p. 402).

No caminho do que estuda Foucault acerca das dinâmicas de convencimento e adesão aos regimes de verdade, saliento a recorrência de relatos de pesquisadoras/es negras/os que a respeito da relevância da escuta das falas de familiares e/ou professores determinantes para suas ações e condutas. Em outras

palavras, a escuta e o contato com a fala relacionada ao tema das Relações Étnico-Raciais, por parte de figuras de reconhecida importância nas vivências dos/as pesquisadores/as, é recorrentemente apontado como um fator contributivo para que determinados *modos de ser* pesquisador/a negro/a passassem a ser elaborados:

A partir do 1º ano, observei as diferenças que havia entre crianças negras e brancas na escola. Eu e minha irmã ficávamos isoladas na hora do recreio. Pegávamos as mãos das meninas brancas, e elas corriam a brincar com as outras crianças e, diziam: “você são negras, não podemos brincar juntas” e, como eu e minha irmã éramos as únicas crianças negras, a solução era brincarmos sozinhas. (...) Meu pai era muito exigente com a educação dos filhos. Sempre nos ensinou que: “Como negros, precisamos nos valorizar e estudar para sermos os melhores, tirar os primeiros lugares. Caso isto não aconteça, seremos engolidos pelos brancos.”. Diariamente, papai nos ajudava a corrigir os temas, incentivando que o estudo é o melhor meio para alcançarmos nossos objetivos na vida. (NATEL, 2014, p. 170, grifos no original)

Outro ponto relevante - no que tange o elemento da escuta na constituição de um *êthos* negro pesquisador - é a identificação dos espaços de legitimidade de fala, nos quais são produzidos saberes acerca das Relações Étnico-Raciais. Compreendo a participação ativa, em ambientes destinados à militância e ativismo negros, como locais reconhecidos e legitimados de produções de escuta e fala acerca das temáticas étnico-raciais.

Nesse sentido, saliento a grande frequência com que são feitas menções a eventos, palestras, participações em instituições, aulas ou outros espaços de debate público como fatores importantes no processo de desbloqueio e desencadeamento de posturas de luta e autodeclaração da negritude no espaço universitário:

Em julho de 2007, quando fui convidada pela então Coordenadora Geral do Programa Gestando o Diálogo Grupo Inter-Religioso e o Ecumenismo (Gdirec) para atuar como voluntária nesse Programa, na Unisinos, eu não acreditava que era coisa real, pois uma mulher negra que vai ao encontro de outra mulher negra, neste mundo profissional e acadêmico, demonstra que essa mulher negra possui algo diferente em sua trajetória histórica e identitária. É uma preocupação além de seus limites e resiliências profissionais. Foi neste período que me despertei realmente enquanto mulher negra. Ao fazer parte deste trabalho de resgate histórico e identitário da população negra de São Leopoldo por meio das histórias de vida, fui descortinando e conhecendo uma história que não tinha percepção. (...) foi nesse trajeto profissional que fui percebendo minha visibilidade e valorização enquanto mulher e negra ao lidar diretamente com minha cultura e com os afrodescendentes. Ainda continuo trabalhando no Neabi, em outras atividades, mas agora

também com noção distinta do que significa ser mulher, negra e profissional. Essas experiências foram constituindo meu processo histórico e identitário, através dos conhecimentos elaborados para atender a população negra, dentre sua maioria, mulheres negras. (NATEL, 2014, p. 25-26)

A construção da minha identidade negra se iniciou bem mais tarde, já durante o curso de graduação, onde tive a oportunidade de, conhecendo melhor o processo histórico de constituição do povo brasileiro, refletir acerca da minha própria identidade. Mas foi no contato com os movimentos sociais, em especial com o Movimento Negro, que aprendi a me ver e afirmar enquanto negra. (...) No meu processo de formação identitária, um dos fatores que contribuiu significativamente para que eu me aceitasse e posicionasse como negra, foi minha inserção na carreira do magistério. Enquanto professora da rede pública, trabalhando em bairros de periferia cuja população era visivelmente negra, presenciei diversas vezes práticas de discriminação racial no ambiente escolar e a dificuldade de estudantes negros de se reconhecerem e serem reconhecidos positivamente como tal. Colocar-me como negra, tornou-se uma forma de apoiar estes estudantes, dando a eles um referencial. (ASSIS, 2018, p. 21)

Os espaços de produção acadêmica negra confrontam as estruturas racistas e constituem formas de resistência produtoras de caminhos que tornaram e tornam possível a inserção e fortalecimento da intelectualidade negra. Assim, a recorrência de relatos - acerca da importância das vivências e experiências em espaços públicos de promoção científica de pesquisadores/as negros/as - permite interpretar a mobilização dos exercícios de escuta e fala como fatores relevantes para os modos como os modos de ser pesquisador/a negro/a foram se constituindo. Afinal, de acordo com os relatos expostos nas pesquisas com as quais esta Tese está dialogando, a não raras vezes, os espaços de escuta e fala destinados aos debates públicos acerca do tema da intelectualidade negra foram propulsores das formas como intelectuais acadêmicos/as negros/as passaram a se posicionar:

No final de 2009, comecei a participar de algumas reuniões do CMNEGRAS/MS^[37], e como já tinha experiência profissional com projetos sociais, elaborei para o Coletivo o projeto “I Seminário de Integração das Políticas Públicas para inserção e empoderamento das mulheres negras” (...) No ano seguinte, redigi o artigo “Mulheres Negras ensaiando novas teias de significado” que foi encaminhado ao 5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que é um concurso realizado pela ONU Mulheres/CNPq/MCTI/MEC/SPM^[38]. Para esse artigo tive a oportunidade de entrevistar uma

³⁷ Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul.

³⁸ ONU Mulheres/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação/Secretaria Nacional de Política para as Mulheres.

das fundadoras do Coletivo, de retomar e sistematizar a história do movimento e de novamente entrar em contato com a realidade que nós mulheres afro-brasileiras vivenciamos no Brasil. (CORREIA, 2018, p. 34, grifos no original)

O meu engajamento e a vivência em movimentos sociais, entre eles, na Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU), no Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) e na Comissão Nacional Pastoral da Terra (CPT), espaços que teciam/tecem reflexões críticas à sociedade, problematizavam/problematizam a questão da diversidade, e lutavam/lutam contra as desigualdades contribuíram em minha formação cidadã. O fato de ser e estar entre pessoas que constituem essa diversidade, vivenciam as discriminações e desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (afro-brasileiros/as, mulheres, pobres, jovens, LGBTs, trabalhadores rurais, entre outras), foi um diferencial por possibilitar outros olhares, bem como a convivência com pessoas que militam pela transformação social, que estremecem o padrão hegemônico (...) Com o passar do tempo, a percepção e a constatação que vou tendo do “não-lugar social” destinado às mulheres afro-brasileiras se intensifica. Os trabalhos seguintes que realizei tanto na Fundação Cândido Rondon (FCR), de 2009 a 2012, e depois na consultoria à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2012, me dão um contato maior com as políticas públicas (...) o que me deu outros direcionamentos acadêmicos. (CORREIA, 2018, p. 35)

Foi essa dinâmica em minha trajetória de vida que me levou a buscar um Programa de Pós-graduação em Educação que focasse as políticas educacionais (...) podendo abrir caminhos para outras pesquisas. (CORREIA, 2018, p. 36)

O contato com jovens pesquisadores negros no Museu foi o momento mais importante de minha militância e da consciência política em torno das questões raciais (...) A partir do Museu, passei a discutir com outros intelectuais negros, como Renata Felinto, e compartilhar projetos futuros. (SANTOS, 2018, p. 355-356)

Quanto à indicação dos exercícios de leitura/escrita e seu papel nos processos de produção de si, Foucault (2006a) salienta que estes procedimentos colocam em funcionamento a operação de “apropriar-se [de um pensamento], de dele persuadir-se tão profundamente que, por um lado, acreditamos que ele seja verdadeiro e, por outro, podemos constantemente redizê-lo, redizê-lo tão logo a necessidade se imponha ou a ocasião se apresente” (p. 429). No decorrer das escritas e registros das pesquisas analisadas, podem ser observados diferentes elementos por meio dos quais as/os pesquisadoras/es negras/os se posicionam e se colocam no texto enquanto sujeitos políticos implicados, mostrando que os

marcadores de autodeclaração, afirmação identitária e postura pesquisadora militante constituem uma relação indissolúvel. Ou seja, ser pesquisadora/o, neste caso, está diretamente relacionado com a pertença étnico-racial:

Ao fazer uma análise de minha trajetória pessoal e profissional, observo que vivi anos de subordinação identitária e profissional de formas muito silenciosas. Não tinha conhecimentos acerca da cultura negra. Na escola, os livros didáticos só falavam da abolição da escravatura, onde negras e negros ocupavam o papel de escravos/as e eram vistos como figuras pejorativas, servis e representantes de imagens negativas, feias. Os professores repetiam o que os livros didáticos ensinavam. Todas as discriminações veladas ou declaradas que suportei foram significantes e, a partir dos conhecimentos que tenho hoje, é difícil imaginar, aceitando-as passivamente como outrora. (NATEL, ano, p. 27)

Há uma inevitável relação que conecta a leitura e a escrita. Essa conexão, de acordo com as análises foucaultianas, permite que o discurso verdadeiro seja apropriado por meio da prática reflexiva na qual o sujeito experimenta uma adesão do discurso verdadeiro como parte de si – discurso, esse, elaborado pelos meios legitimados e endossados para produzi-lo - podendo tomá-lo, portanto, como um princípio de conduta. No caso das pesquisas analisadas nesta Tese, entendo como sendo exercício de escrita, a própria feitura e construção das pesquisas, assim como o desenvolvimento e redação dos textos das teses, dissertações e artigos de autoria de pesquisadores/as negros/as.

Entendo, aqui, que a técnica da escrita funciona como um exercício por meio do qual são feitos relatos onde as pesquisadoras/es colocam-se no texto de forma veemente e demarcada, partindo das experiências das suas existências negras, tanto dentro como fora do cenário intelectual-acadêmico. Em outras palavras, a demarcação de pertencimento étnico-racial “vem” antes mesmo da ocupação do espaço de pesquisador/a.

Por essa razão, considero que esses exercícios podem ser compreendidos como práticas de reflexividade no sentido foucaultiano. Afinal, é por meio dessas técnicas de uma escrita confessional, que professa e produz verdades sobre si, que está sendo constituída uma existência pesquisadora que eclode, justamente, nos parâmetros das narrativas identitárias que visam redimensionar as bases epistemológicas hegemônicas. Conforme é possível perceber nos estudos das

pesquisadoras negras Neusa Pereira de Assis (2015), Ivanilde Guedes de Mattos e Aline Silva (2014), a seguir:

Desde a escolha do tema à construção do objeto de pesquisa, todo o processo pode ser relacionado às minhas vivências pessoais e profissionais. Enquanto mulher negra, nascida e criada na periferia de Belo Horizonte, estudante da rede pública de educação, também me vi várias vezes sob a mira de olhares atravessados. A baixa expectativa em relação a mim e a muitos de meus amigos e colegas de bairro estava evidente na escola, inclusive através de sua matriz curricular que, através de uma matéria específica preparava as meninas para a realização dos trabalhos domésticos com primor, de modo que pudéssemos ser excelentes empregadas domésticas. Filha de pai pedreiro e mãe ex-empregada doméstica, e tendo minhas irmãs mais velhas já trabalhando no que se costumava chamar de “casas de família”, este parecia ser realmente meu “destino natural” e, de fato, por um tempo exerci esta profissão sem nenhum questionamento de maior profundidade que levasse em conta as diferentes desigualdades presentes no nosso contexto social e sua relação direta com as questões raciais. Sendo meu pai preto e minha mãe parda- esta é a forma como se declaram e são socialmente vistos, ambos pouco escolarizados e sem nenhum engajamento com as lutas de afirmação da identidade negra, fui criada como morena. (ASSIS, 2015, p. 15-16, grifos no original)

O interesse pela temática surgiu em contexto familiar primeiramente, pois nessa época meu filho vivenciava a fase de transição comum nos adolescentes, momento aquele em que a vaidade é extrema e o desejo de estar inserido no que for mais atualizado em termos da moda. Pude vivenciar as experiências de um jovem negro com baixo poder aquisitivo inventar e reinventar a moda e o cabelo para se adequar as expectativas de grupo. Sem dúvida meu filho representava o perfil de uma juventude que descobriu os produtos genéricos, os artigos importados e as artimanhas para acompanhar a moda. (MATTOS e SILVA, 2014, p. 116-117)

Nos processos de escrita, pesquisadores/as negros/as lutam, em seus textos, por construções de novas escritas de si, consolidando, cada vez mais, o campo da produção científica enquanto espaço de resistência. O exercício da escrita é pensado aqui como uma forma de traduzir articulações importantes, afinal, diz respeito a um tipo de experiência vivida individualmente, ou seja, ocorre nos processos de reflexividade do ser consigo mesmo. Deste modo, a escrita é atravessada, necessariamente, pelas visões dos/as pesquisadores/as negros/as acerca da realidade externa, assim como a respeito dos entendimentos sobre si mesmos, o que permite considerar que a escrita tem potencialidade para produzir modos de ser. Em outras palavras, a escrita é “colocada ao serviço de uma *arte*

geral de existir, consistindo no trabalho sistemático de desprendimento de si mesmo” (Ó; AQUINO, 2014, p. 225). Os/as pesquisadores/as narram suas verdades a partir da negritude, considerando que a existência negra é determinante para os modos como posicionam-se nos espaços acadêmico-científicos. Esses movimentos funcionam como formas de fortalecimento dos movimentos sociais negros, assim como, também, da autodeclaração negra como recurso produtor de um *êthos* negro pesquisador afirmativo.

O recurso da escrita intelectual-acadêmica de pesquisadores/as negros/as opera como uma forma de experiência que atua nos processos de transformação de si. O âmbito da pesquisa acadêmica diz respeito, portanto, a um espaço no qual são postas em circulação forças produtoras de demarcações éticas comprometidas com modos de ser pesquisador/a negro/a constituídos, simultaneamente: pelas experiências de si partilhadas no espectro do racismo estrutural sofrido; pela postura engajada na luta pela resistência e constituição de novas bases epistemológicas questionadoras dos princípios acadêmico-científicos elaborados pela branquitude; e, pelo senso de cooperação e fortalecimento de redes.

Primeiramente, é visível o forte traço autobiográfico e a recorrência da afirmação da negritude como pontos sob os quais os/as pesquisadores/as negros/as se posicionam nos registros e na produção das suas pesquisas. Em seguida, é possível entender o trabalho de escrita mobilizado nos referidos estudos acadêmicos, como componentes de experiências de si que visam promover o engrandecimento das prerrogativas epistemológicas descentralizadas da branquitude. Essas experiências apontam para posturas produtivas e contundentemente críticas aos sistemas de pensamento pretensamente universais. A escrita acadêmico-científica operacionaliza, ainda, o que Ó e Aquino (2014, p. 204) chamam de “superfície fática para modos inéditos de existir.” Deste modo, é possível considerar que a produção de conhecimento diz respeito a um vetor ético por meio do qual se produz um *êthos* negro pesquisador.

Ao tomarem a escrita da pesquisa como um espaço de lutas e produção de sentidos, pesquisadores/as negros/as adotam, concomitantemente, a escrita como uma forma de implicar a si mesmos na prática de escrever. Assim, a escrita - demarcadamente afirmativa produzida por intelectuais negras e negros - atende a tarefa de enraizar, nos textos, aquilo que Rosa Fischer (2005, p. 117) chamou de a “paixão daquele que cria”. Escrever, nesse sentido, se trata de um ato político e

ético por meio do qual passa a ser possível tensionar as relações étnico-raciais dentro e fora dos espaços de intelectualidade acadêmica, mobilizando formas de algo que “tem a ver com nossa vida, com aquilo que amamos e que se faz carne viva em nós” (FISCHER, 2005, p. 117). Diante de tal reflexão, é possível salientar a forte marca das experiências vividas “na carne viva” das pesquisadoras e pesquisadores negras e negros que são justamente essas marcas do vivido em suas trajetórias educativas que designam, de maneira decisiva, as condutas, posturas e atitudes por eles/as adotadas enquanto docentes e produtores/as de conhecimento intelectual e acadêmico.

Por meio dos exercícios da escuta, da leitura e da escrita, Foucault (2006a) diz que o elemento que promove esses procedimentos é o uso da palavra. Esse uso possibilita um outro exercício, apontado como constituinte dos modos pelos quais o sujeito elabora a si mesmo nas práticas de si promovidas na Antiguidade: a fala. Isso quer dizer que o exercício de “dizer sobre si mesmo” possibilita, por meio da fala e da escolha das palavras utilizadas ao narrar-se, que esse sujeito se constitua enquanto sujeito de verdade.

Assim, reflito que, ao colocarem suas existências negras enquanto fatores que fazem emergir os modos específicos como fazem ciência, as/os pesquisadoras/es negras/os elaboram, sim, um exercício de “dizerem de si mesmos”, haja vista o que menciona a pesquisadora Aparecida de Jesus Ferreira (2014) acerca da relevância da narrativa autobiográfica na construção da sua pesquisa:

Conversava com uma amiga que estava no Brasil, e eu estava em Londres, no período em que estava concluindo o meu doutorado. Eu animada, pois havia feito a qualificação da tese e tinha tido uma avaliação com que fiquei muito satisfeita com as contribuições recebidas. Ela me disse que estava bem e com vários planos.

Entre as várias risadas que dávamos quando estávamos conversando:

“Eu vou para o Maranhão.” Ela me disse.

“Que ótimo.” Eu respondi.

“Vou para os Lençóis.” E continuou: “Dizem que, na região em que os Lençóis estão localizados, é a Jamaica brasileira. Dizem que há vários negros lindos lá.” Ela disse.

“Que maravilha.” Eu falei.

“Imagina eu branquinha, lá.” Ela falou.

Quando a escutei falando fiquei um pouco sem entender o porquê do comentário. No entanto, após

conversar com ela um pouco mais, e ela continuar enfatizando como era branquinha, e que estaria em um lugar de maioria negra, me pareceu visível que ela achava que a sua identidade racial branca poderia ser vista como “propriedade” e que traria para ela privilégios no local que ela visitaria. Que, na realidade, não é diferente de qualquer outro lugar no Brasil, e também em outros países e não somente no Maranhão^[39]. (...) Neste artigo trago alguns resultados de pesquisa sobre narrativas autobiográficas acerca de raça e racismo. Dessa forma, iniciar o artigo com uma narrativa pessoal faz sentido por três razões: a primeira é que a pesquisa trata de narrativas autobiográficas; a segunda razão é que a narrativa da minha experiência pessoal traz a questão da identidade racial branca e da identidade racial negra, tema este que abordo neste artigo; a terceira razão é que, neste artigo, para tratar das narrativas, trago o referencial teórico da Teoria Racial Crítica, que considera narrativas, autobiografias, histórias, contranarrativas, histórias não hegemônicas, cartas... para demonstrar como o racismo é estrutural na sociedade e no ambiente educacional. (FERREIRA, 2014, p. 237-238, grifos no original)

O cuidado de si, para Foucault (2006a), diz respeito a um princípio levado em consideração no decorrer de toda a vida, tratando-se assim, de uma ação contínua e necessária para a constituição de um *êthos*, ou seja, de um conjunto de posturas, atitudes e condutas que dizem respeito a um modo de ser. Nessa trilha, ao dizerem sobre si mesmos/as, os/as intelectuais acadêmicos/as negros/as tomam a escrita, escuta e fala (nos espaços de produção científica) como práticas constantes de autorreflexão e revisitação de si mesmos/as, de suas memórias e de suas experiências.

Em que pese esses processos ocorram em uma esfera singular e individual, no caso de pesquisadores/as negros/as, é importante considerar, ainda, que essas formas de convivência consigo estão, concomitantemente, atravessadas com profundidade pelas lutas antirracistas e pelo caráter combativo do racismo, conforme destacam as pesquisadoras Luciane Reginaldo, Vanicléia Silva Santos, Giane Vargas Escobar e o pesquisador Raphael Rodrigues Vieira Filho:

Quando entrei na sala de aula, no meu primeiro dia de aula na UNICAMP^[40], confesso que fiquei chocada! Numa turma de mais de quarenta alunos, um pardo, o restante todos brancos de olhos claros, a maioria com sobrenomes estrangeiro. Pensei: O que é que eu estou fazendo aqui? Passado o susto, fui me dando conta de que era importante para aqueles alunos terem uma professora negra. Era uma oportunidade de olharem o mundo de outro ponto de vista. Certamente

³⁹ Narrativa pessoal da pesquisadora.

⁴⁰ Universidade Estadual de Campinas.

minha disciplina ajuda muito nesta tarefa. A História da África ajuda a descolonizar a historiografia e, por conseguinte, o pensamento. Da mesma forma – isso me disse uma amiga e colega – estar naquele lugar podia abrir portas para outros jovens negros e negras, desnaturalizar a branquitude das universidades paulistas. (REGINALDO, 2018, p. 151)

Quando estava na PUC-SP⁴¹, não se pensava a África. O foco eram os estudos sobre a agência escrava e as ações de resistência que se davam no cotidiano. Pensava-se mais no escravizado do que na África e nos africanos. (SANTOS, 2018, p. 352)

A graduação em Letras, em 1988, não foi o momento das descobertas sobre o cenário que envolve questões étnico-raciais. Isto só se deu bem mais tarde. E levou certo tempo para que eu — encontrasse as minhas origens a partir das pesquisas que realizava (...) Fazer um curso superior faz uma diferença muito grande quando passamos a perceber como se dão os mecanismos de mobilidade social para diferentes grupos étnicos em uma sociedade capitalista e desigual. Ter cursado uma Especialização em Museologia (2001-2002) fez diferença expressiva em minha formação, como mulher, negra, ativista do movimento negro e mãe de duas mulheres negras. Foi neste movimento de resistência que aprendi a retornar para a comunidade o que pesquisava, contribuindo com projetos técnicos de sustentabilidade para um local centenário, o Clube Treze de Maio, me fortalecendo enquanto cidadã e agente político. (ESCOBAR, 2017, p. 44-45)

Nos primeiros anos do curso, haviam muitos alunos vindos dos bairros mais distantes e pobres da cidade, mas eu era o único aluno negro em minha sala do curso de História. (...) Acredito que essa visão militante perpassava por todos nós, pois todos nós éramos trabalhadores e necessitávamos nos sustentar, mas também queríamos exercer o magistério marcando uma posição de combate ao racismo e a invisibilidade das populações pretas na história de modo geral. Muitos de nós éramos os primeiros universitários na família e alguns já trabalhavam com educação, ensinando em escolas públicas ou privadas. O mestrado e posterior doutorado era a oportunidade de ingresso na docência do ensino superior. (...) Foi muito difícil, na época da graduação, encontrar orientadora para o meu tema – História dos Blocos Afros de Salvador e como a África era retratada nas suas músicas e desfiles. (VIEIRA FILHO, 2018, p. 361-362)

Deste modo, essas vivências experienciadas no coletivo são importantes, também, para as formas de reflexividade e transformação de si elaboradas por intelectuais negros/as. Esses aspectos são elementos recorrentes nas experiências de si, referidas nas produções intelectuais-acadêmicas. Assim, as subjetividades negras pesquisadoras, mobilizadas nas práticas de pesquisa com as quais essa

⁴¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tese dialoga, são constituídas tanto por modos de convívio do ser consigo, quanto pela elaboração relacional de condutas eclodidas na coletividade.

Nessa direção, é possível salientar outro ponto importante da constituição do *êthos* negro pesquisador: a experiência do apoio e a construção de redes. Além das formas de autodefinição e autodeclaração que demarcam os modos de ser constituintes das pesquisas de intelectuais acadêmicos/as negros/as, a postura cooperativa no que tange a centralidade de intelectuais negros/as da produção de conhecimento é um ponto recorrente nas pesquisas com as quais estou aqui dialogando:

Talvez, no conjunto, seja possível dizer que, de um lado, nosso interesse pela resistência, pela rebeldia, pelas matrizes africanas, pelo cotidiano das experiências associativas trouxe à tona novos objetos, problemas e, sobretudo, novas perspectivas para o centro do debate historiográfico. De outra parte, o interesse pelo mundo acadêmico nos permitiu problematizar nossas próprias referências políticas e militantes. (REGINALDO, p. 152)

Nesse caminho, é possível entender que o *êthos* negro pesquisador é também composto pelo entendimento de que espaço acadêmico funciona como um lugar de consolidação das narrativas identitárias afirmativas, bem como a produção científica cooperativa é produtora de práticas de resistência. O que se observa, portanto, é que o *êthos* negro pesquisador se constitui, ainda, pelo senso de coletividade e pela conduta ética de fortalecimento cooperativo. Essa conduta pode ser entendida, por exemplo, com o que escreve Vieira Filho (2018):

Essa idéia de ser professor universitário passou a fazer parte de minhas expectativas no final da graduação, pensando a carreira como uma forma de atuação política incrementando as discussões sobre racismo, lutas antirracistas e protagonismo das populações negras para multiplicadores mais eficientes, sendo professor poderia ajudar na formação de outros professores. (p. 363)

O impacto dessa geração de estudantes negros foi enorme, pois desenvolveram projetos de pesquisa instigantes e inspiradores para as gerações seguintes. As discussões sobre as experiências históricas das populações pretas era tema central de todos nós e passaram para a atuação em sala de aula. (p. 364)

Nas tradições gregas, o procedimento de “dizer sobre si” incide sobre o sujeito, em certa medida, no sentido de “colocá-lo à prova em sua função de sujeito, para forçá-lo a tomar consciência do ponto em que está na subjetivação do discurso

verdadeiro na sua capacidade de dizer o verdadeiro” (FOUCAULT, 2006a, p. 439). Deste modo, entendo que a narrativa acerca da inserção no ambiente da pesquisa enquanto um acontecimento imbricado com as experiências de si, sobretudo no que tange à pertença étnico-racial seja, sim, uma técnica por meio da qual pesquisadoras/es negras/os “dizem sobre si mesmos”. Estabelecer uma definição identitária, política e autodeclarada negra, significa colocar em funcionamento uma conduta específica no âmbito da pesquisa, ou seja, um modo de ser e de fazer pesquisa que passa, necessariamente, pela afirmação da própria negritude. Em outras palavras, um *êthos* negro pesquisador.

Nas leituras dos materiais utilizados nas análises aqui realizadas, é possível observar alguns pontos que permitem reflexões acerca de condutas, posturas e atitudes dentro dos processos de constituição de subjetividades negras pesquisadoras.

Nessa direção, as leituras foucaultianas sobre os procedimentos através dos quais são colocados em funcionamento os processos de subjetivação dos discursos verdadeiros (considerando os regimes de verdade sobre as Relações Étnico-Raciais supracitados), podem se apresentar como recursos analíticos potentes para compreender novas e complexas subjetividades que se (re)inventam no contexto contemporâneo.

A escuta, bem como a escrita e a fala de si, atravessam a constituição do pensamento. As formas de autorreflexão elaboradas nos exercícios mobilizados nas práticas e registros de pesquisa trazem o/a pesquisador/a negro/a para dentro de si. Por essa razão, as atitudes de escutar (aderindo os discursos considerados verdadeiros), bem como de narrar-se por meio da fala e da escrita a respeito de suas formações “do eu”, elaboram um constante processo de subjetivação.

Assim, a pesquisa cooperativa, autodeclarada e afirmativamente negra, opera como espaço produtivo de atitudes e modos de ser marcados pela postura de colocar em suspenso o *status* de universalidade dos parâmetros acadêmicos brancos, assim como de questionar o caráter de “verdade” atribuído à epistemologias consideradas “hegemônicas”. Para Foucault, “a subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade” (2016, p. 13).

Nessa direção, é possível considerar que o *êthos* negro pesquisador é, também, caracterizado por um empenho para a constituição de epistemologias insurgentes, que visam atender as demandas por reconhecimento e valorização de verdades outras, que contemplem o papel social das populações negras para além do formato negado ou distorcido por parte dos ditames acadêmicos *eurocentrados*. Deste modo, todo o processo de relacionar-se consigo, no ato de fazer científico, coloca em movimento formas de subjetivação conectadas a maneiras de se relacionar com o que é tomado como verdadeiro. Segundo Foucault (2016), “o importante nessa questão de verdade é que certas coisas passam efetivamente por verdadeiras, e que o sujeito deve ou produzi-las pessoalmente ou aceitá-las, ou submeter-se a elas” (p. 13-14). Nessa trilha, destaco o que diz o pesquisador Wilson Roberto de Mattos (2018) acerca da produção intelectual-acadêmica, a partir da qual se sustentam fundamentações teóricas e metodológicas direcionadas, especificamente, para a intelectualidade acadêmica negra:

Em palavras mais diretas eu diria que os NEABs⁴², hoje, começam a se configurar como espaço de excelência para a formação avançada e autônoma em pesquisa e ensino sobre os múltiplos aspectos histórico-sociais relativos às populações negras; produção e reprodução de conhecimentos teóricos e metodológicos inovadores e, principalmente; suporte intelectual para a construção de sólidas e promissoras trajetórias profissionais para as mulheres e homens negros que optaram pela carreira acadêmica. (p. 371)

Os processos constituintes de um *êthos* negro pesquisador se caracterizam, para além da escolha específica do tema das Relações Étnico-Raciais, por princípios balizadores de determinadas posturas que demarcam atitudes éticas, posturas de luta política e condutas afirmativas no que tange à pertença étnico-racial e identitária. O primeiro ponto observado é o forte posicionamento da pessoa autodeclarada negra situada na ambiência do *stricto sensu*. A autodeclaração, vale lembrar, é posta como fator determinante para a pesquisa. O segundo ponto é o posicionamento de cooperação e atitude ética de priorizar a centralidade de pesquisadores/as negros/as nos estudos. Este posicionamento se apresenta como uma forma de resistência, através das pesquisas de autoria de pesquisadores/as negros/as. Outro aspecto importante da constituição do *êthos* negro pesquisador

⁴² Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

indica uma articulação entre o saber da experiência e da vivência da negritude com a prática e os modos do fazer científico. Por fim, o último elemento recorrente, no que tange às condutas ordenadoras de um *êthos* negro pesquisador, diz respeito à recorrência de tensionamentos e problematizações das bases epistemológicas e científicas hegemônicas *eurocentradas*.

Para Rosa Maria Bueno Fischer (2016), a experiência, no pensamento foucaultiano, diz respeito a “uma complicada relação com a verdade. Mas, sobretudo, de uma interpelação àquilo que se afasta do particular, do privado: quando Foucault fala em experiência (...) a ideia é que a metamorfose permitida pelo texto seja experimentada não apenas por ele e, portanto, que seja acessível, possível de ser feita pelos outros” (p. 11). Esse entendimento permitiu realizar, nesta Tese, algumas aproximações interpretativas acerca do que teorizam Michel Foucault (2006a) e Sueli Carneiro (2005) a respeito da constituição do sujeito da experiência de si, bem como a partir do que dizem os estudos foucaultianos acerca das técnicas e modos de reflexividade que transformam um *êthos*.

Considero, a partir dessas aproximações conceituais, que a maneira autoral, autodeclarada e afirmativa das narrativas identitárias negras positivas possibilita um determinado modo de transformação da existência enquanto pesquisador/a negro/a que passa pelo pertencimento étnico-racial e identitário como propulsor da produção do conhecimento. Ao mesmo tempo, essa estratégia de escrita autodeclarada toma a experiência de si como ponto que aciona os entendimentos sobre o fazer científico de uma determinada forma, e não de outra.

Analiso, portanto, que a proposta do fazer científico, a partir da experiência de si, da singularidade do ser e da negativa aos sistemas explicativos pretensamente universais e centrados na branquitude, conforme defende a filósofa Sueli Carneiro (2005), está em consonância com as demandas de redimensionamento das narrativas identitárias da negritude elaboradas pelos movimentos sociais negros. Esses modos de elaboração de si, colocados em funcionamento nos exercícios de escuta, leitura/escrita e fala - verificados nas produções acadêmicas de pesquisadores/as negros/as - apontam para uma importante tática de resistência por meio da qual são postas em circulação novas subjetividades negras pesquisadoras emergentes.

Em outras palavras, se tem observado, cada vez mais, o fortalecimento dos espaços de intelectualidade acadêmica enquanto campos de lutas políticas que se

alinham com a produção científica. Deste modo, é possível afirmar que tais textos, selecionados para a análise aqui empreendida, indicam a existência de um movimento importante de constituição de um *êthos* negro pesquisador.

Ressalto, nessa direção, a irrefutável importância política do fortalecimento e consolidação contemporânea dos movimentos sociais negros. Todavia, interessa pensar aqui acerca de uma esfera de alcance específica e muito singular desses movimentos e de seus efeitos, que diz respeito, ao fim e ao cabo, à dimensão da edificação do *êthos* negro pesquisador: as formas de subjetivação produzidas no âmbito da intelectualidade acadêmica negra em articulação com as posturas afirmativas e de lutas antirracistas.

Mais pontualmente, a ênfase das análises aqui desenvolvidas foca no entendimento da potência da intelectualidade acadêmica negra para a inscrição de um novo *êthos* comprometido com a abertura de novos lugares sociais, bem como novas condições subjetivas e possibilidades outras de experiência e constituição de existências para pesquisadoras/es negras/os. Na mesma trilha, a emergência desse *êthos* negro pesquisador também vem operando de modo tensionador e mobilizador para o surgimento de novas bases epistemológicas que partem do entendimento de que o campo da intelectualidade acadêmica e da produção científica se trata de um espaço social no qual se desenrolam múltiplas relações de poder e disputas de narrativas. Assim, é possível observar, também, que o *êthos* negro pesquisador se estrutura na possibilidade de refletir as lutas antirracistas empreendidas nas esferas acadêmicas como uma conduta permanentemente crítica e engajada.

Em razão disso, é interessante salientar nos modos como a escrita intelectual-acadêmica de pesquisadoras/es negras/os problematizam, em suas produções, as formas como as epistemologias hegemônicas e universais da branquitude podem produzir e constituir sujeitos dessas verdades. Em contrapartida, é possível analisar, em sequência, um importante investimento na produção de outras formas de constituição de sujeitos dentro do espectro das Relações Étnico-Raciais. Assim, as articulações aqui propostas permitem compreender que a intelectualidade acadêmica negra, em articulação com as práticas de militância/ativismo antirracista, para além de se consolidar como um campo de atuação dos movimentos sociais negros, torna as lutas antirracistas desenvolvidas nos espaços acadêmicos como práticas filosóficas: um “trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento”, ou, ainda, um conjunto de exercícios

capazes de movimentar os espaços de produção de conhecimento acadêmico e convocar a “pensar diferentemente do que se pensa” (FOUCAULT, 1984, p. 13).

No cerne desta discussão, elenquei como campo de debate a produção intelectual-acadêmica de pesquisadoras/es negras/os, mais propriamente produções divulgadas na *homepage* da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), no entendimento de que, nessas produções, existem pontos de ressonância e encontro com eixos erigidos pelos pressupostos de luta e militância antirracista, bem como pelas elaborações conceituais, teóricas e metodológicas estabelecidas por campos epistemológicos questionadores da branquitude e da produção científica eurocêntrica.

O pressuposto motivador da construção desta Tese de Doutorado foi de que os movimentos antirracistas estão indubitavelmente relacionados a um tipo específico de crítica do presente, o que permite dizer que eles, concomitantemente, transbordam o seu aspecto imediato de luta, militância e ativismo político, e rumam em direção a um *êthos* que pode ser qualificado como negro e antirracista, e que vem sendo cada vez mais visível em outros espaços para fora do *locus* exclusivo das plataformas dos movimentos sociais (sendo, por certo, os espaços de produção científica, sobretudo o *strictu sensu*, um deles). As pesquisas salientadas aqui foram, portanto, analisadas como uma forma de caminho produtivo para, digamos, visibilizar a dinâmica de constituição e funcionamento desse *êthos* negro pesquisador.

Em uma entrevista concedida ao filósofo francês Gérard Raulet, publicada originalmente em 1983 pela revista *Telos*, Michel Foucault fez o seguinte questionamento: “Como ocorre que o sujeito humano se torne ele próprio um objeto de saber possível; através de que formas de racionalidade, de que condições históricas e, finalmente, a que preço? (2013, p. 334). Destaco aqui o questionamento foucaultiano, por entender que diz respeito a uma pergunta impreterivelmente caracterizada como genealógica, e interroga a respeito de como as verdades atravessam, em menor ou maior medida, as formas como alguém se constitui sujeito de algo. Assim, ao questionar de que maneira é possível elaborar determinados modos de ser, de acordo com os contextos nos quais se está inserido, considero que a pergunta de Michel Foucault permite trazer um ponto necessário: a relevância de se assumir um olhar analítico acerca de como vem se constituindo os novos e potentes modos de ser dos sujeitos inscritos nas narrativas históricas e identitárias

que redimensionam as posições sociais das populações negras brasileiras, principalmente em suas dimensões epistemológicas e ontológicas.

Mas, afinal, qual é a importância disso para o pensamento no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais? Ora, é no processo de estabelecimento do campo das narrativas enquanto um terreno em permanente disputa que determinadas verdades são colocadas em xeque, como é o caso das bases epistemológicas (e ontológicas) constituídas pela branquitude, para que elementos balizadores de verdades outras possam emergir e ocupar novos espaços dentro das relações e jogos de poder que operam nos espaços de produção de conhecimento intelectual e acadêmico. É justamente nesse contexto de disputas e lutas políticas que a produção e conhecimento incide de forma única no redimensionamento e reconstrução dos modos de ser de pesquisadoras/as negras/os.

O princípio de um fazer científico, em consonância com a ideia de ciência para o negro, tal como defendia Eduardo de Oliveira (1977), ou, ainda, de uma produção de conhecimento que considera as experiências de si como propulsoras das posturas investigativas, conforme advoga Sueli Carneiro (2005), por exemplo, permitem que seja dado a outros saberes, o *status* de verdadeiros. Assim, entra em voga a dimensão ontológica da política da verdade, pois, uma vez consolidado como verdadeiro, um novo saber atua, sim, na constituição de subjetividades outras. Essas, vale dizer, se estruturam exatamente na luta pela desvinculação das dinâmicas intelectuais e acadêmicas produzidas pela branquitude, e pelo empenho intelectual para a construção de um *êthos* negro pesquisador crítico, afirmativo e *afrocentrado*. Nesse caso, é visível o modo como essas novas verdades acerca das populações negras brasileiras vem atuando em uma produtiva emergência de modos de ser de pesquisadoras/es negras/os.

Refletir a respeito da maneira como as verdades produzem efeitos nos modos como os sujeitos elaboram e transformam a si mesmos implica compreender no quanto elas se fazem próximas e são adotadas como verdadeiras. Essa adoção permite vislumbrar desde os menores gestos até exposições maiores de posturas, condutas e atitudes (como é o caso das pesquisas elaboradas e publicadas por intelectuais acadêmicos/as negros/as com as quais essa Tese dialoga). Considerada também como uma forma de poder, a verdade, no dizer de Foucault (2010a), “aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua

própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele” (p. 278).

Como uma interpretação dessa ideia, de forma mais específica, penso sobre as relações da verdade e os modos de viver as Relações Étnico-Raciais a partir da leitura de Judith Butler (2005) acerca do entendimento foucaultiano sobre a verdade. Deste modo, é possível entender que a verdade pode funcionar no sentido de formar relações com base no reconhecimento/identificação como forma de acolhida das condutas similares. No estabelecimento dessas relações, são instituídos novos marcos normativos que produzem os modos de ser e incidem sobre o sujeito no sentido de “convidar” a produzir modos de existência que se reconhecem:

Em Foucault, parece, há um preço por se dizer a verdade sobre si mesmo, precisamente porque o que constitui a verdade será enquadrado por normas e modos específicos de racionalidade que emergem historicamente e são, nesse sentido, contingentes. Na medida em que dizemos a verdade, conformamo-nos a um critério de verdade e aceitamos esse critério como o que nos vincula a nós mesmos. (BUTLER, 2005, p. 121-122)

A escrita acerca do pensamento foucaultiano, desenvolvida por Butler, assinala para o entendimento de que a constituição de si mesmo não se dá apenas como resultado de um simples efeito dos regimes de verdade, mas, antes disso, os discursos apresentados como verdadeiros, assim como os atos de verdade aos quais se é apresentado, nos meios em que se está inserido, são o que constituem os sujeitos (e são constituídos). No caso dos estudos aqui desenvolvidos, é exatamente no processo de adesão das novas verdades desdobradas das narrativas identitárias afirmativas e *afrocentradas* acerca das populações negras brasileiras, que intelectuais acadêmicas/os negras/os vêm transformando e elaborando a si mesmos.

O *êthos* negro pesquisador, que pode ser observado nos espaços de intelectualidade acadêmica, constitui formas de resistência como forma de superação do racismo operante em diferentes dimensões (estrutural, institucional, individual, entre outras). Essa efetivação das resistências exige, para além da militância que opera em um âmbito externo ao sujeito, um tipo de convocação de si mesmo à adesão de atos de verdade que necessitam de constante manifestação e afirmação daquilo que se é. No caso do tema desta Tese de Doutorado, são atos de verdade que manifestam a própria negritude e tudo o que é trazido junto com uma existência negra no Brasil. Nessa direção, é possível analisar que é a postura crítica

aos parâmetros acadêmicos e intelectuais da branquitude que permite que pesquisadoras/es negras/os pensem em formas de resistência às verdades universais acerca do campo da produção de conhecimento. Por outro lado, é essa postura que, concomitantemente, permite que passem a ser produzidas outras verdades, que, uma vez colocadas em disputa, ampliam os campos de discussão e possibilitam que mais sujeitos construam atitudes críticas diante do mundo acadêmico, colocando em destaque uma questão balizadora das ações: como é possível colocar sob suspeita as verdades universais e hegemônicas da branquitude?

Para Michel Foucault (2013b), a crítica diz respeito a um tipo de atividade que tensiona as maneiras como se é governado por determinadas verdades. Nesse caminho, entendo que a adoção de condutas, posturas e atitudes críticas diante do mundo diz respeito a uma forma de elaboração do próprio pensamento. Assim, a postura de crítica permanente é fundamental para a constituição do *êthos* negro pesquisador, pois é nesse processo de constituição de si mesmos de forma engajada e desacomodadora das bases epistemológicas, que pesquisadoras/es negras/as buscam produzir conhecimento intelectual-acadêmico deliberadamente não “ajustado” aos parâmetros da branquitude. Ao contrário, produzem conhecimento exatamente por meio da fenda aberta pelos movimentos sociais negros, que colocam em questionamento a colonização das formas de pensamento. Nessa trilha, analiso a produção de conhecimento promovida por pesquisadoras/es negras de forma conectada ao que Foucault (2013b) disse sobre a capacidade de mudança e transformação de si que a atitude crítica possui. Para o filósofo, ao adotar a crítica como conduta de vida, “começamos a não mais poder pensar nas coisas como elas pensamos, a transformação torna-se, ao mesmo tempo, muito urgente, muito difícil e absolutamente possível” (p. 356-357).

A crítica é, pois, uma maneira de mobilizar mudanças nos sistemas de pensamento. Essas transformações ocorrem por meio da postura de permanente problematização e questionamento acerca de como e por quais razões as existências, processos e dinâmicas sociais são de determinadas formas e não de outras. Assim, de algum modo, o *êthos* crítico, afirmativo e *afrocentrado* produzido por pesquisadoras/es negras/os que colocam sob suspeita os padrões de produção científica, diz respeito a um ato de fraturar verdades que até então promoveram formas de ser e estar no mundo que já não atendem mais as demandas dos

movimentos sociais negros contemporâneos. Portanto, esses atos de colocar verdades à mesa para que sejam desmembradas podem deslocar o pensamento da ordem de uma espécie de sujeição, instaurando-o, ainda que provisoriamente, como possibilidades de resistências, denúncias e lutas.

Trago aqui essas considerações exatamente para buscar entender que as resistências produzidas por intelectuais acadêmicos/as negros/as promovem um movimento crítico radical às possibilidades subjetivas eclodidas por um tipo de cultura política étnico-racial fortemente marcada pelo pressuposto da branquitude como regra central, que normatiza e organiza a vida social. Falar, portanto, em um *êthos* negro pesquisador significa poder debater o caráter tensionador que há na produção de conhecimento centrado nas existências negras. Mais especificamente, se trata de pensar na potência de constituir um *êthos* negro pesquisador por meio de um entendimento preciso das Relações Étnico-Raciais: não aquele que fala das relações entre pessoas brancas e pessoas pretas/pardas, mas sim, aquele que assume uma produtiva interface com a Educação e se propõe a produzir novos modos de organizar a cultura acadêmica e o redimensionamento de bases epistemológicas pela via de uma transformação que opera na dimensão ontológica. Ou seja, é a partir da constituição de um outro tipo de conduta e atitude do ser consigo que vem sendo possível observar a mobilização de mudanças no âmbito externo. O que permite, então, dizer que o *êthos* negro pesquisador constrói determinados modos de ser e estar no mundo, a partir de um ponto de vista outro que não o dos ditames centrados na branquitude como regra.

Tal como se discutiu até aqui, as problematizações e os modos de ser que estruturam as pesquisas de pesquisadores/as negros/as possibilitam compreender como as normas podem, não apenas serem subvertidas, mas, uma vez fraturadas, produzir princípios de conduta que são incorporados para afirmar outros modos de vida. Mais centralmente, o *êthos* negro pesquisador é uma aposta que convoca a todos os sujeitos que, em maior ou menor medida, se utilizam dos espaços educativos de produção de conhecimento, a questionar os modos como se vive e pensa as Relações Étnico-Raciais no Brasil contemporâneo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa Tese de Doutorado inicia apresentando considerações a respeito de processos reflexivos, transformadores, produtivos e, porque não dizer, inquietantes, por meio dos quais uma professora e pesquisadora branca que se ocupa de analisar questões relacionadas com a Educação das Relações Étnico-Raciais passou no decorrer das vivências profissionais. Nessa direção, se fez potente apresentar quais foram os deslocamentos e mudanças que ocorreram ao longo do percurso do Doutorado em Educação. Por essa razão, os “descaminhos” foram determinantes para os apontamentos e argumentações apresentados no capítulo dedicado a pensar as dimensões éticas desta pesquisa.

Em seguida, são apresentadas discussões que englobam conceitos como racismo de Estado, branquitude e lugar de fala. É importante destacar que os debates em torno desses conceitos é marca fundamental das atitudes, posturas e condutas observadas em parte considerável das pesquisas e produções acadêmicas de intelectuais negras/os inseridos no contexto contemporâneo do cenário do *stricto sensu*. Deste modo, sinto que foi de intensa importância a articulação entre este repertório conceitual e os modos como tais questões incidiram na constituição do meu próprio comprometimento ético como pessoa branca aliada nas lutas antirracistas. Afinal, a posição de sujeito por mim ocupada neste escopo está, de algum modo, inscrita no campo das narrativas étnico-raciais e identitárias em disputa.

Este trabalho apresentou uma articulação entre os efeitos da Educação das Relações Étnico-Raciais para o fortalecimento dos espaços de intelectualidade acadêmica negra no Brasil, com o potencial analítico apresentado por alguns dos conceitos-ferramenta elaborados por Michel Foucault. Essas argumentações são seguidas por um breve panorama histórico acerca de deslocamentos discursivos a respeito da negritude brasileira. Esses deslocamentos e transformações nas discursividades acerca da negritude foram constituintes das condições para a emergência das políticas educacionais antirracismo instituídas, sobretudo, nas últimas duas décadas.

Os recursos metodológicos, dispostos em sequência, foram compostos como parte de um comprometimento ético e político para com os espaços de promoção, divulgação e valorização das produções de intelectuais-acadêmicos/as negros/as.

Com isso em vista, as Teses, Dissertações, artigos acadêmicos e entrevistas difundidas na *homepage* da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as foram materiais considerados de grande potência para a composição do *corpus* documental desta Tese de Doutorado. A ABPN divulga e promove, de forma afirmativa, os/as pesquisadores/as negros/as enquanto agentes sociais de vital relevância para a promoção da igualdade racial nos ambientes educativos e científicos.

Assim, as análises aqui propostas visaram dialogar, no decorrer de todo o trabalho, com os estudos acadêmicos e científicos de intelectuais negros/as que vem consolidando lutas antirracistas no campo acadêmico, e, cada vez mais, colocando em operação os debates acerca dos espaços de pesquisa enquanto campos de lutas políticas e produção de resistências.

Em busca de apresentar as lentes teóricas por meio das quais compreendo o cenário contemporâneo da Educação das Relações Étnico-Raciais, apresentei, ainda, os pressupostos de análise, também chamados aqui como chaves de leitura para pensar as discussões propostas. Nesse caminho, a EREER é aqui compreendida em duas dimensões: a primeira diz respeito ao entendimento de que se trata de um efeito conquistado pelas lutas elaboradas pelos movimentos sociais negros em âmbito cultural, social, político e econômico. Em um segundo ponto, considero, também, a elaboração das pautas identitárias no contexto das políticas públicas como desdobramento de um terreno propício para as ações ordenamento e regulação das populações a partir daquilo que, nos Estudos Foucaultianos, se nomeia como estratégias de governamentalidade biopolítica, no caso aqui analisado, com ênfase nas populações negras brasileiras.

A partir dos pressupostos de leitura, proponho uma análise a respeito do fortalecimento e dos empenhos para a consolidação dos espaços de intelectualidade acadêmica negra como terrenos de lutas, resistências e produção de condutas afirmativas. Neste ponto, analiso que uma parcela importante e visível das pesquisas de autoria autodeclarada negra salienta a necessidade de criação de novas epistemologias que estejam em sincronia com as reivindicações por valorização, reconhecimento, inclusão e promoção dos estudos autorais de intelectuais que se colocam em oposição, ruptura ou afastamento dos parâmetros eurocêntricos de produção de conhecimento.

Essas discussões permitiram a realização de uma análise a respeito do primeiro elemento aqui destacado como constituinte do que chamei de *êthos* negro pesquisador: o fator da autodeclaração/autodefinição étnico-racial e o reforço ao pertencimento identitário, histórico e ancestral vinculado com a negritude. Essa é uma postura recorrente e se coloca como um ponto propulsor e constituinte do “modo de ser” do/a pesquisador/a negro/a que implica sua existência na constituição do próprio fazer científico.

O campo educacional é amplamente potente para a eclosão de novas lógicas sociais. Deste modo, é interessante pensar a Educação como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de estratégias e investimentos narrativos dos movimentos sociais negros. Essas dinâmicas inserem novos sujeitos e novas regras nos jogos e nas relações de poder. O que significa dizer, então, que tais dinâmicas também incidem sobre as produções de novas subjetividades. A importante entrada fortalecida de intelectuais negras/os nos espaços de produção de pesquisa acadêmica possui um importante papel na transformação do campo da produção de conhecimento como espaço de disputas de narrativas identitárias e afirmação étnico-racial. Essa solidificação dos espaços de intelectualidade negra é, portanto, analisada aqui como um importante efeito que está fortemente amalgamado ao pertencimento étnico-racial e identitário autodeclarado presente em escritas e posturas registradas nas pesquisas que compõem o *corpus* documental desta Tese. Os diálogos estabelecidos com as produções de pesquisadores/as negros/as aqui analisadas permitiram uma interpretação acerca dos modos de relações do “ser consigo”, que, no caso da Educação das Relações Étnico-Raciais, se mostram diretamente atravessados por narrativas identitárias que, em que pese emergjam na esfera da coletividade, produzem efeitos singulares e produtores de condutas, posturas e atitudes afirmativas e afrocentradas do sujeito.

As narrativas identitárias afirmativas da negritude produzem um campo fecundo para as lutas pelos redimensionamentos históricos, reposicionamentos identitários e protagonismo político. Essas condutas reivindicam a legitimidade de fala por parte de sujeitos negros que se posicionam como autores/as e produtores/as de conhecimento sobre si mesmos. No mesmo sentido, colocam sob suspeita diferentes parâmetros das formas de produção de conhecimento *eurocentradas* e produzidas pela branquitude.

No empenho para compreender essa complexa rede de produção de novos sentidos e modos de ser, parto dos estudos de Foucault (2006a) para entender como ocorrem as práticas de transformação e de elaboração de si. Assim, foi possível compreender que, por meio de exercícios de escuta, leitura/escrita e fala, produzidos e experienciados nos contextos de intelectualidade acadêmica negra, são postas em operação práticas de reflexividade por meio das quais é constituído um *êthos* negro pesquisador.

Os percursos percorridos para a elaboração desta Tese possibilitaram a construção da pesquisa que visou “responder” o objetivo inicial deste trabalho, que foi de analisar os processos por meio dos quais se constituem *modos de ser* pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil. Assim, as análises realizadas apontaram que o conjunto de elementos que compõem o *êthos* negro pesquisador são: **a)** a autodeclaração e as narrativas de pertencimento étnico-racial; **b)** as condutas afirmativas da negritude imbricadas com a prática da produção científica; **c)** as posturas de combate ao racismo em âmbito individual, institucional e estrutural; e, **d)** a construção de redes de apoio e centralidade da produção autoral negra presente nas pesquisas.

Outro ponto importante de salientar neste fechamento é que as construções narrativas afrocentradas, recorrentemente observadas nos posicionamentos presentes nas pesquisas analisadas, se colocam como eixos propulsores dos redimensionamentos identitários sobre a negritude brasileira. Essas narrativas identitárias funcionam, de modo muito potente, como estratégias de resistência e de luta política. Todavia, a partir dos olhares desassossegados por meio dos quais os estudos pós-estruturalistas convocam a construir uma pesquisa, é inevitável frisar que essas narrativas identitárias permanecem inseridas dentro dos jogos de verdade e que, portanto, também estabelecem novas lógicas e relações de poder outras, que não as praticadas pela branquitude. Tais táticas de resistência não estão fora dos mecanismos que produzem efeitos sobre a ação dos outros, governam vidas e definem (outros) modos de ser pesquisador/a negro/a.

Com base nos estudos de Sueli Carneiro (2005) e das/os demais intelectuais negras/os referenciados nesta Tese, reflito permanentemente sobre a necessidade de atentar para as lutas antirracistas como princípio ético da produção do conhecimento e penso também, e muito, sobre os modos como me posiciono neste contexto. Deste modo, entendo que construir um antirracismo radical se faz

necessário, inclusive, dentro das próprias tramas da pesquisa que ambicionei realizar e que aqui apresentei.

Assim, coloco-me aqui como alguém que deseja contribuir para o rompimento de algumas das estruturas que observo e vivencio, buscando argumentar que as subjetividades negras pesquisadoras, delineadas nos contornos das lutas antirracistas que vem atravessando a produção acadêmica, dizem respeito, sobretudo, a mudanças epistemológicas importantes estabelecidas no contexto das resistências negras.

Esses redirecionamentos, tanto de narrativas identitárias, quanto dos modos com que sujeitos negros intelectuais-acadêmicos relacionam-se consigo mesmos, só são possíveis neste contexto de conquistas desenhado por múltiplas formas luta pelo protagonismo negro. Desse modo, pensando o imperativo da in/exclusão das “diferenças” enquanto produtor de regimes de verdade e, ao mesmo tempo, defendendo ativamente as políticas de ação afirmativa, defino um princípio sem o qual considero impossível pesquisar: o antirracismo como condição de existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Mirianne Santos de; MESQUITA, Ilka Miglio de; OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. Pedagogias decoloniais em lócus subalternos: relações étnico-raciais e o ensino de História. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 45, p. 113-133, 2018.

ANDRADE, Maira Pires. *"Qual África? A história das Áfricas e as práticas de ensino na UDESC (2000-2015)*. 169 f. Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. *Estatuto da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As.*: ABPN, 2014. Brasília. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_443f95ed16ca4faf855fd19771358fd1.p_df>. Acesso em: 28 maio 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Homepage*. 2023c. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/about>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

ASSIS, Neusa Pereira de. *Jovens Negros Trabalhadores: um estudo sobre trajetórias de escolarização e resiliência na Educação de Jovens e Adultos de Ribeirão das Neves*. 155 f. Mestrado em Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ALVES, SIMONE SILVA. *Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: sororidade a outra educação!* Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*. Brasília, n. 11, p. 89-117, agosto de 2013.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. *Corpos que ardem: ética e feminismos nas artes visuais*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2018.

BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão?* Cidade: Todavia, 2017.

BRASIL, Lei 10.639. *Institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

BRASIL, Lei 12.288. *Estatuto da Igualdade Racial*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010.

BRASIL, Lei 12.711. *Lei de cotas para o Ensino Superior*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2012.

BUTLER, Judith. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press.

FOUCAULT, Michel. É importante pensar? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos IV: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 354-358. 2013.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora, v. 34, p. 154-193, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate. Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)*, v. 1, n. 1, 2007.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulários de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Cruz das Almas, 2016.

CHAPKIS, Wendy. "Productive tensions: Ethnographic engagement, complexity, and contradiction" *Journal of Contemporary Ethnography* 39.5 483-497. 2010.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro. 140 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Espaço Aberto Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 164-176, 2005.

ESCOBAR, Giane Vargas, *Entrevista*. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 25 • mar – jun 2018, p.346-372

FABRIS, Eli; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Constituição de um *ethos* de formação no Pibid/Unisinos: processos de subjetivação na iniciação à docência. *Educação Unisinos*. São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 77-87, 2015.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

FRANKENBERG, Ruth. (2004), A miragem de uma branquidade não marcada, in V. Ware (org.), *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 307-338.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 371-389, 2003.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: a arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Maria Vorraber & BUJES, Maria Isabel (Org.). *Caminhos investigativos III*. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. "Foucault, Clarice: as palavras, as coisas, a experiência¹." *Cadernos de Educação* v.54 (2016).

FILIZOLA, Gustavo Jaime. *As crianças de Candomblé e a escola: Pensando sobre o racismo religioso*. 213f. Mestrado em Educação, Culturas e Identidades. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. trad. Luiz Felipe Baeta Neves.– 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV. Estratégia e Poder-Saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980* (excertos). São Paulo: Centro de Cultura Social, v. 1, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes. São Paulo. 2010a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população* - Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e Verdade*. Edição estabelecida por Frédéric Gros – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016, p.1-46.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Conversa com Michel Foucault*. In: _____. *Repensar a política. Ditos & Escritos VI*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010b, pp.289-347.

GOMES, Nilma Lino. *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. In: SANTOS, Boaventura dos. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 492-516, 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Movimento Negro e Educação*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 134-158, 2000.

GRIOSOSKI, Daniela Cecilia; SANTIAGO, Eneida. *Inter relações entre os conceitos de Biopolítica e Necropolítica*. *Congressos do PPGPSI*, n. 1, p. 124-128, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n. 80, 2008.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. *Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo*. *Sapere aude*, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016.

HILLESHEIM, Betina; BERNARDES, Anita. *Políticas de inclusão: a arte de governar a partir da liberdade*. *Psicologia em Estudo*. v. 20, n. 1, p.129-137, jan./mar. 2015.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Diário de uma favelada. 2. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

KERN, Gustavo da Silva. “Educar é eugenizar”: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940). 185 f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão Escolar: currículo, diferença e identidade. In: *In/Exclusão nas tramas da escola*. LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.). Editora da ULBRA, Canoas, 2007.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, v. 34, p. 153-170, 2009.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, VY Mudimbe e Achille Mbembe. *OP/SIS*, v. 16, n. 2, p. 280-298, 2016.

MACHADO, Edilaine Ricardo. Negritude e Formação Teatral Vozes Mulheres na Cena de Porto Alegre – Brasil. 95 f. *Dissertação*. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*, p. 127-167. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Entrevista*. Revista da ABPN • v. 10, n. 25 • mar – jun 2018, p.346-372

MESSIAS, Clayton Roberto. Educação e Decolonialidade do Saber: um debate entre Michel Foucault, Enrique Dussel e As Teorias Críticas Latino-Americanas. 81 f. *Dissertação*. Mestrado em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba. 2018.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global. 1983.

MUCHAIL, Salma. Tannus. *Foucault, mestre do cuidado: textos sobre hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MUNANGA, Kabengele, *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil Entrevista de Kabengele Munanga*. Estudos Avançados V.18, p51-56. 2004.

MUNANGA, Kabengele (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb, Niterói*, (12), 169-203.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão; DOS PASSOS, Joana Célia; CRUZ, Tânia Mara. A participação das pesquisadoras negras na produção do conhecimento científico. *Identidade!*, v. 18, n. 3, p. 291-302, 2013.

Ó, Jorge Ramos, AQUINO, Julio Groppa. Em direção a uma nova ética do existir: Foucault e a experiência da escrita. *Educação e Filosofia*, v. 28, n. 55, p. 199-231, Uberlândia. jan./jun. 2014

OLIVEIRA Eduardo de. Etnia e Compromisso Intelectual. *II Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação da Sociedade Brasileira*, p. 22-28. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1977.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual. *Tese*. (Doutorado em Educação). 205f. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo Pessanha. Necropolítica e epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo. (Mestrado em Filosofia). 98f. Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RABINOW, P. & DREYFUS, H. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

RAMOS, Alberto. *Patologia social do “branco” brasileiro*, 1995[1957]b. In: RAMOS, Alberto Guerreiro, p. 215-240. 1995.

REIS, M. C., SILVA, J. S., & ALMEIDA, G. S. S. Afrocentricidade e pensamento decolonial: perspectivas epistemológicas para pesquisas sobre relações étnico-raciais. *Revista Teias*, 21(62), 131-143. 2020.

REVISTA DA ABPN. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. [Entrevistas] Intelectuais Negras/Negros: Gerações, Legados e Protagonismos – A Geração PUC-SP. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 25, p. 346-372, 2018.

REBOUÇAS, Gabriela Maia; SANTOS DOS. Ramon Andrade. Necropolítica e Racismo no Brasil. In: *Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade*. 2018.

REGINALDO, Luciane. *Entrevista*. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 25 • mar – jun 2018, p.346-372

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da. Todas as Mulheres São Brancas e Todos os Negros são Homens: Gênero, “Raça” e a constituição normativa das mulheres negras. 111 f. *Dissertação*. Mestrado em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Vanicléia Silva, *Entrevista*. Revista da ABPN • v. 10, n. 25 • mar – jun 2018, p.346-372

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica e espaço escolar: subjetividade e racismo no Brasil. *Horizontes*, v. 32, n. 1, 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Narrativas Identitárias e Educação no Brasil (1900-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, n. 14, p. 246-266, 2015.

SILVA, Mozart Linhares da. Miscigenação e Biopolítica no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 4, n. 8, p. 192-210, São Leopoldo, 2012.

SILVEIRA, Sandra Beatriz Morais da. *Cultura afro-brasileira uma perspectiva para a educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

SISS, Ahyas; OLIVEIRA, Iolanda de. Trinta anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT-21: marcas de uma trajetória. *Reunião anual da Anped*, v. 24, 2007.

SOUZA, Erivelto Santiago. *A formação de intelectuais negros e negras: a experiência de assessores/as educacionais para assuntos da Comunidade Negra no estado de São Paulo*. 171f. *Dissertação*. (Mestrado em Educação). UFSCar, São Carlos. 2010.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado. Doutorado em Psicologia. 122f. Universidade de São Paulo, 2012..

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. *Carolina Maria de Jesus e a Escrita Rasurada da Literatura Brasileira. O Estudo da Escrita de si nos Diários de Carolina Maria de Jesus: a célebre desconhecida da literatura brasileira*. Dissertação de Mestrado. PUC, Porto Alegre, 2011.

THOMA, Adriana da Silva. *Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governamento*. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 3, 2016.

TRAPP, Rafael Petry. *A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira*. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v.10, n. 25, p. 194-121, 2018.

UFRJ, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Homepage*. Escritora Carolina Maria de Jesus recebe título de Doutora honoris causa. Disponível em:

<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1415-consuni-aprova-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-carolina-maria-de-jesus> Acesso em: 01 de julho de 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13- 34, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 267-282. 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WESCHENFELDER, Viviane Ines. Modos de Re (Existir), de (Res) Sentir: Mulheres Negras e Relações Raciais na Educação 288 f. *Tese*. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo. 2018.

ZAGO, Luiz Felipe. Conhecimento em tempos de ódio. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*. v. 11. n. 16 (2017).

